



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**ALINE SANTANA ALVES**

**AS RELAÇÕES RACIAIS E O RACISMO NA  
CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO**

Salvador  
2022

**ALINE SANTANA ALVES**

**AS RELAÇÕES RACIAIS E O RACISMO NA  
CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Direito, área de concentração de Direitos Fundamentais e Justiça, da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. André Alves Portella.

Salvador  
2022

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A474    Alves, Aline Santana  
          As relações raciais e o racismo na configuração do sistema tributário  
          brasileiro / por Aline Santana Alves. – 2022.  
          131 f. : il.

          Orientador: Prof. Dr. André Alves Portella.  
          Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
          Direito, Salvador, 2022.

          1. Direito tributário. 2. Racismo. 3. Relações raciais. 4. Política tributária.  
          I. Portella, André Alves. II. Universidade Federal da Bahia - Faculdade de  
          Direito. III. Título.

CDD – 345.0233

## TERMO DE APROVAÇÃO

ALINE SANTANA ALVES

### AS RELAÇÕES RACIAIS E O RACISMO NA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Direito da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, Bahia, 28/11/2022.

#### Banca Examinadora:

**ANDRE ALVES PORTELLA** Assinado de forma digital por ANDRE ALVES PORTELLA  
Dados: 2022.12.01 11:14:03 -03'00'

---

#### **André Alves Portella**

Prof. Pós-doutor (Université Paris X - Nanterre)  
Universidade Federal da Bahia

**ELIDA GRAZIANE** Assinado de forma digital por  
ELIDA GRAZIANE  
PINTO:03456723644  
Dados: 2022.12.05 08:09:50  
-03'00'

---

#### **Élida Graziane Pinto**

Profa. Pós-doutora (Fundação Getúlio Vargas)  
Membro externo

**DIRLEY DA CUNHA** Assinado de forma digital por DIRLEY  
DA CUNHA JUNIOR:504998405  
Dados: 2022.12.05 18:43:49 -03'00'

---

#### **Dirley da Cunha Júnior**

Prof. Pós-doutor (Universidade de Lisboa)  
Universidade Federal da Bahia

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que entendem que a forma como  
as coisas são não determina como elas devem ser.*

## AGRADECIMENTOS

Como sempre e para sempre, aos meus pais, Arlita Santana Alves e Amilton Roque Batista Alves, que são a razão e o sentido para tudo que move a minha vida.

Agradeço igualmente ao meu marido, que tanto acredita na força da minha escrita; até quando nem eu mesma acredito.

Para meu irmão – com quem cresci e que tanto me ensina –, o meu mais carinhoso agradecimento.

Grata sou aos meus familiares, amigos e colegas, por tudo que construíram dentro de mim; nada foi por acaso e tudo valeu a pena.

Agradeço imensamente ao professor André Portella, meu orientador, por ser sempre tão sereno, mas ao mesmo tempo tão decisivo e genial nos momentos em que mais precisei.

Agradeço ainda aos demais membros da banca examinadora – professores Élide Graziane Pinto e Dirley da Cunha Júnior – pela leitura atenta, pela disposição e, sobretudo, pelos impecáveis comentários, críticas e sugestões.

Como não poderia deixar de ser, aos ilustres educadores da Faculdade de Direito da UFBA, também só tenho a agradecer. Dentre tantos que me impulsionaram até aqui, deixo um abraço especial aos professores Samuel Vida, Tatiana Gomes e Júlio Rocha; muito obrigada por serem tão inspiradores.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001<sup>1</sup>. Então, por fim, agradeço à CAPES por viabilizar esta e tantas outras pesquisas Brasil afora.

---

<sup>1</sup> Menção feita em observância à Portaria CAPES nº 206, de 4 de setembro de 2018.

*“Eu não troco uma cobertura por um apartamento normal; realmente prefiro muito mais a cobertura, muito mais. Outra coisa também que eu adoro é porque a área de serviço – não é que eu tenha nada contra o pessoal que trabalha comigo, são pessoas até... que fazem 25 anos, uma tem 25 anos, a outra tem 15 anos, o motorista tem mais 15, realmente são pessoas assim... Mas a gente já não ouve, a gente fica com mais privacidade pra ficar sozinhos. Se você tiver numa sala, certo, num apartamento normal, se a pessoa entrar pela porta principal, você tem que se levantar para poder receber. Já numa cobertura você não tem isso; as pessoas entram, podem entrar na sua casa, e você descer depois de algum tempo, se você tiver fazendo alguma coisa. [...] Mesmo que o apartamento tivesse enorme, você realmente sempre ouve, vamos dizer assim, batida de panela, que isso me deixa realmente agoniada! Você veja, mesmo aqui mesmo, a gente ouve, de vez em quando, certo, aquelas batidinhas, aquela conversa – quer dizer, a conversa não é tanto –, mas realmente é a panela, vamos dizer assim, é a panela propriamente. (UM LUGAR..., 2009, 14’30” a 15’53”)*

*A Casa Abandonada só existe porque há um país inteiro que fetichiza a fila vip e a casa-grande; há uma cidade que prefere palácios decadentes a democratizar a moradia; que eterniza seus nomes em ruas. Precisa de uma elite para quem todo servente não tem nome nem rosto, é a neguinha. Precisa de um país que não sabe limpar seus próprios banheiros e prefere botar a nação abaixo a compartilhar renda e direitos. (AMPARO, 2022)*

*Na melhor das hipóteses, o pano de fundo dessa derrota torna visível a violência difusa e as rotinas diárias de dominação, que continuam a caracterizar a vida preta, mas são obscurecidos pela sua cotidianidade. O caráter normativo do terror garante a sua invisibilidade; resiste à detecção por trás de categorias racionais como crime, pobreza e patologia. Em outras palavras, a necessidade de sublinhar a centralidade do evento, definido aqui em termos de cativeiro, deportação e morte social, é um sintoma da dificuldade de representar o ‘terror como de costume’. A oscilação entre então e agora destila os últimos quatrocentos anos em um momento definitivo. E, ao mesmo tempo, a narrativa ainda em desenvolvimento do cativeiro e da desapropriação excede os parâmetros discretos do evento. Ao listar a longa lista de violações, estamos mais próximas da liberdade ou essas litâneas apenas confirmam o que é temido – a história é uma lesão que ainda não cessou de acontecer? (HARTMAN, 2002, p. 772)*

ALVES, Aline Santana. **As relações raciais e o racismo na configuração do sistema tributário brasileiro**. Orientador: André Alves Portella. Salvador, 2022. 131 f. il. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

## RESUMO

Partindo do pressuposto de que o sistema tributário brasileiro favorece a concentração de riquezas e o aumento das desigualdades sociorraciais, este trabalho investiga por que a tributação no Brasil se consolidou de forma a manter e ampliar os privilégios econômicos das elites nacionais. Mediante um estudo interdisciplinar, verifica-se que estas elites econômicas são as principais beneficiárias da branquitude – que é um sistema baseado na aceção social de raça, no qual os sujeitos brancos são postos em manifesta vantagem sobre os não-brancos. Por isso, o enfoque do estudo é eminentemente racial, voltado para como e o quanto as relações raciais e o racismo institucional contribuíram para a formação atual do sistema tributário brasileiro. Estes questionamentos com enfoque racial surgem porque, mesmo em detrimento da técnica, da arrecadação e dos princípios constitucionais, esta configuração tributária em prol da branquitude, e em manifesto prejuízo da população negra, ainda se mantém praticamente intocada. E a manifestação mais evidente destas distorções encontradas na tributação brasileira está na aplicação do princípio da capacidade contributiva às avessas: é a população mais pobre (majoritariamente negra) que arca com a maior carga tributária, enquanto os mais ricos (praticamente todos brancos) proporcionalmente pouco contribuem. Assim, a proposta é raciocinar o sistema tributário e a tributação com enfoque nas relações raciais e no racismo, mediante exposição de casos e avaliação dos mecanismos institucionais racistas utilizados tanto ao longo da formação nacional quanto atualmente. Mais do que avaliar cada tributo isoladamente, é fundamental se ater ao espírito tributário e político-jurídico que o Estado se propõe a defender e a aplicar desde meados do século XIX.

Palavras-chaves: Racismo tributário. Branquitude. Relações raciais. Regressividade fiscal.

ALVES, Aline Santana. **The race relations and racism in the configuration of the Brazilian tax system**. Thesis advisor: André Alves Portella. 2022. 131 s. ill. Dissertation (Master in Law) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

## ABSTRACT

Assuming that the Brazilian tax system favors the concentration of wealth and the increase of socio-racial inequalities, this work investigates why taxation in Brazil is consolidated in order to maintain and expand the economic privileges of national elites. Through an interdisciplinary study, it appears that these economic elites are the main beneficiaries of whiteness – which is a system based on the social meaning of race, in which white subjects are put to a clear advantage over non-whites. Therefore, the focus of the study is eminently racial, facing how and how much racial relations and institutional racism contributed to the current formation of the Brazilian tax system. These racially focused questions arise because, even to the detriment of technique, tax collection and constitutional principles, this taxation configuration in favor of whiteness, and to the manifest detriment of the black population, still remains practically untouched. And the most evident manifestation of these distortions found in Brazilian taxation is the application of the principle of ability to pay in reverse: it's the poorest population (mostly black) that bears the highest tax burden, while the richest (practically all white) proportionally contribute less. Thus, the proposal is to reason the tax system and taxation with focus on racial relations and racism, by exposing cases and evaluating the racist institutional mechanisms used both throughout the national formation and today. More important than evaluating each tax individually, it's essential to stick to the taxation and political-legal spirit that the State has proposed to defend and apply since the mid-19th century.

Keywords: Racist taxation. Whiteness. Race Relationship. Tax regressivity.

ALVES, Aline Santana. **Les relations raciales et le racisme dans la configuration du système fiscal brésilien**. Conseiller académique: André Alves Portella. Salvador, 2022. 131 p. Mémoire (Maîtrise en Droit) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

## RÉSUMÉ

En supposant que le système fiscal brésilien favorise la concentration de la richesse et l'augmentation des inégalités socio-raciales, ce travail examine pourquoi la fiscalité au Brésil est consolidée afin de maintenir et d'étendre les privilèges économiques des élites nationales. À travers une étude interdisciplinaire, il apparaît que ces élites économiques sont les principales bénéficiaires de la blanchité – qui est un système basé sur le sens social de la race, dans lequel les sujets blancs sont nettement avantagés par rapport aux non-blancs. Par conséquent, l'objectif de l'étude est éminemment racial, en examinant comment et dans quelle mesure les relations raciales et le racisme institutionnel ont contribué à la formation actuelle du système fiscal brésilien. Ces questions racialement centrées se posent car, même au détriment de la technique, du recouvrement des impôts et des principes constitutionnels, cette configuration fiscale en faveur de la blanchité, et au détriment manifeste de la population noire, reste encore pratiquement intacte. Et la manifestation la plus évidente de ces distorsions que l'on retrouve dans la fiscalité brésilienne est l'application du principe de la capacité contributive à l'envers : c'est la population la plus pauvre (majoritairement noire) qui supporte la charge fiscale la plus élevée, tandis que les plus riches (presque tous blancs) contribuent proportionnellement moins. Ainsi, la proposition est de raisonner le système fiscal et la fiscalité en mettant l'accent sur les relations raciales et le racisme, en exposant des cas et en évaluant les mécanismes institutionnels racistes utilisés à la fois dans la formation nationale et aujourd'hui. Plus important que d'évaluer chaque impôt individuellement, il est essentiel de s'en tenir à l'esprit fiscal et politico-juridique que l'État se propose de défendre et d'appliquer depuis le milieu du XIXe siècle.

Mots clés : Racisme fiscal. Blanchité. Relation raciale. Régressivité fiscale.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2 O RACISMO BRASILEIRO E O PERFIL DA TRIBUTAÇÃO</b>	14
2.1 UM BREVE HISTÓRICO ACERCA DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL	19
2.2 A CONSOLIDAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX	26
<b>3 EXPOSIÇÃO DE CASOS E VERIFICAÇÃO DE PRIVILÉGIOS TRIBUTÁRIOS</b>	37
3.1 CASO 1: OS GANHADORES E A GUERRA FISCAL AOS NEGROS NO SÉCULO XIX	40
3.2 CASO 2: O IMPOSTO DE RENDA E OS VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS NO SÉCULO XX	57
3.3 O AUTORITARISMO BRASILEIRO E A TRIBUTAÇÃO ÀS AVESSAS	72
<b>4 A URGÊNCIA DE UMA TRIBUTAÇÃO CONSTITUCIONALIZADA E ANTIRRACISTA</b>	89
4.1 A ESSENCIALIDADE DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E DA IGUALDADE RACIAL PARA A DEMOCRACIA	93
4.2 A TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA E A SELETIVIDADE TRIBUTÁRIA	97
4.3 POR UM SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEMOCRÁTICO, NÃO-EXCLUDENTE E ANTIRRACISTA	106
<b>5 CONCLUSÃO</b>	116
<b>REFERÊNCIAS</b>	120

## 1 INTRODUÇÃO

A ideia, bastante difundida ao longo do século XX, de que existem democracia racial e miscigenação pacífica no Brasil só serviu para ocultar a guerra<sup>2</sup> que o Estado passou a travar, a partir de meados do século XIX, contra a população negra e toda a representação da sua existência atual e pretérita.

Com a espoliação cruel que foi a Lei nº 3.353/1888 – Lei Áurea –, aliada à imigração em massa de pessoas brancas, foi dado início ao plano de extermínio da negritude, concomitantemente com o projeto de embranquecer a população brasileira. Como forma de efetivar cotidianamente o extermínio racial, esta realidade racialmente excludente pesou bastante sobre os pressupostos para a inserção das pessoas negras no mercado de trabalho: para trabalhar e sobreviver, era preciso se adaptar ou estar condizente com o ideal nacional de embranquecimento.

Esta conformação institucional de proteção eurocêntrica, e de sobreposição de um grupo sobre outro, inevitavelmente promoveu também relevantes impactos sociais. Com efeito, o racismo é consequência e causa da estrutura social e institucional de poder que busca manter a hegemonia e os privilégios da população branca.

Assim sendo, para desvelar adequadamente as relações raciais e o racismo, é importante compreender a branquitude tanto como questão de identidade racial quanto como sistema no qual determinados sujeitos são postos em manifesta vantagem sobre outros, num dado contexto histórico-social. Por isso que, a partir da compreensão do que se trata a branquitude brasileira, é possível saber quais são as linhas que compõem o tecido que a veste. A tecelagem do racismo tanto é prática cotidiana que serve à branquitude, quanto é tecnologia de poder que compõe a normalidade do tecido social. Ou seja, não é erro na trama das linhas: é, na realidade, parte da composição dela – o racismo é a principal tecnologia de poder que beneficia a população branca.

Outra tecnologia de poder que sustenta a estrutura central de nossa sociedade é o direito. Trata-se de tecnologia mais evidente, haja vista que é a partir do direito que se forma o sistema normativo pelo qual o Estado interfere mais explicitamente na vida dos cidadãos. “Se o direito é produzido pelas instituições, as quais são resultantes das lutas pelo poder na sociedade, as leis são uma extensão do poder político do grupo que detém o poder institucional” (ALMEIDA,

---

<sup>2</sup> Aqui entendida por ações constitucionais orquestradas para eliminar a negritude do Brasil. Trata-se do resultado de todos os esforços do Estado em prol da criação de uma nação por se embranquecer, nos moldes das teorias trazidas pelo racismo científico, muito em voga à época.

2019, posição 1338), então não se pode falar em relações raciais produzindo efeitos na sociedade sem analisar os instrumentos normativos que as organizam e que estruturam os grupos e os atores sociais racializados.

Em que pese os malefícios resultantes das vantagens simbólicas tenham bastante relevância e deem suporte para toda a sorte de violência subsequente – a exemplo do baixo reconhecimento e da diminuta punitividade dos crimes de racismo e de injúria racial, conforme expõe o estudo feito na obra “Racismo recreativo” (MOREIRA, 2019) –, o presente trabalho busca dar maior enfoque à dinâmica histórica, social e jurídica que viabiliza os privilégios materiais de que tem gozado essa pequena parcela da população brasileira, e os quais são amplamente reforçados pela tributação.

Portanto, esta dissertação discute justamente de que forma as relações raciais e o racismo podem explicar por que este modelo de sistema, contrário ao princípio da capacidade contributiva e a mandamentos constitucionais basilares, persiste há tanto tempo, quais os seus impactos e quais são os caminhos viáveis para a mudança. Para isso, ela é composta de cinco capítulos, incluída esta introdução.

No segundo capítulo, são expostos os fundamentos do racismo brasileiro e um breve histórico de como a tributação brasileira se formou. Ao apurar a conformação tributária brasileira e social de meados dos séculos XIX e XX, verifica-se que existe uma essência controladora e repressiva na incidência dos tributos. Eis que, para o terceiro capítulo, são trazidas duas exposições de caso<sup>3</sup>, bem como uma leitura acerca do quanto o autoritarismo brasileiro tem relação com a configuração tributária verificada desde a formação nacional. Por fim, no capítulo quatro, ancorando-se eminentemente nos princípios da Constituição Cidadã, a pesquisa expõe a inconstitucionalidade verificada na manutenção deste espírito tributário e financeiro, bem como aponta caminhos para que os efeitos redistributivos da tributação sejam utilizados em prol das políticas de ações afirmativas e da equidade sociorracial. Uma última seção sumariza a dissertação.

Assim, o problema fundamental a ser abordado pelo texto é a forma como os tributos possuem um papel decisivo ao viabilizar, silenciosamente, a dominação de um grupo minoritário sobre os demais. Isso porque, por ser bastante regressiva, a tributação brasileira acaba por reforçar a acumulação excessiva para os mais ricos e a restrição à subsistência dos mais pobres. O argumento central defendido é de que o racismo tem relação direta com as

---

<sup>3</sup> A primeira situação narrada trata dos impostos excessivos sobre o trabalho, aplicados exclusivamente a um grupo de pessoas negras, no século XIX; no século seguinte, do lado sociorracial oposto, é exposto como segundo caso a lógica da tributação diminuta reservada às elites brasileiras.

distorções verificadas na tributação brasileira, enquanto ferramenta de controle indireto, e a resposta que se espera confirmar é justamente neste sentido: que o elemento racial é fator indispensável para desvendar e compreender a configuração brasileira da tributação como reforço à continuidade dos privilégios das pessoas brancas e do racismo. Igualmente são mencionado, apenas a título de contextualização, os aspectos referentes ao direito financeiro que dialogam com as temáticas tratadas.

Com foco nessas questões centrais, mediante raciocínio dedutivo, busca-se fundamentar de que forma a inconstitucionalidade tributária brasileira é uma problemática imbricada com o racismo – sendo tanto consequência quanto um dos muitos reforços para a sua perpetuação. A hipótese trazida, a qual engloba a realidade sociorracial, o estudo da branquitude e a incidência tributária no Brasil, mostra-se pertinente por meio da exposição dos casos – os quais consistem em um levantamento exploratório –, bem como pelos indicadores e índices oficiais (IBGE, 2022b). Então, considerando os dados históricos, sociais e estatísticos, tanto qualitativos quanto quantitativos, compreende-se que as ações afirmativas tributárias atualmente são medidas político-jurídicas viáveis e necessárias.

Trata-se, assim, de uma pesquisa aplicada com o mister de embasar e discorrer sobre a solução dos problemas apontados. Desta forma, é esperado que o resultado do presente trabalho contribua com o debate acerca das causas e das consequências do racismo brasileiro, pontuando a imprescindibilidade de ampliar a pesquisa jurídica interdisciplinar no âmbito da branquitude, das relações raciais e do racismo.

Ao se fazer um estudo baseado nestes pressupostos metodológicos, fica notório que no Brasil existe um forte sistema político-jurídico de poder que coloca, há gerações, a população branca em uma posição privilegiada, tanto simbólica quanto materialmente. Quando se fala em sistema, significa que todos os ramos do direito estão inclusos, ainda que alguns operem com mais sutileza, servindo-se de uma estrutura eminentemente técnica. E é justamente essa atuação camuflada que dá ainda mais força à atuação do direito tributário que, por ser um silencioso reforço às desigualdades sociorraciais, acaba por ser o seu mais forte guardião.

## 2 O RACISMO BRASILEIRO E O PERFIL DA TRIBUTAÇÃO

Cuidando para disponibilizar uma concepção mais completa da conceito, eminentes estudiosas brasileiras das relações raciais na área da psicologia social trazem as seguintes diretrizes para definir a branquitude:

A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder fundamentais, concretas e subjetivas em que as desigualdades raciais se ancoram. (SCHUCMAN, 2014, p. 84)

Frankenberg vai definir branquitude a partir do significado de ser branco, num universo racializado: um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo. (CARONE; BENTO, 2016, p.71)

Para além de apreender conceitualmente a branquitude, é imprescindível saber também o que se ganha com a iniquidade sociorracial e, mais importante ainda, verificar quem mais ganha e quais são os meios utilizados. Portanto, o combate efetivo às desigualdades sociorraciais implica tanto em compreender mais a fundo no que elas consistem quanto em saber quais são as suas causas fundamentais, uma vez que, há séculos, a “proteção de bens e patrimônios dos brancos foi estruturada nos prestígios da branquitude e na negação dos negros como sujeitos constitucionais” (GOMES, R.P., 2022, p. 106). Portanto, o enfoque é para o fato de que, dentro desse ciclo de acumulações sucessivas, os tributos possuem papel decisivo para viabilizar a dominação de determinado grupo minoritário sobre os demais, pois:

o racismo institucional aparece como um conjunto de mecanismos, não percebido socialmente e que permite manter os negros em situação de inferioridade, sem que seja necessário que os preconceitos racistas se expressem, sem que seja necessário uma política racista para fundamentar a exclusão ou a discriminação. O sistema nessa perspectiva funciona sem atores, por si próprio. (WIEVIORKA, 2006, p.168 *apud* SCHUCMAN, 2014, p. 86)

Nesse mesmo sentido explica Silvio Almeida (2019), ao discorrer sobre a acepção que faz do racismo estrutural, explicitando que o racismo no campo econômico se manifesta objetivamente, estabelecendo privilégios para o grupo racial dominante, em prejuízos dos que não fazem parte do grupo; então desta forma, convertendo-se em uma tecnologia de poder, que o racismo internaliza as contradições. Assim, o autor sustenta que o racismo existe como parte da normalidade – ou seja, compondo *a priori* uma manifestação estrutural do sistema, e não como patologia que resulta em violências individuais e plurilocalizadas.

A psicologia social também explica que o racismo, enquanto instrumento de dominação tangível e eficiente, ancora-se no funcionamento normal da sociedade e das instituições (CARONE; BENTO, 2016).

Entendendo haver diferentes manifestações do racismo, convém salientar que estas discriminações raciais no âmbito interpessoal configuram o racismo individual, enquanto que a forma de racismo que possui mecanismos mais amplos e efetivos de opressão em uma sociedade racializada é o racismo institucional. Este se configura mediante mecanismos de discriminação inscritos no corpo da estrutura social e “se estabelece nas instituições traduzindo os interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes” (SCHUCMAN, 2014, p. 86).

Por isso que, quando alguém se identifica como branco, é natural que ele reconheça a existência de um sistema que o coloca em manifesta vantagem social, e não apenas como um mecanismo de mão única, que implica desvantagens para os não-brancos. Exemplificando: em curso universitário sobre relações raciais, Beverly Tatum, psicóloga norte-americana, ouve de uma depoente que ela antes via o racismo apenas como “atos individuais de agressão, não como um sistema invisível conferindo dominância para o meu grupo” (TATUM, B.D., 1992 *apud* CARONE; BENTO, 2016, p.43).

Nesse sistema invisível que confere dominância para um grupo – ancorado no racismo –, o aspecto da vantagem material acaba por ser mais proeminente, porquanto interfere imediata e diretamente na liberdade, na dignidade e, em última instância, na existência das pessoas do outro grupo. Isso porque:

A sociedade racista desenvolve mecanismos diversos – uns mais sutis, outros nem tanto, de restrição, limitação e exclusão social. Sujeita o indivíduo negro a barreiras que limitam ou bloqueiam suas condições de mobilidade social, associa-os à pobreza e à miséria, banaliza situações graves de constrangimento e violação de direitos que levam à alienação e, no limite, à morte. É o que demonstram os indicadores mortos por assassinato de jovens negros. Em trajetória crescente essas mortes explicitam não apenas a banalidade da desigualdade, mas a ação não constrangida da violência contra a população negra. (THEODORO, 2014, p. 214)

A dominância do grupo racialmente marcado, por ser exercida mediante forças sobrepostas, plurilocalizadas e reiteradas, ainda que não explícitas, acaba por resultar em silêncio e negação constantes por parte do grupo que a exerce, como forma de se perpetuar impunemente. No que concerne ao processo histórico que deu origem ao Brasil formalmente independente, mediante perspectiva mais ampla e coletiva,:

É compreensível o silêncio e o medo, uma vez que a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação instituída de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país. Assim, a sociedade empreendeu ações concretas para apagar essa “mancha negra da história”, como fez Rui Barbosa, que queimou importante documentação sobre esse período. Essa herança silenciada grita na

subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade.

No entanto, o silêncio não pode apagar o passado: esse tema é um permanente desconforto para os brasileiros e emerge quando menos se espera. (CARONE; BENTO, 2016, p. 46)

Vale observar, portanto, que esta posição de privilégio material se estabelece de diversas formas, bastando que as condições favoráveis para o exercício diário de poder estejam alinhadas com as ferramentas estatais, resultando em benefícios tangíveis a determinado grupo, e repressão para os indivíduos de fora deste grupo.

Neste cenário de coações sucessivas, as condições básicas de cidadania geralmente são negadas à maior parte da população, tanto direta quanto indiretamente. E a negação à cidadania é assimilada socialmente como parte da normalidade, porque o surgimento dos cidadãos formais, que outrora eram passíveis de serem escravizados, não ocorreu mediante a viabilização de uma cidadania efetiva. Muito pelo contrário: a consequência foi uma situação na qual a formação social brasileira pressupunha tanto uma hegemonia branca, mediante o branqueamento da população, quanto a implementação de uma engenharia de controle da população negra, da qual a tributação faz parte.

A forma como é implementada esta engenharia de controle fica mais evidente ao se observar que, nas décadas anteriores à abolição formal da escravidão, muito se problematizou acerca de quais seriam os resultados sociais e econômicos que viriam com a extinção do instituto, conforme contextualiza historicamente a jurista Ana Flauzina, ao trazer que:

A partir desse tipo de compilação jurídica, podemos perceber que um sistema ancorado necessariamente no privado, pela manutenção das relações escravistas, começa a se deslocar em direção ao público com mais vigor. Com a intensa urbanização, e a grande concentração de pessoas negras nas cidades, foi indispensável arquitetar uma rede mais complexa de controle, agora contando com um aparato institucional mais completo. A capital do Império, por exemplo, em 1849, agregava “... a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes”. O Rio de Janeiro era, dessa maneira, uma cidade africana. A mesma dinâmica poderia ser observada em praticamente todos os outros aglomerados urbanos do país. No dizer de Lélia Gonzalez, “a rasteira está dada, o Brasil está e é africanizado”. Uma massa negra desgovernada, vivendo à margem da tutela, com possibilidade de se articular sem maiores resistências, poderia representar não só o fim de um sistema de exploração de mão-de-obra, mas o fim da própria hegemonia branca. Assim, era preciso apertar os freios, estreitar ainda mais o controle sobre os escravizados, não deixando escapar os libertos à engenharia do controle. É na administração desse momento explosivo da história que o Império concentra todas as suas energias. (FLAUZINA, 2006, p. 56)

Portanto, além do controle físico, que desenhou tanto o regime escravista quanto as bases do sistema penal brasileiro, conforme disserta a supracitada autora, o controle à subsistência sempre fez uma forma de domínio sobre a população não-branca. E o oposto é

consequência lógica que, desde a existência do Estado brasileiro, fez-se presente: a abundância material sempre deu a tônica na garantia da dominação branca sobre o território brasileiro.

Ou seja, aliada à patente violência estatal – que ainda se mantém –, afetar de forma implacável a subsistência do grupo que se pretende ter subjugado tem sido um meio deliberado de garantir o exercício efetivo e constante de poder, seja assegurando a manutenção de mão de obra barata, seja dominando a autonomia da vontade de determinada coletividade mais vulnerável.

No outro polo, fenômeno inverso se verifica: na vivência da branquitude brasileira, a tributação é uma ofensa, uma desvantagem social, quase um demérito que não deve ser atribuído a este grupo. Então, para esses indivíduos, os seus rendimentos muito acima da média nacional e as suas propriedades herdadas precisam ser protegidos a qualquer custo.

Em que pese as elites empresariais travem uma batalha de morte para deixar de pagar tributos, a população mais pobre, a qual contribui proporcionalmente muito mais para a arrecadação do erário, não tem sequer consciência do quanto são forçados a pagar de tributos. Por essa razão, dentre as diversas engrenagens de controle da subsistência, a tributação tem sido a mais escamoteada. De forma mais manifesta, esta batalha é igualmente travada pelas elites no que concerne à disputa pelo orçamento, quando se verificam ações reiteradas, junto ao poder público, para obstar programas de transferência de renda e contribuir com a erosão da prestação dos serviços públicos essenciais<sup>4</sup>.

Em oposição à desproteção que sujeita os mais pobres, cuja sobrevivência depende da prestação dos serviços públicos, as categorias mais abastadas da sociedade gozam de grandes privilégios junto ao erário. Nesta realidade de orçamento de castas (PINTO, 2018), o duodécimo do alto funcionalismo público, por exemplo, possui proteção constitucional, nomeadamente no artigo 168. No âmbito privado, as despesas relacionadas ao montante a ser pago pelo serviço da dívida pública financeira – cujos maiores credores fazem parte dos segmentos mais ricos da população<sup>5</sup> – perfaz uma das cláusulas pétreas orçamentárias (SCAFF, 2022), disposta no artigo 166, §3º, II, b) da Constituição. E, por força dos artigos 9º e 17, §6º, da Lei de Responsabilidade

---

<sup>4</sup> Um exemplo contundente desta realidade foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que implementou em 2016 um novo regime fiscal para os 20 (vinte) anos seguintes, limitando gastos e investimentos públicos, especialmente nos serviços de natureza social. Apesar dos muitos protestos opostos à medida, a então “PEC do teto” foi aprovada, tendo como fundamento a necessidade de um novo regime fiscal, como se fosse esta a única forma de retomar o crescimento da economia.

<sup>5</sup> “Quem são os credores? Todo aquele que se utiliza do sistema financeiro para investir em títulos públicos, que podem ou não estar reunidos em fundos oferecidos pelos bancos a seus clientes. Ou seja, os credores são aqueles que possuem dinheiro para emprestar ao governo e o fazem através do sistema bancário.” (SCAFF, 2022)

Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a despesa com o serviço da dívida está acima de todos os demais gastos, inclusive daqueles com direitos sociais constitucionalmente protegidos.

Com a Emenda Constitucional nº 95, que limita os gastos com as despesas primárias, ficou ainda mais evidente que a prioridade alocativa das receitas está a serviço das elites nacionais. Ao priorizar as despesas financeiras em detrimento dos investimentos públicos em serviços sociais, o recado estatal, no que tange à destinação prioritária do orçamento público, está dado. Ou seja, se por um lado a prioridade dos gastos públicos está no pagamento do serviço da dívida aos mais abastados, por outro, temos uma arrecadação que pouco tributa os mais ricos, mas onera pesadamente a população mais pobre.

Assim, a partir destas constatações, fica claro que a engenharia de controle que atua sobre a subsistência das pessoas mais pobres é a face mais cruel e mais eficaz de um sistema social iníquo, feito em prol das desigualdades. A pobreza e a desigualdade sociorracial são evidentes e facilmente constatadas, mas nem todos os mecanismos que as viabilizam são notados, como é o caso da tributação. A tributação brasileira, feita mediante uma complexa rede de atuação estatal federativa, é o resultado prático do Sistema Tributário Nacional, o qual pode ser definido sucintamente como “o conjunto de normas hierarquicamente organizadas versando sobre matéria tributária”, o qual “é composto pelos tributos instituídos no Brasil e pelos princípios e normas que os regulam” (SINDIFISCO, 2018, p. 10).

Em silêncio, este mecanismo de controle posto em marcha pelo Estado brasileiro promove o acúmulo geracional das vantagens e dos prejuízos. O custo da acumulação desenfreada de um grupo racialmente identificável é pago pelos mesmos espoliados de outrora, majoritariamente negros, sob forma de sacrifícios reiterados e da luta cotidiana pela subsistência.

Enquanto isso, a riqueza subtributada da parcela mais abastada está muito bem remunerada na dívida; os ganhos da escravidão prosseguem e estão justamente na garantia constitucional (artigo 166, § 3º, II, b)) da remuneração mediante os elevados juros da dívida pública, transformando uma riqueza geracional ociosa em fonte indefinida de rendimentos financeiros. Desta forma, o trabalho escravo pretérito segue com outra roupagem, visto que as formas de opressão foram reelaboradas e os espoliadores nunca abriram mão do excesso que lhes garanta gerações de herdeiros sem labor.

Ademais, existe ainda a corrupção legalizada na forma de tributos devidos, que configuram uma dívida ativa que nunca é arrecadada, o que prejudica setores públicos fundamentais, como, por exemplo, a Previdência Social (CAMARGO, 2019). Já o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei 9.964/2000, trata da regularização e da

renegociação de dívidas tributárias, mas a sua desvirtuação e aplicação contínua premiam a inadimplência, e a sonegação é indiretamente fomentada.

Os maus pagadores, que geralmente são os que devem maiores montantes, ou nunca são punidos adequadamente, ou, pior, acabam por ter seus elevados débitos perdoados pelo Estado. Por isso que o reforço aos privilégios consiste também na sistemática ordenação de prioridades alocativas, a qual admite, por exemplo, a ausência de limites para as dívidas consolidada e mobiliária da União, e escolhe não fixar freios contundentes na Emenda Constitucional 95/2016 para as renúncias fiscais (PINTO, 2018).

Portanto, da mesma forma que a tributação é uma ferramenta poderosa no combate às desigualdades, ela também opera no sentido contrário; como é típico das ferramentas, ela funciona dentro do que se busca extrair dela. Como quem mais a instrumentaliza busca o acúmulo, então esse campo de disputa tem servido eminentemente como um reforço à branquitude.

## 2.1 UM BREVE HISTÓRICO ACERCA DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

Com a chegada dos portugueses à *Terra Brasilis*, foi implementado o modelo de monocultura na exploração fundiária voltado para a exportação. Os ciclos de plantio e o uso da terra eram orientados pelos bens de consumo que interessavam ao mercado externo, no respectivo momento histórico. Em meados do século XVI, os imigrantes que aqui se estabeleceram receberam a posse dos lotes de terra para viabilizar este modelo de exploração, o qual necessariamente pressupunha tanto um investimento para montar a estrutura operacional da exploração agrária, quanto a aquisição de mão de obra negra escravizada.

Séculos depois, diante do inevitável fim da escravização, foi implementado o plano de exclusão da população negra da formação da identidade nacional. Um exemplo histórico emblemático é o Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que só permitia a candidatura e o voto dos que soubessem ler e escrever, em período no qual quase que a totalidade da população negra, tanto escravizada quanto livre ou liberta, era analfabeta, enquanto que o pouco contingente de letrados brasileiros eram praticamente todos brancos. Vale salientar que, mesmo após a abolição da escravidão e proclamada a República, esta segregação política e social indireta se manteve: o artigo 70 da Constituição de 1891 ratificou a proibição de que analfabetos votassem ou fossem elegíveis, sendo somente com a reforma constitucional de 1988 que o voto se tornou um direito universal no Brasil.

Fazendo um pertinente paralelo, cabe salientar que, apesar de o art. 208, inciso I, da Constituição determinar como dever do Estado a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4

(quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988), esta obrigatoriedade só veio se efetivar a partir de 31 de dezembro de 2016, com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 59/2009<sup>6</sup>. Ou seja, o ensino médio (competência dos estados) e pré-escola (competência dos municípios) não estavam garantidos nas redes públicas até final de 2016. Portanto, até 2016, a alfabetização plena esteve relegada à população mais vulnerável, que depende da rede pública de ensino para ter acesso à educação, da mesma forma que o exercício pleno da cidadania esteve relegado a estes mesmos vulneráveis até 1988.

Esta proibição indireta de acesso à vida política mediante sufrágio, a qual foi crucial no período em que se firmaram as bases políticas no início da República<sup>7</sup>, esteve aliada a outros meios de relegar a população negra à condição de subcidadãos, a partir do período pós-abolição. Sem dúvida, a manutenção da violência de outrora constitui um desses meios de subjugação, só que, a partir de então, mediante o braço estatal do sistema penal (FLAUZINA, 2006). Através de relato historiográfico, Sidney Chalhoub expõe ainda que:

A resistência escravocrata mostrou-se tenaz, levando à nova tentativa de compromisso em 1885, afinal gorada, porém suficiente para conferir ao Brasil a honra duvidosa de se tornar o último país do Ocidente a abolir a escravidão. Quanto aos negros que se alforriavam em ritmo mais acelerado, enfrentavam redefinições sociais e políticas da precariedade da liberdade. Estavam excluídos da cidadania política devido à lei eleitoral de 1881, não tinham acesso à instrução primária, não obtinham autorização legal para criar associações baseadas em laços étnicos e raciais. Em meio a tantas negativas, lidavam com a afirmação do racismo científico na esteira do imperialismo europeu e sua repercussão no desenho de políticas públicas (CHALHOUB, 1996). Outrossim, a difusão de novas ideologias do trabalho esgarçava o conceito de vadiagem e restringia a liberdade possível aos egressos do cativo e seus descendentes, fazendo deles os alvos preferenciais da suspeição policial nas cidades. Destarte, gestavam-se estruturas de dominação atinentes a formas de exploração do trabalho outras que não a escravidão, renovando-se os sentidos da precariedade estrutural da experiência de liberdade dos negros. (CHALHOUB, 2010, p. 57 e 58)

Acerca do tratamento institucional dispensado aos negros no pré e no pós-abolição, a também historiadora Wlamyra Albuquerque (2009) traz e analisa documentos que retratam as três últimas décadas do século XIX no Brasil. Em um desses documentos, do ano de 1866, é constatado um impasse no qual J. A. Cole, um fazendeiro norte-americano branco, tentava migrar, juntamente com duas mulheres negras. Ao fim e ao cabo, na ânsia de branquear o país

<sup>6</sup> “Art. 6º O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.” (BRASIL, 2009).

<sup>7</sup> “Em 1874, ainda durante o Império, apenas cerca de 10% da população votava. Já em tempos de República, em 1910 por exemplo, numa população de 22 milhões somente 627 mil tinham direito de voto. Nos anos 1920, a porcentagem oscilava entre 2,3% e 3,4% do total da população.” (SCHWARCZ, 2019, p. 49 e 50)

e impedir a imigração de pessoas negras, o autoritarismo do Estado brasileiro suplantou a própria legislação pátria, conforme exposto a seguir.

Cada um dos casos foi analisado em períodos distintos, mas sob o mesmo princípio: pessoas de cor não podiam imigrar para o Brasil, fossem livres ou libertas, todas deveriam ser deportadas. As três histórias contam trajetórias particulares que remetiam ao mesmo “problema”: como evitar que pessoas de cor imigrassem para o Brasil sem se lançar mão de uma legislação racista?

[...]

Solicitaram-se passaportes para os norte-americanos, o branco e as negras. Mas logo que o pedido chegou ao conhecimento do diplomata brasileiro, este se recusou a concedê-los. A alegação era de haver impedimento à entrada de pessoas de cor no Brasil. O impasse estava estabelecido. J. A. Cole contestou com a própria circular do consulado; o cônsul insistiu na recusa. A divergência de interpretação estava longe de ser um mero equívoco. Sinalizava como os subterfúgios diplomáticos podiam evitar a imigração e mesmo o trânsito de pessoas de cor no país. Ao mesmo tempo, revelava a inexistência de dispositivos legais que a barrassem. Para o advogado e o fazendeiro norte-americanos, negro e escravo não eram termos que se confundiam. Nessa lógica, a proibição do governo brasileiro não tinha mesmo nenhum respaldo legal. Noutra perspectiva, a racial, a resistência governamental remetia a um projeto social excludente, que estava em gestação no contexto de desarticulação da escravidão no Brasil. (ALBUQUERQUE, 2009, p.66 e 67)

O óbice à entrada de pessoas negras no Brasil, conforme fica evidente no relato acima, era parte de um projeto institucional excludente como contraponto à desarticulação da escravidão. A fórmula aplicada pelos dirigentes públicos neste período era relativamente simples: com o fim formal da escravidão, não havia razão para que houvesse pessoas negras no Brasil.

Justamente por isso que no pós-abolição não existiu edição de lei que desse condições para que esses novos cidadãos formais – em verdade “quase-cidadãos”, conforme denominaram Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha em obra literária que traz esta classificação social no título (2007) – tivessem meios de subsistência fora do cativeiro. Já para os estrangeiros brancos, havia o decreto nº 528 de 28 de junho de 1890<sup>8</sup>, que regularizou a política de imigração voltada para o branqueamento da população brasileira e dava amplos direitos e recursos aos europeus que imigraram para o Brasil:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes,

<sup>8</sup> Na exposição de motivos do decreto, o deputado Francisco Glicerio pontua que “o desenvolvimento da imigração européa, o que somente se poderá conseguir mediante disposições que garantam o estabelecimento de uma corrente de immigrants laboriosos e morigerados, assegurando-se-lhes os auxilios e recursos necessarios para a sua conveniente collocação.” e que “Em outras disposições foram devidamente acautelados os interesses dos immigrants, que durante largo prazo gozarão de toda a protecção das autoridades da Republica, encontrando, afinal, nos nucleos custeados pelo Estado, definitiva collocação no caso em que, por qualquer circumstancia, não lhes convenha permanecer nos estabelecimentos particulares.”. (BRASIL, 1890)

communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Esse tratamento diametralmente diferente que é dispensado a grupos de brancos e a grupos de negros não é à toa: em se tratando de recursos escassos, para assegurar o privilégio da acumulação para um grupo é preciso restringir direitos e afetar a subsistência de quem não faz parte deste grupo. Como não se pode dissociar a liberdade democrática material da garantia de subsistência, as muitas formas de repressão deliberada resultam em uma persistente exclusão social que se propaga no tempo e afeta sucessivas gerações. Assim:

Em tais fatores encontramos as raízes da desigualdade na sociedade brasileira, sobretudo na forte concentração de terra e nas relações sociais advindas do trabalho escravista, que deram origem a uma rígida estratificação de classes sociais. A distância social entre a elite proprietária rural e a massa dos trabalhadores delineou as bases da atual concentração de renda.

O fim da escravidão, da qual o Brasil foi o último país a se livrar, não aboliu o monopólio da terra, fonte de poder econômico e principal meio de produção até as primeiras décadas do século XX. A classe dos trabalhadores brasileiros fez-se com a importação de mão de obra imigrante e com a exclusão dos trabalhadores nacionais. (SANTOS, G., 2009, p. 16)

O monopólio da terra e das relações estatais de poder se adaptou de forma a garantir a perpetuação do acúmulo. A não abolição do monopólio da terra garantiu que, mesmo com a iminência do fim da escravização formal, os poderes econômico e político permanecessem com o mesmo grupo escravocrata de outrora. Ou seja:

A imposição do fim do tráfico em algum momento ressoaria no Brasil, mas não sem antes a classe proprietária, em conluio com o sistema político se cercar das garantias institucionais, sobretudo normativa, para impedir a inserção dos (ex)escravos na sociedade brasileira, sobretudo no acesso aos meios de produção. Nesse sentido, mais uma pirrotécnica legislativa fora edificada para manter os privilégios dos poderosos: o cerceamento do acesso à terra pelos escravos e futuros ex escravos, através da Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras.

A referida norma acabou com o sistema de posse ou doação, passando a garantir a propriedade (domínio) de terra apenas por quem poderia pagar por ela, deixando claro o propósito legislativo no art. 1º: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.” (sic) (BRASIL, 1850, p. 1), favorecendo os grandes proprietários rurais, detentores dos meios de produção agrícola, sobretudo da terra.

Essa lei legitimou as concessões de terras doadas antes de sua promulgação e impôs valores para registro, cancelando o direito de posse. Consequentemente, os escravos libertos não teriam condições de pagar por elas. Na verdade, “Com o fim do investimento na compra de escravos, houve o direcionamento de investimentos para bancos, ferrovias, portos, seguradoras, urbanização” (PODELESKI, 2009, p. 51), entre outras situações. A lei, por conseguinte, possibilitou um redimensionamento dos investimentos para manter as fortunas de quem já as tinham, em detrimento daqueles que não possuíam. (SANTOS, W.S., 2022, p. 179 e 180)

Portanto, com o fim do tráfico negreiro, o capital imobilizado em pessoas escravizadas passou para a terra que, a partir de 1850, poderia ser adquirida<sup>9</sup>. E os que viriam a adquirir as terras e gerar negócios a partir delas eram os mesmos que detinham a posse dos latifúndios cuja rentabilidade era garantida pela exploração do trabalho escravo. Então, se o capital produtivo era sustentado pela propriedade de mão de obra escravizada, o final do instituto demandava o deslocamento deste capital, que passava a ser a propriedade da terra e os seus desdobramentos econômicos.

Fazendo um paralelo com a atualidade, cabe a seguinte pergunta: para onde vão os maiores créditos estatais e benefícios para a produção rural? Não restam dúvidas que para o agronegócio (GOMES, M.E., 2022). E por mais que formalmente haja políticas de fomento e de apoio ao pequeno agricultor, os cortes de verbas perfazem entraves para a garantia da produção. Esta exata situação é verificada no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – o qual é suprido principalmente pela agricultura familiar –, cujo valor da verba federal que o integra não é corrigido pela inflação desde 2017<sup>10</sup>. Então, o reajuste do valor pela inflação precisaria ser entre 34% e 40%, e havia sido aprovado em julho pelo Congresso Nacional (caput, § 2º e § 3º do artigo 25 do Projeto de Lei (CN) de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) n. 5/2022), mas foi rejeitado pela Presidência da República sob o argumento de que a proposta é contrária ao interesse público (BRASIL, 2022)<sup>11</sup>. Com efeito,

---

<sup>9</sup> Vale observar que a legislação que regulou a compra de terras não perdia de vista a continuidade do plano de branqueamento da população brasileira: a Lei de Terra (Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850) trata expressamente do financiamento estatal da imigração europeia. Veja-se:

“Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem”.

<sup>10</sup> O que, vale observar, perfaz um duplo ataque aos mais vulneráveis, porquanto, assim como os agricultores familiares, os principais destinatários da merenda escolar da rede pública são crianças e adolescentes de famílias pobres.

<sup>11</sup> Razões do veto mantido no caput, § 2º e § 3º do artigo 25 da LOA – Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022:

“A proposição legislativa estabelece que as dotações da Lei Orçamentária de 2023, relativas às unidades orçamentárias correspondentes aos Institutos Federais de Ensino e às Universidades Federais, deveriam ser corrigidas conforme o disposto no inciso II do & 1º do art. nº 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e não poderiam ser menores que as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2022.

Estabelece, ainda, que o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e a respectiva Lei deveriam consignar dotações que contemplassem bolsas de permanência, por estudante, em valores equivalentes, no mínimo, aos valores praticados desde a última atualização, corrigidos na forma do inciso II do g 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de consignar, ainda, dotações que contemplassem valores per capita para oferta de alimentação escolar a serem repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios equivalentes, no mínimo, aos valores praticados desde a última atualização, também corrigidos na forma inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público tendo em vista que incluiria valores mínimos específicos para programações do Ministério da Educação (referentes

resta evidente que o orçamento, assim como a tributação, há séculos estratifica racialmente quem o Estado beneficia e quem ele esbulha.

Voltando ao século XIX, ao observar os trabalhos do Poder Legislativo às vésperas da abolição formal da escravidão, verifica-se que o erário também se sustentava pela exploração da mão de obra escravizada, e que os parlamentares não estavam dispostos a abrir mão dessa arrecadação. Por se beneficiarem diretamente dessa realidade, muitos agentes públicos, em prol da arrecadação, defenderam até o último instante a continuidade da escravização, conforme se verifica na fala do deputado Andrade Figueira, no parecer nº 1 da Sinopse dos trabalhos da Câmara dos Deputados, do ano de 1888, páginas 15 e 16:

A questão não é de sentimentalidade, é uma questão política, insiste o orador. Com finanças já arruinadas, com uma dívida pública que vai crescendo a passos agigantados, com as fontes de produção ameaçadas, é preciso que os representantes da Nação sejam mais cautelosos. Abra-se o relatório do Ministério da Fazenda, vejamos os balanços do Tesouro, coteje-se a renda arrecadada nas alfândegas, visto que os nossos tributos consistem quase que exclusivamente em direitos de exportação e direitos de importação. Encontram-se aí lições eloquentes. O que dizem elas? Dizem que três províncias do Império, as províncias do Rio, Minas e S. Paulo, concorrem para as rendas públicas com dois terços da sua soma total. Pois bem: estas três províncias têm dois terços da escravatura matriculada no ano findo, e representam apenas um terço da população total do Império; de maneira que, com um terço da população nacional, elas concorrem com dois terços das rendas públicas, porque têm dois terços dos trabalhadores escravos. Quer-se agora extinguir tudo isso: já se pensou no resultado que esse acontecimento acarretará para as rendas públicas? (BRASIL, 1889, p.43 e 44)

A situação econômico-demográfica trazida pelo parlamentar já se verificava no censo de 1872, o primeiro completo feito no Brasil. O que indica que o Estado brasileiro se beneficiou amplamente do sistema escravagista e teve influência direta tanto na sua excessiva prolongação quanto na forma estouvada com que a extinção do instituto foi realizada. A ideia de extinguir a escravidão gradualmente, tanto pela proibição do tráfico como por outras medidas complementares, tinha o entrave de o Estado sobrepor os interesses senhoriais aos interesses de compor uma sociedade livre desse elemento servil.

No interesse privado de manter esse tipo de mão de obra, sob o fundamento de ser este o caminho de sustentar o Brasil economicamente, os proprietários de escravizados efetivaram suas pretensões pessoais. Por mais que buscassem caminhos jurídicos viáveis para responderem

---

a universidades e institutos em geral, bolsa permanência e alimentação escolar), corrigidos na forma do teto de gastos, mas contabilizados dentro dos limites individualizados do Poder Executivo. A referida medida implicaria aumento da rigidez orçamentária e limitaria as decisões alocativas do Poder Executivo, além de onerar as demais unidades orçamentárias do referido Ministério e os demais órgãos deste Poder da União, que, por estarem sujeitas ao teto de gastos, teriam que ceder limites para as programações preservadas, o que poderia inviabilizar, parcial ou integralmente, outras políticas públicas igualmente relevantes.”

às pressões externas<sup>12</sup> de, ainda que tardiamente, pôr fim ao instituto, os interesses dos exploradores da mão de obra escravizada ecoavam mais alto, visto que:

Pressentida e tomada como o sustentáculo do poderio econômico dos fazendeiros fluminenses, a mão-de-obra escrava era vista como necessária para a continuidade da ordem política brasileira que, como vimos, poucas alterações de vulto presenciou ao longo de praticamente toda a sua história. Essa dificuldade atroz de mudança fica atestada pela lentidão do processo que terminaria com a abolição da escravidão em nosso país, e isto mesmo com a Inglaterra no encalço das nossas elites dirigentes. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 215)

Assim como os modelos de produção, os meios de arrecadação de tributos utilizados no financiamento do império se mantiveram praticamente intocados, mesmo depois da proclamação da República, uma vez que:

A República brasileira herdou do Império boa parte da estrutura tributária que esteve em vigor até a década de 30. Sendo a economia eminentemente agrícola e extremamente aberta, a principal fonte de receitas públicas durante o Império era o comércio exterior, particularmente o imposto de importação que, em alguns exercícios, chegou a corresponder a cerca de 2/3 da receita pública. Às vésperas da proclamação da República este imposto era responsável por aproximadamente metade da receita total do governo. (VARSANO, 1996, p. 2)

É preciso observar que, até então, as receitas do Império brasileiro eram garantidas majoritariamente pelas relações econômicas oriundas do trabalho escravo: exploração da terra, rendimentos do tráfico negreiro nacional e internacional, compra e venda de pessoas escravizadas, circulação de mercadorias e, principalmente, tributos alfandegários. Sem o instituto, a receita estatal ficaria bastante reduzida, visto que muito da arrecadação vinha do retorno do dinheiro investido nos negócios ligados ao tráfico e ao trabalho dos escravizados, nos quais sempre houve a simbiose da elite agrária e comercial com os cargos públicos.

Assim, não se pode olvidar que a receita do então Estado brasileiro dependia majoritariamente da escravização de pessoas negras. Foram séculos construindo um país que explorava a terra e as riquezas naturais; mas, se antes era no interesse de Portugal, enquanto uma colônia de exploração deste império, a partir de 1822, era para o benefício e no interesse dos cidadãos da nação formalmente independente<sup>13</sup> que surgia.

---

<sup>12</sup> Cabe salientar que os países do capitalismo central, em especial a Inglaterra, enxergavam no fim da escravidão no Brasil um meio de ampliar o mercado consumidor para o modelo econômico já vigente, do qual essas nações eram as maiores beneficiárias. O interesse destes países pelo fim da mão de obra escravizada no Brasil era eminentemente econômico, perfazendo, acima de tudo, uma estratégia internacional de dominação capitalista.

<sup>13</sup> Importante não perder de vista as contradições que existem no que tange à independência do Brasil, que foi proclamada pelo herdeiro do trono de Portugal, em meio à crise do sistema colonial. Ou seja, a independência formal brasileira resultou na continuidade de uma monarquia cujo imperador era o herdeiro da nação da qual o Brasil se dizia independente.

## 2.2 A CONSOLIDAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX

Portanto, foi com a consagração desse modelo nacional de exploração e produção que a sociedade brasileira se desenhou, permanecendo assim, mesmo após se tornar uma nação formalmente independente, conforme explicitado no tópico anterior.

Conforme ora exposto, pode-se dizer que o Estado brasileiro nasceu sustentado pelos investimentos e ganhos oriundos da exploração fundiária mono-agroexportadora e do tráfico da mão de obra negra escravizada, não havendo vontade das elites, independentemente da predileção política, em pôr fim a este modelo econômico. O que à época perfazia um paradoxo, no que concerne ao espírito do liberalismo, que também estava presente na política brasileira, em oposição ao bloco mais conservador, mesmo em um período no qual as bases republicanas do Brasil iam ganhando forma. Acerca deste aspecto, pode-se dizer que:

os liberais tinham mais abertura para pensar o país do ponto de vista do federalismo, sendo que os conservadores davam apoio incondicional à Monarquia centralizadora. A evolução dos fatos, principalmente a partir da década de 70 do século XIX, fez com que as distinções entre estes dois blocos se definissem com maior clareza. No final da fase regencial, as diferenças entre essas orientações, ao menos no caso brasileiro, eram apenas superficiais. Como exemplo, lembremo-nos de que os liberais brasileiros deste período eram adeptos incondicionais da escravidão, algo que deixava qualquer adepto do liberalismo inglês surpreso. Devemos levar em consideração que, como já sinalizamos, os grupos políticos orbitavam em torno do poder e, mesmo que não o ocupassem de fato, representavam os interesses de facções econômicas que não se diferenciavam tanto entre si. É evidente que, com o desenvolvimento da economia brasileira deste período, sobretudo com o crescimento da importância agro-exportadora do café, aprofundaram-se as distinções quanto aos objetivos imediatos dos fazendeiros relacionados ao Vale do Paraíba fluminense e os antigos proprietários dos engenhos decadentes do Nordeste. Uniam-se, porém, e as divergências acabavam se fosse necessária uma nova formação em torno da manutenção das mesmas regras de jogo político já conhecidas. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 211)

Os ganhos do Estado sobre a força de trabalho e sobre o tráfico de africanos escravizados eram tão robustos que a atuação do Estado foi indispensável para perpetuação ilegal do tráfico por cerca de 20 anos – de 1831 a 1850, período em que proibição ao tráfico pela Lei Feijó foi deliberadamente desobedecida pelo próprio Estado brasileiro. Por pertinência, vale mencionar os episódios de “abolição precoce”, nos quais as elites se beneficiaram, muitas vezes mediante fraude e sem libertação alguma, das alforrias subsidiadas pelos cofres públicos, por meio do Fundo de Emancipação – o qual foi aprovado pela Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do ventre livre (MELO, 2022).

Ou seja, em meio a reiterados casos de corrupção legalizada, muito se tentou para que o instituto da escravidão se prolongasse ao máximo; inclusive conciliar um ideal de nação liberal com a manutenção do modelo exploratório que se tinha antes da independência – porém, dessa vez, no interesse das elites nacionais. Ou seja,:

As elites agrárias e urbanas já concebiam um projeto político, liberal apenas na superfície, mas conservador de todos os benefícios e privilégios que antes somente os portugueses poderiam usufruir. Isso pode ser demonstrado pela manutenção de uma ordem econômica e política que excluía a maior parte dos brasileiros da participação e da divisão das riquezas produzidas. Além de manter a escravidão, absolutamente incompatível com um esquema que se pretendia liberal.

[...]

Guardando as devidas diferenças que distam o período do início da colonização brasileira do século XIX, pode-se dizer que em três aspectos eles se assemelham. A economia brasileira ainda se conservava monocultora, agroexportadora e escravocrata. Essas semelhanças são surpreendentes, principalmente quando se pensa na mão-de-obra utilizada num momento em que a orientação econômica das principais nações do mundo já havia abdicado da escravidão, promovido o desimpedimento do volumoso capital empregado no tráfico de escravos e orientado para a industrialização, o paradigma econômico mais caro ao século XIX. Difícil também encontrar justificativas teóricas, mesmo nas hostes mais conservadoras destas nações em vias de industrialização, que advogassem pela causa e pelo sentido da escravidão. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 197 e 223)

Apesar das profundas contradições lógicas supracitadas, era preciso viabilizar a compatibilização entre a mudança social da população, a busca pelo branqueamento e as necessidades arrecadatórias do erário. Portanto, dentro desse contexto, era imprescindível obter os meios de custear um Estado de forma eficaz, sendo que:

Do ponto de vista dos tributos, o Brasil independente herdou do período colonial uma precária estrutura. De alguma forma, pode-se dizer que o momento da independência do país, em 1822, acenava para um desejado rompimento inclusive com os excessos fiscais que vinham da Coroa. [...]

Evidentemente, o rompimento com Portugal faria com que a receita arrecadada pela cobrança dos tributos não mais saísse do Brasil. Porém, a forma dessa cobrança e a arquitetura tributária sofreriam poucas transformações. [...]

Para os autores da História Geral da Civilização Brasileira, não resta dúvida de que eram os bens de consumo – fosse através de direitos aduaneiros ou de outros tributos internos – que suportavam a maior carga fiscal, “ao lado de singelas tentativas de tributação da riqueza ou de suas manifestações anteriores”. Mesmo sendo amplo o espectro de ação do fisco, os resultados financeiros não correspondiam à amplitude do campo tributário nem colaboraram no sentido de desenvolver o país. [...]

A Carta outorgada de 25 de março de 1824, a primeira Constituição do Brasil Independente, declarava em seu artigo 179, número 15:

Ninguém será isento de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres.

Uma vez que este princípio fosse seguido, estaria o Brasil em consonância com o liberalismo vigente desde a Constituição Francesa de 1791 e em busca de uma equidade maior no pagamento de tributos. Se levado a cabo, o princípio acima faria com que se reformulasse completamente o sistema fiscal brasileiro. Diga-se que apenas ficou na forma da letra e sua aplicação esbarrou na estrutura sócio-econômica do Brasil de então. A Constituição de 1824 também manteve as províncias afastadas da discussão sobre as legislações fiscais, cabendo à Câmara dos Deputados esta atribuição exclusiva. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 193 a 195)

Por isso que, findada a escravidão no Brasil, após mais de três séculos construindo um território baseado eminentemente na exploração direta e indireta deste trabalho forçado, naturalmente se verificou um problema na arrecadação das receitas. Eis que, por se tratar de uma lógica que remonta à formação nacional, de que a força de trabalho existe para servir às elites, inclusive no que tange à arrecadação e à formação das receitas públicas, ela seguiu similar

à do período colonial. O papel do contratador de tributos explica como funcionava a prática tributária no Brasil-Colônia, porquanto:

Estabeleciam-se relações muito íntimas entre esses contratadores – normalmente ricos comerciantes, representantes da elite colonial – e os funcionários reais, estes nem sempre interessados em defender, estritamente, os direitos tributários da Metrópole. Daí a afirmação de que “o próprio sistema de arrendamento privado do tributo era causa e efeito da privatização da coisa pública, da patrimonialização do Estado. A sociedade era excessivamente dominada pelo Estado e, ao mesmo tempo, este era apropriado pelos interesses privados da classe dominante.” Ou seja, as coisas públicas estavam misturadas aos interesses particulares, sendo os últimos os mais beneficiados. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 108)

Ao fim e ao cabo, uma nova formação em torno da manutenção das mesmas regras do jogo, raciocínio que permeia até hoje o modo de se fazer política no Brasil, ocorre igualmente no âmbito tributário. Assim,:

O trabalho escravo, organizador do sistema produtivo do Brasil Colônia, foi gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, se dá de uma forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência. (THEODORO, 2014, p. 209)

Portanto, os poderosos cafeicultores de outrora não abriram mão da instrumentalização do poder público também no que tange à tributação, conforme também é narrado em obra que traça a história tributária brasileira, tendo em vista que:

a ligação íntima dos cafeicultores com as políticas regionais e federal levou à formação de um espírito de corpo entre os produtores do café. A discussão em torno da política tributária sobre o produto seguiu, na maioria das vezes, esta cartilha. Ou seja, observamos que nem sempre o que se visava era ao desenvolvimento da economia nacional como um todo, mas especificamente à economia cafeeira. Levemos em consideração que, nos instantes que antecederam à ruína do Segundo Império e à fundação da República, era a chamada “elite cafeeira” quem melhor se posicionava no cenário econômico do país. É fácil de se entender que, no acordo estabelecido no início da hoje conhecida “República Velha”, o grupo paulista relacionado à produção cafeeira tenha-se notabilizado, inclusive no fornecimento de nomes que vieram a ocupar os cargos máximos do Executivo nacional. Vista através deste viés, a política tributária brasileira do período em questão primou por favorecer este mesmo grupo, seja acenando com incentivos fiscais ou com a garantia da compra, por parte do governo, do estoque excedente de café. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 227)

Voltando um pouco mais no tempo, para as três primeiras décadas do século XIX, é importante observar que a construção de um Estado nacional brasileiro se deu em meio ao processo mundial de implantação do capitalismo como modo de produção. Em que pese a nação ter passado pelo processo formal de independência, o modelo mono-agroexportador de bens primários se manteve, ainda mesmo após o início da República. Ou seja:

O fato de a escravidão ser uma realidade justificável em nosso país somente atesta a tese de que, no Brasil, as idéias estrangeiras são bem-vindas se justificam a manutenção dos interesses dos grupos que se alternam no poder, grupos estes que

poucas diferenças guardam entre si. Mais uma vez, o debate que ansiava pela abolição da escravidão somente ganharia a cena pública do país quando estas idéias passassem a ter algum interesse estratégico na aspiração ao poder. Pode-se dizer, por exemplo, que a abolição também não era visada como um objetivo em si – libertar os escravos, fosse do ponto de vista do humanismo ou do desimpedimento de entraves arcaicos da economia –, uma vez que quando estas idéias ganhassem as ruas, já o fariam como desdobramento do real interesse, que era o de alterar os códigos do governo do Brasil, permitindo que outros setores da elite econômica governassem o país por direito, uma vez que já o faziam de fato. [...]

A manutenção do escravismo e da ordem monocultora e agroexportadora sinalizava uma economia que se encontrava contra o fluxo dirigido, fosse por ingleses ou por norte-americanos. Ao mesmo tempo, a permanência desta situação em nosso país garantia as ligações privilegiadas de uma elite junto ao poder, a continuidade de sua riqueza e o atraso econômico brasileiro como um todo. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 223 e 224)

Então o atraso persiste, uma vez que o Brasil ainda adota este modelo voltado para a exportação de produtos com baixo valor agregado, que, de tão predatório que é, interdita o potencial crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Mesmo com tentativas pretéritas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento nacional, o peso da elite extrativista ainda hoje é tamanho que atrapalha o desenvolvimento do País. Eis que cabe questionar quem são os beneficiados por essa estagnação nacional, tendo em vista que existe a escolha deliberada de empobrecer a população e não gerar empregos atuais e futuros, e que poderiam ser viabilizados mediante ampla capacitação dos jovens<sup>14</sup>.

A explicação para esta acomodação da estrutura remonta a um período ainda mais anterior: é desde a formação do território colonial que as variadas formas de exploração oriundas do trabalho, sem molestar as elites que faziam parte ou dominavam esferas de poder público, eram o foco da arrecadação. O que ainda ocorre, visto que os que outrora detinham a posse dos latifúndios, cuja rentabilidade era garantida pela exploração do trabalho escravo, hoje têm no Estado um garantidor de que esta mesma riqueza pretérita seja muito bem remunerada pelo serviço da dívida (SCAFF, 2022). E, para continuar sustentando a rentabilidade desta riqueza velha, a saída recorrente encontrada pelo poder público tem sido a redução das despesas primárias, a exemplo da Emenda Constitucional 95/2016<sup>15</sup>.

No que tange à tributação, cabe rememorar que a acomodação da estrutura arrecadatória aos interesses das elites remonta à formação nacional, uma vez que:

Vícios de origem acoplados a interesses conjunturais faziam com que a fraude e a corrupção estivessem presentes no cotidiano do poder fiscal das capitânias da Colônia. Aos contratadores importava protelar os pagamentos ao máximo; aos governadores só interessava cobrar de quem não lhes davam benefícios. Em última

<sup>14</sup> Cabe pontuar que, devido ao intenso processo de desindustrialização, reprimarização e financeirização da economia brasileira, aprofunda ainda mais a concentração de renda e riqueza, ao passo que amplia ainda mais o mercado informal e a precarização do trabalho.

<sup>15</sup> Que implementou um novo regime fiscal, aplicável até o ano de 2036, o qual congela gastos e investimentos públicos, especialmente nos serviços de natureza social.

instância, a ordem administrativa e econômica de várias regiões coloniais brasileiras permitia e facilitava relações escusas entre fiscais e fiscalizados. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 153)

Em suma, esse modelo de exploração e de arrecadação, viabilizado pelo trabalho de pessoas escravizadas, era baseado em grande produção de produtos agrícolas para exportação, acumulação do resultado das vendas, o qual foi incorporada à propriedade das elites exploradoras das terras e da mão de obra escrava, e a importação de produtos industrializados para comércio ou consumo. Ou seja, era um ciclo de exploração para a exportação de bens primários de um lado, e acumulação e importação de produtos com elevado valor agregado do outro. Somente em meados do século XX que houve do Estado alguma iniciativa voltada para o desenvolvimento da indústria nacional (VARSAÑO, 1996, p. 7).

Ademais, dentre os interesses das elites, conforme já explanado, estava o plano de transformar o Brasil em uma nação branca. Na esteira do racismo científico, que dominou mundialmente o fim do século XIX e o início do século XX, foi feito o investimento na imigração de europeus, deixando a subsistência da população negra propositalmente comprometida. Era de fato um plano deliberado de extermínio<sup>16</sup>, já que a substituição pressupunha a eliminação gradual das pessoas negras, as quais, às vésperas da abolição, eram em sua maioria livres ou libertas. Ou seja,:

Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi assinada, abortando um vigoroso movimento de massas que se alastrava assustadoramente, libertando menos de 20% dos negros, já que a maioria havia conquistado a liberdade através das fugas ou de meios legais. Essa imensa massa de libertos foi colocada nas ruas, sem qualquer indenização e substituída ostensivamente pelo imigrante europeu.

Entre 1871 e 1920, ingressaram no Brasil cerca de 3.400.000 europeus, dos quais pelos menos 1.300.000 italianos, 900.000 portugueses e 500.000 espanhóis, dentre outros. Importante observar que num período de meio século, o Brasil recebeu um número de imigrantes muito próximo ao número de escravos que aqui desembarcou em três séculos e meio.

Bento (2000) destaca dados do censo realizado na cidade de São Paulo em 1893:

.55% dos residentes na cidade eram imigrantes;

.84% dos trabalhadores da indústria manufatureira eram imigrantes;

.81% dos empregados no ramo de transporte eram imigrantes;

.72% dos empregados no comércio eram imigrantes.

Na mesma linha, o 1º censo industrial realizado em São Paulo, em 1910, registra que apenas 10% dos operários industriais eram brasileiros. (BENTO, 2002, p. 53)

<sup>16</sup> Aqui usado no sentido de necropolítica (MBEMBE, 2018), que é a forma que o Estado atua determinando quem morre e quem vive, no qual se trabalha o conceito de biopoder, elaborado por Michel Foucault, e a sua relação com as noções de soberania. Achille Mbembe explica que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, e sob quais condições práticas é exercido o poder de matar, deixar viver ou expor à morte. Além da deliberadamente genocida política de guerra às drogas, a determinação de quem morre também é vista estatisticamente no Brasil ao se verificar, por exemplo, que a expectativa de vida em São Paulo chega a ser cerca de 23 anos menor, a depender do bairro onde a pessoa nasce (SANTIAGO, 2017; MAPA..., 2020).

Ao considerar que o interesse no branqueamento do País foi intensa e explicitamente posto em prática até meados do século XX, não é por acaso que até hoje exista uma patente desigualdade sociorracial no Brasil. Em que pese a contribuição do imigrante branco tenha sido de suma importância para o desenvolvimento do País,:

desastrosa e injusta foi a intenção, de que além de seu trabalho, o imigrante viria, "embranquecer" o Brasil e assim "melhorar" o nosso povo. Pois ao acreditar numa superioridade da raça branca, os brasileiros desprezavam os negros recém libertos e tentavam o impossível: "afastar o conteúdo africano da cultura brasileira". (PRUDENTE, 1980, p. 129)

Portanto, a nossa realidade inegavelmente é legado tanto da escravização em massa durante um longo período no País, quanto pelo projeto nacional de viabilizar que uma população branca sobrepujasse e substituísse as pessoas negras. A consequência desta intenção estatal ao longo de décadas foi a díade racial que persiste ainda hoje, a qual é mantida e reforçada pelo racismo. Isso porque:

Essa série de considerações demonstra o ritmo lento da diminuição da desigualdade e a interdependência das relações raciais entre o negro e o branco. Ela não diz respeito somente àqueles que se identificam com a cor/raça negra. Segundo o sociólogo Octavio Ianni (1972), a pobreza do negro tem que ver com a riqueza do branco; que o genocídio da juventude negra esta ligada a segurança do jovem branco, protegido nos grandes condomínios; e que a emancipação da mulher de classe média liga-se à grande participação da mulher negra no setor do serviço doméstico. (SANTOS, G., 2009, p. 20)

Em um cenário no qual as oportunidades e os postos de trabalho eram destinados prioritariamente para uma categoria racial muito bem definida, a informalidade e a precarização da existência foram o destino das pessoas negras. E essa lógica de descaso com a subsistência comprometida da população não-branca inclui também a tributação, que permaneceu reforçando as desigualdades sociorraciais ao longo do último século.

Um exemplo está no fato de que os impostos indiretos sobre os fluxos internos de produtos foram cobrados logo após a proclamação da República, estendendo-se posteriormente ao consumo, enquanto que o imposto direto sobre a renda geral só veio na década de 1920 (VARSANO, 1996, p. 2 e 3). Não à toa, quando um novo sistema tributário foi proposto e posto em marcha, mediante a reforma tributária da década de 60, a equidade não fazia parte da ordem do dia dos legisladores nacionais. Então,:

Um novo sistema tributário foi paulatinamente implantado entre 1964 e 1966, concedendo-se prioridade para as medidas que, de um lado, contribuíssem de imediato para a reabilitação das finanças federais e, de outro, atendessem de forma mais urgente os reclamos de alívio tributário dos setores empresariais, que constituíam a base política de sustentação do regime [...]

Assim, o objetivo fundamental do sistema tributário foi elevar o nível de esforço fiscal da sociedade de modo que não só se alcançasse o equilíbrio orçamentário como se dispusesse de recursos que pudessem ser dispensados, através de incentivos fiscais à acumulação de capital, para impulsionar o processo de crescimento econômico. Ao

privilegiar o estímulo ao crescimento acelerado e à acumulação privada -- e, portanto, os detentores da riqueza -- a reforma praticamente desprezou o objetivo de equidade. (VARSANO, 1996, p. 9)

Porém, essa lógica de viabilizar a acumulação privada mediante incentivos fiscais como forma de promover o crescimento econômico nacional não funcionou. O espírito explorador dos mais ricos teve como consequência o óbvio: a permissão para o acúmulo de riquezas, em regra, resultou em acumulação pura. O crescimento que dependeria da iniciativa do investimento privado não se verificou, ao passo que:

A proliferação dos incentivos fiscais havia enfraquecido a sua capacidade de arrecadar e, a partir de 1975, o sistema praticamente deixou de ser utilizado como instrumento para novas políticas. Suas más características quanto à equidade haviam se acentuado a ponto de exigir ajustes na legislação do IR, realizados em 1974, com o intuito de mitigar a regressividade da tributação. [...]

No período 1979/83, a despeito da recessão que caracterizou seus anos finais, ainda foi possível -- através de freqüentes alterações na legislação e pela sustação da criação de novos incentivos e eliminação de alguns já existentes -- manter a carga tributária oscilando entre 24,5 e 27% do PIB. (VARSANO, 1996, p. 11)

A constatação de que o crescimento econômico está vinculado à valorização do capital humano de uma nação não é novidade, tendo sido teorizada por Adam Smith, na obra “A riqueza das nações”, publicada em 1776. Assim sendo, não é razoável que uma política pública aplicada no século XX sequer considerasse alguma medida de melhoria das condições de trabalho como uma variável relevante para o crescimento econômico nacional.

No que tange à incidência tributária, também não é novidade que a melhoria das condições de trabalho está intrinsecamente vinculada à garantia da subsistência dos trabalhadores, ou, pelo menos, ao seu comprometimento mínimo, em observância ao princípio da capacidade contributiva, visto que:

A aplicação prática do princípio da capacidade contributiva, especialmente no que diz respeito aos impostos diretos incidentes sobre a renda do contribuinte, implica em aceitar os seguintes preceitos:

- Os tributos devem ser graduados em função da renda de cada contribuinte: quem ganha mais deve pagar mais;
- Quanto maior for a base de cálculo de um tributo, maior deve ser a sua alíquota;
- A renda mínima consagrada à sobrevivência deve ser minimamente tributada ou, em última instância, deve ser livre de tributação.

Por este último preceito não se trata de questionar onde se inicia a capacidade contributiva do contribuinte. Ela se inicia após a dedução dos gastos necessários à aquisição do mínimo indispensável a uma existência digna para o contribuinte e sua família. (SINDIFISCO, 2018, p. 12)

Em que pese a tributação não ser a panaceia de todos os problemas econômicos e sociais de um país, ela seguramente precisa deixar de fazer parte do problema. À exceção dos interesses dos grupos que se beneficiam imediata e diretamente das distorções do sistema tributário, nada explica que, ainda hoje, apesar dos princípios trazidos pela Constituição Cidadã, a tributação reforce as desigualdades sociorraciais.

Ao fim e ao cabo, tributar pesadamente o consumo e deixar de tributar diretamente aqueles que manifestam uma elevada capacidade contributiva é literalmente comprometer a subsistência de um grupo para favorecer o acúmulo de capital improdutivo do outro; um Robin Hood às avessas. E, cabe reforçar, o comprometimento da subsistência é uma forma indireta de extermínio material e simbólico, uma vez que:

A tributação do mínimo vital — ou seja, a cobrança de tributo de quem não revela capacidade contributiva, pois só dispõe do indispensável à sua subsistência — revelar-se-ia contrária à efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, do qual decorrem os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à educação, à saúde, dentre outros, sendo, pois, inválida. Afirma-se, com acerto, que o “homem não pode ser privado, nem por força da tributação, do mínimo necessário à conservação de uma vida saudável”. e que a “necessidade de preservação do mínimo existencial é uma condição inafastável de observância do princípio da capacidade contributiva e, por decorrência, de densificação do princípio da dignidade da pessoa humana”. Pondera-se, ainda, que “tributar o mínimo existencial é obstaculizar a efetivação do princípio da dignidade humana”. e que “se o Estado não é obrigado a assegurar positivamente o mínimo de existência a cada cidadão, ao menos que não lhe retire aquilo que ele adquiriu e é indispensável à sua sobrevivência com o mínimo de dignidade”. O próprio Constituinte, aliás, já estabelece imunidades com vista a impedir que a tributação implique lesão a tal princípio, estabelecendo, por exemplo, a gratuidade da certidão de nascimento e do registro de óbito aos reconhecidamente pobres. O legislador ordinário também age no sentido da preservação do mínimo vital ao estabelecer uma faixa de rendimentos isenta do imposto de renda, o que nada mais significa senão determinar que a tributação direta se dê relativamente àqueles que têm condições de contribuir sem prejuízo da sua subsistência, ou seja, sem que tal imponha sacrifício demasiado que acabe por impedir o acesso a bens indispensáveis para uma vida digna. (PAULSEN, 2017, p. 185)

O que é a excessiva tributação indireta e a ausência de uma progressividade tributária efetiva, e que abarque o sistema tributário em sua totalidade, senão uma forma de tributação ostensiva do mínimo vital<sup>17</sup>? E este ataque ao mínimo vital incide, portanto, no grupo socialmente mais vulnerável, o qual, em se tratando de Brasil, é racialmente marcado. E, como não poderia deixar de ser, do lado oposto está o pequeno grupo beneficiário geracional da branquitude, o qual a incidência tributária proporcionalmente pouco atinge, mas cuja atuação pública em todos os poderes lhe é sempre mais favorável, sendo uma patente contradição, porquanto:

se as pessoas políticas receberam a competência tributária da Constituição e se esta brotou da vontade soberana do povo, é evidente que a tributação não pode operar-se exclusiva e precipuamente em benefício do poder público ou de uma determinada categoria de pessoas. Seria um contrassenso aceitar-se, de um lado, que o povo outorgou a competência tributária às pessoas políticas e, de outro, que elas podem exercitá-la em qualquer sentido, até mesmo em desfavor desse mesmo povo. [...] a República reconhece a todas as pessoas o direito de só serem tributadas em função do superior interesse do Estado. Os tributos só podem ser criados e exigidos por razões

<sup>17</sup> Um exemplo arrecadatório que igualmente compromete o mínimo vital está na recente opção da redução da carga tributária, feita tanto no IPI (Decreto nº 11.158, publicado em 29 de julho de 2022) e no ICMS (Lei Complementar nº 194/2022), sem a devida compensação mediante tributação direta e progressiva — o que reduz a arrecadação e compromete a prestação de serviços públicos essenciais.

públicas. Em consequência, o dinheiro obtido com a tributação deve ter destinação pública. (CARRAZZA, 1997, p. 62-63).

Mas vale salientar, porém, que o desenho social e racial que existe hoje no Brasil não é obra do acaso; conforme dissertado no presente tópico, trata-se de um projeto de país posto em marcha desde o século XIX. Por isso, não nos enganemos: esse cenário tributário configura mais uma forma de violência estrutural contra as pessoas negras, pois:

a escravidão póstuma faz com que elas convivam com a violência estrutural e gratuita continuamente. Trata-se de uma violência estrutural porque, de acordo com a perspectiva de Fanon, a pessoa negra está posicionada fora dos âmbitos da sociedade civil e da Humanidade. E a violência antinegra é gratuita porque, ao contrário do que o não-negro vivencia, a violência não depende de a pessoa negra transgredir a hegemonia da sociedade civil. Ou seja, negros vivenciam violência não por causa do que fazem, mas por causa de quem são, ou melhor, de quem não são. A violência gratuita equivale a um estado de terror que é independente de leis, direitos e cidadania. A violência gratuita é terror porque é imprevisível na sua previsibilidade, ou previsível na sua imprevisibilidade. Da perspectiva de uma pessoa negra, não se trata de perguntar se ela será brutalizada a esmo, mas quando. (VARGAS, 2017, p. 93)

Nesse projeto de país, no qual a violência estatal tem destino certo, a proteção estatal também o tem. Neste ponto, é importante notar que, mesmo que por reiteradas vezes na história do Brasil se constatou que incentivos fiscais direcionados ao favorecimento do capital mais elevado não resultam em investimentos privados nem em crescimento econômico nacional, o pleito sempre volta à cena política. Ainda que a experiência internacional indique que deixar de tributar adequadamente as rendas altas do capital – acreditando que uma suposta fuga dos grandes investidores do país resultaria em ausência de outros empresários para ocupar aquele mercado –, “não só é contraditória com a experiência histórica e com todos os dados das empresas de que dispomos: ela vai contra o bom senso” (PIKETTY, 2014, posição 9717-9718). Com efeito, o Brasil está entre os países nos quais o crescimento econômico é menos necessário para a redução da pobreza, sendo imprescindível haver políticas públicas redistributivas para haver redução nas desigualdades sociais e erradicação da pobreza (MEDEIROS, 2005, p. 103 e 104).

Em trabalho recente, realizado por Morgan Milá na Paris School of Economics, sob a supervisão do economista francês Thomas Piketty, a partir de dados da Receita Federal Brasileira, foi constatado que, no período de 1933 a 2013, quando havia maior concentração da renda no topo tinha paradoxalmente uma queda dos investimentos privados. Em uma pesquisa equivalente, na qual é avaliada empiricamente a dinâmica da desigualdade social brasileira entre 1928 e 2012, o pesquisador brasileiro Pedro Herculano Souza chega a uma conclusão similar, no que tange à estabilidade da concentração no topo em detrimento de reinvestimentos e melhoria dos índices econômicos nacionais. Referidos resultados foram trazidos

concomitantemente em uma reportagem jornalística realizada no período da publicação dos dados, e cujos excertos pertinentes seguem reproduzidos a seguir:

Outra constatação da pesquisa de Milá foi de que há um paradoxo no Brasil entre concentração de renda e investimentos. Durante o período pesquisado, quando havia maior concentração da renda no topo, observava-se uma queda dos investimentos, demonstrando que o aumento deles pode estar associado a uma melhor distribuição de renda, pois foi, inclusive, constatado que, em relação a outros países, os ricos brasileiros investem muito menos. [...]

Pedro e Medeiros concluem que a concentração da renda tem muita influência na desigualdade quando ela é alta. Como, no Brasil, os 10% mais ricos concentram entre metade e 2/3 de toda a renda do país desde 1974, os outros 90% terminam tendo uma influência menor na movimentação da desigualdade. [...]

Quanto mais concentração de renda, mais fraca a economia, com menos investimentos e consumo, e mais fraca a democracia, com menos gente possuindo excessivo poder financeiro, o que possibilita uma maior interferência dessa pequena parcela da população nas decisões políticas do país. (VILLAS-BÓAS, 2016)

Ou seja, as políticas tributárias de incentivos e desonerações fiscais, na verdade, acabam por favorecer o acúmulo de patrimônio e renda dos mais abastados, em prejuízo à população de brasileiros mais pobres, composta eminentemente por pessoas negras. Essa dinâmica racial demonstra que o plano de branqueamento mediante extermínio é verificado na lógica de comprometer a subsistência de um grupo em benefício do acúmulo desenfreado de outro.

Fazendo o enfoque na díade racial de forma mais ampla, João Costa Vargas reforça ainda que temos uma política anti-negritude vigente no Brasil<sup>18</sup>; o que, pela lógica e pelos dados oficiais, repercute também na tributação, uma vez que:

Pertencer ao estado-império significa não ser negro; ser negro significa ser, desde sempre, excluído das esferas de cidadania, do consumo, de pertencimento político. Da humanidade. Ser negro significa não ser; significa ser, desde sempre, socialmente morto.

O que está anunciado acima é um esboço de uma teoria alternativa do estado-império. O que chamamos de Brasil, assim como os Estados Unidos, é uma construção imaginada e territorial, estrutural e cognitiva, religiosa e política, que depende de uma díade básica, uma díade de pertencimento. Essa díade é negro-não negro.

A díade negro/não-negro, que fundamenta o conceito da antinegritude, é mais precisa que a díade tradicional branco/não branco. De acordo com a díade branco/não-branco, ser branco (e ocidental, cisnormativo homem, heteropatriarcal e de posse) é a encarnação paradigmática da Humanidade. Essa díade condensa os princípios da supremacia branca – a hierarquização da espécie humana na qual o ser branco (e homem) é a referência máxima de poder, inteligência, moralidade, e estética. Nessa hierarquia, o ser negro é o ser menor. [...]

No Brasil, a segregação residencial, o desemprego, o abuso policial, a criminalização social e jurídica, o encarceramento, a negligência e a violação médicas e a morte por causas evitáveis são todos mais evidenciados entre pessoas negras – pretas e pardas – que entre não negros. As diferenças paradigmáticas em indicadores sociais, as quais sugerem desvantagens acumuladas ao longo de gerações, manifestam-se entre negros e não-negros e não entre brancos e não-brancos. (VARGAS, 2017, p.85 e 86)

<sup>18</sup> Vale aqui citar novamente a opção deliberada de não obrigar estados e municípios a disponibilizarem ensino médio e pré-escola nos centros educacionais públicos; apenas em 2016, com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, que o mandamento constitucional do dever do Estado com a educação (inciso I do art. 208) foi implementado.

Assim, é fundamental tratar das relações raciais em todos os ramos do direito, tendo em vista que o extermínio racial não é tão somente direto, isso porque “O conteúdo da norma jurídica não se restringe ao exposto no texto, sendo resultado da matriz pela qual se orienta. Na qual, a legalidade é manuseada para blindar o Estado brasileiro de uma contradição estrutural” (GOMES, R.P., 2022, p. 105).

Portanto, é indispensável problematizar como o sistema de privilégios das pessoas brancas opera juridicamente, focalizando no interesse dos grupos beneficiários da desigualdade sociorracial em manter, mediante o sistema jurídico vigente, a lógica instrumentalizada do acúmulo, a qual inclui deliberadas distorções tributárias. E, ao fazê-lo, não se pode perder de vista o papel que grande parte dos advogados tributaristas desempenham enquanto operadores da desigualdade vigente.

Ao fim e ao cabo, tratar de antemão as relações raciais com foco na população que se beneficia do sistema é capaz de trazer respostas a problemas recorrentes. Isso porque, no fim das contas, a consequência inevitável da proteção quase intransponível à branquitude brasileira é a imposição da exclusão às pessoas negras. Por isso, como forma de manter este mecanismo de proteção secular, a leitura racializada desse grupo de privilegiados raramente é feita em profundidade e criticamente, haja vista que:

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquitude, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida na saúde, na educação, no trabalho. (CARONE; BENTO, 2016, p. 27)

Em que pese a tributação venha a perfazer apenas uma ferramenta voltada para a redistribuição universalista, vez que a técnica tributária alcança eminentemente parâmetros quantitativos, a estrutura racial do Brasil autoriza dizer, com bastante tranquilidade, que, ao ser utilizada como ferramenta de política redistributiva, visando a minorar as desigualdades econômicas, ela necessariamente reduziria as desigualdades sociorraciais.

O inverso também se aplica: enquanto a tributação servir à usura, o racismo sistêmico continuará a ser pedra de toque para a manutenção do privilégio advindo da branquitude, a qual se ancora basilarmente em séculos de acúmulo, mas que se sustenta ainda hoje devido a uma estrutura de poder desenhada para este fim.

### 3 EXPOSIÇÃO DE CASOS E VERIFICAÇÃO DE PRIVILÉGIOS TRIBUTÁRIOS

Conforme explanado no capítulo inicial, a leitura crítica do histórico da tributação brasileira evidencia que esta foi construída, e ainda está permeada, pelo racismo institucional. No presente capítulo, o estudo da incidência tributária em eventos históricos se mostra igualmente relevante para explicar como o Sistema Tributário Nacional era pensado pelos atores sociais e funcionava à época; o que auxilia na compreensão da lógica que é posta em prática atualmente. Isso porque revisitar nosso passado jurídico, ainda que seja um desenvolvimento secundário da pesquisa em relações raciais no direito, “auxilia a análise das relações raciais do Brasil no presente, já que a sustentação do racismo encontra fundamentação no repertório político da ‘nação’ desenvolvido entre o regime escravista e o trabalho livre” (GOMES, R.P., 2022, p. 103).

Mediante exposição de dois casos, que dialogam com a atualidade, será verificado empiricamente como a noção de que a tributação perfaz uma restrição à subsistência pode operar em favor ou em desfavor de diferentes grupos sociorraciais brasileiros.

No primeiro caso, utilizando as pesquisas do historiador João José Reis como marco teórico principal, encontramos a atuação governamental em determinados campos econômicos e sociais que é posta em marcha após a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, no início de 1935. Dentre os diversos ataques institucionais às possíveis novas revoltas populares, verifica-se que a tributação foi um caminho escolhido muitas vezes pelo poder público, ainda que de forma antagônica à Constituição vigente.

A implementação de impostos confiscatórios na Bahia daquele período, portanto, possuía uma dupla função estranha à tributação: servia tanto para expulsar os africanos do território brasileiro, quanto para restringir a liberdade e a subsistência dos que resistiam em ficar. Segundo relatado em uma das obras, a repressão policial era intensa,:

Mas o edital do chefe de polícia parecia brincadeira dian-te de outros dispositivos legais criados para dificultar a vida dos africanos: a Lei n.º 9, de 13 de maio de 1835, e a Lei n.º 14, de 2 de junho do mesmo ano.

A Lei n.º 9 era aquela que regulamentava a deportação dos africanos libertos. Mas, além disso, ela também estabele-cia que todos os africanos libertos vivendo na Bahia — fossem suspeitos ou não — deveriam deixar o país tão logo o governo negociasse um lugar na África para recebê-los. Isso represen-tava, sem subterfúgio, um programa de deportação em massa. Aqueles que tentassem retomar à Bahia, ou até o desavisado liberto que aqui chegasse de fora seria levado a julgamento por crime de insurreição e, se absolvido, expulso. Até que as deportações extinguissem por completo a comunidade de afri-canos libertos na Bahia, o artigo 8 da lei obrigava-os a pagar um imposto especial de 10\$000 anuais, o equivalente na época a três arrobas de carne-seca ou 73 litros de feijão ou 16 litros de farinha de mandioca. Os únicos isentos seriam aqueles que porventura denunciassem uma conspiração, os inválidos sem

recursos e os empregados em engenho cujos proprietários se dispusessem a assinar termos de responsabilidade por bom comportamento. (REIS, 1986, p. 277)

Já no dia 13 de maio de 1835, foi regulamentada a deportação de africanos libertos pela lei nº 9 em seu artigo 79, determinando que os africanos forros que chegassem à província e os suspeitos que depois de expulsos regressassem deveriam ser presos e processados como incurso no crime de insurreição e, caso fossem absolvidos, seriam novamente expulsos, permanecendo em custódia até que se concretizasse a sua saída. Na ocasião, se previa o estabelecimento de uma “colônia em qualquer porto da África”, com o fim de repatriar-se “todo africano que se liberte, ou mesmo todo o africano que ameace nossa segurança”; uma “convenção com o governo do Uruguai e das províncias do Rio do Prata” proibindo a “importação de africanos a título de colonos”; e, principalmente, a “completa interrupção de qualquer comércio entre nossos portos e os da África ocidental e oriental, à exceção da colônia do Cabo, recusando qualquer passaporte, por tempo que julgar necessário, a qualquer embarcação comercial”. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 48 e 49)

Ao fim e ao cabo, as restrições à subsistência mediante tributação eram um caminho institucional utilizado para controlar a população negra, independentemente de ser escravizada, livre ou liberta; isto é:

A lei era uma medida, entre muitas outras, concebida pelos poderes públicos para disciplinar o trabalho do negro em Salvador. Na verdade, o projeto maior era disciplinar o negro no espaço público, tanto de trabalho como de lazer. Fossem escravos ou libertos, deviam ser bem vigiados. Vigiados em sua ocupação ostensiva da rua, quer carregando ou vendendo mercadorias, quer fazendo batuques, jogando capoeira ou só vadiando. (REIS, 1993, p.8)

Doutrina e leis fizeram parte do conjunto de medidas repressivas à população africana depois que os planos para a revolta malê foram descobertos. Os africanos foram identificados como os articuladores da rebelião e, portanto, alvo certo da repressão. Como bem disse João Reis, “uma atmosfera de histeria, racismo, perseguição e violência contra os africanos envolveu a Bahia”, fazendo com que “os vencedores se lançassem à vingança”. Em 1836, 150 africanos foram deportados e 120 banidos como suspeitos. A segurança justificava uma legislação tão dura, mas passado o tempo das revoltas escravas, a lei nº 9 se fazia desnecessária e foi revogada em 1872. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 49)

Como Salvador era uma cidade cuja maioria da população às vésperas da abolição formal era negra, e liberta ou livre, as repressões institucionais a essas pessoas, em especial aos homens africanos, eram crescentes (REIS, 1993). E foi principalmente em decorrência das repressões tributárias praticadas contra um grupo de trabalhadores formado exclusivamente por homens negros que se desencadeou uma reação organizada que parou Salvador por cerca de dez dias, em junho de 1957, conforme será estudado no primeiro tópico.

Para o segundo estudo, com o mister comparativo, é trazido à baila um fenômeno que permeia significativamente o debate político-jurídico a partir dos anos 20 do século XX: a incidência do imposto de renda sobre o vencimento dos magistrados. Para além da discussão cabível acerca da constitucionalidade da cobrança em face da irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados, o caso expõe o raciocínio que fundamenta o cerne da discussão trazida pelos

juízes: o quanto a incidência de um imposto restringe a subsistência e, conseqüentemente, a liberdade e a vontade.

Colocados lado a lado, os dois casos mostram o tratamento e a importância institucional que são dados em situações nas quais a diferença é basicamente a categoria de pessoas a que cada imposição institucional é feita.

No primeiro caso, a incidência de impostos direcionados para uma categoria de trabalhadores negros não suscita um debate jurídico no que tange à abusividade que era instrumentalizar a tributação, ao longo de anos, a fim de reduzir a capacidade de subsistência de um dado grupo, como meio de expulsão, punição e controle institucionais. Neste caso, a única saída pacífica ao alcance da categoria foi se organizar para a paralisação das atividades laborais – a qual à época ainda não foi denominada de greve, mas que na prática foi.

Já para a categoria dos magistrados brasileiros do início do século XX – todos brancos, evidentemente –, a criação de um imposto geral sobre rendimentos, que taxativamente incidia sobre a universalidade das rendas auferidas em território nacional, suscitou anos de debates e de ações administrativas e judiciais. Tamanho era o arcabouço retórico advogando pela imunidade tácita de imposto de renda para a categoria que, no intuito de não ter redução alguma em seus rendimentos, era recorrente o argumento de que referido tributo seria uma restrição indireta à subsistência, alegando ser esta suficiente para controlar a vontade da categoria. A importância dada ao tema foi tamanha que se fez necessário um parecer do Consultor-Geral da República, em 1929, e Emendas Constitucionais para (quase) colocar fim às excelentíssimas lamúrias.

Em que pese há muito tempo encerrada a discussão, vale observar que na atual Constituição ainda existe referência direta ao fato de que a irredutibilidade dos vencimentos dos juízes não isenta a categoria do pagamento de impostos gerais, havendo até remissão ao inciso que elenca o imposto de renda – provavelmente para não deixar alguma margem de interpretação que venha a reacender o debate.

Expostos os casos, a ilação trazida no último tópico fundamenta o quanto o autoritarismo brasileiro, ligado eminentemente às elites brancas oligárquicas, suplanta deliberadamente as tentativas de implementação da justiça fiscal, juntamente com os prejuízos decorrentes das cláusulas pétreas orçamentárias (SCAFF, 2022), as quais reforçam ainda mais as desigualdades.

Observada adequadamente a conjuntura histórico-política da tributação brasileira, tanto amplamente quanto em recortes, depreende-se que, mediante o reforço de uma carga tributária desproporcional, a população que trabalha é jogada na miséria, enquanto que setores menos produtivos seguem pouco tributados, aumentando exponencialmente uma riqueza velha que em

nada contribui para o desenvolvimento nacional pleno. E não apenas isso: verifica-se que a tributação brasileira possui um caráter fundamental de dominação e subjugação, sendo imposta implacavelmente para uns e etérea para outros.

Assim, desconsiderando os princípios e as técnicas tributárias que viriam a reduzir as desigualdades sociorraciais, em especial a progressividade fiscal e a seletividade, os privilégios são mantidos ou ampliados, ao passo que os cidadãos com a menor capacidade contributiva seguem contribuindo proporcionalmente mais para as receitas públicas, perfazendo a aplicação deste princípio às avessas.

### 3.1 CASO 1: OS GANHADORES E A GUERRA FISCAL AOS NEGROS NO SÉCULO XIX

Conforme ora exposto, o financiamento do Estado brasileiro até o século XIX se deu pela exploração de mão de obra escravizada, tanto direta quanto indiretamente. Mesmo após deixar de ser colônia de Portugal, a escravização se manteve, bem como o tráfico negreiro, que operou ilegalmente mais de 20 anos (TAVARES, 1988). Isso porque a Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831, estabelecia a proibição do tráfico de escravizados, mas este prosseguiu, apoiado pelo Estado, até meados dos anos 1850.

A lei de 1831, como já sabemos, visava extinguir o tráfico e estabelecia punições para quem importasse escravos para o Brasil, mas tendo sido aprovada em meio à crise política gerada pela abdicação de d. Pedro I, à ascensão do ministério liberal e ao recrudescimento da perseguição inglesa aos navios negreiros, não passou de legislação inofensiva para os traficantes. Existia ainda o decreto de 1832, que delegava à polícia o poder de inspecionar todo navio aportado e reembarcar qualquer negro, mesmo livre, que porventura fosse trazido para o Brasil. Os pesquisadores do tema têm demonstrado como os tumbeiros continuavam a transitar no Atlântico na mercancia de escravos, de cachaça e de fumo, driblando as restrições legais ao longo da primeira metade do século XIX. “O tráfico continuava motivado por ‘uma maldita sede de torpes ganhos’”, cita Jaime Rodrigues. Tendo sido de pouca valia para coibir o comércio de escravos, a lei de 1831 serviu para balizar ações de liberdade na década de 1870. (ALBUQUERQUE, 2009, p.48)

Acerca do contingente de pessoas trazidas ilegalmente neste período, há historiadores que estimam “entre 500 mil a 600 mil africanos, pouco mais, pouco menos, de 1831 a 1856” (TAVARES, 1988, p. 121), enquanto outros, a exemplo de Sidney Chalhoub (2010, p. 51 e 52), contabilizam mais de 700 mil pessoas traficadas ilegalmente até 1850, mediante a ingerência e a convivência irrestrita do Estado brasileiro.

Nos registros históricos, verifica-se que, na década de 1850, mais da metade da população escravizada do Brasil era de origem africana (REIS, 2019, p. 18) – portanto, considerando a baixa expectativa de vida dessa população (REIS, 1986, p. 17), a maioria fazia parte do contingente que foi ilegalmente escravizado ao longo das duas décadas anteriores. Já

em 1872, por conta do alto índice de mortalidade, da baixa expectativa de vida e das compras de alforria, os africanos escravizados eram uma minoria de quase 140 mil pessoas, segundo o primeiro censo completo feito no País (IBGE, 1872). Neste mesmo censo, constata-se que mais de 1,5 milhão de pessoas ainda eram escravizadas, em uma população total de quase dez milhões de habitantes. Em sendo um dos mais importantes portos do Atlântico Sul:

Salvador viu uma tendência para a “nacionalização” de sua população escravizada — como de resto todo o Brasil — apenas a partir de cessado o tráfico transatlântico de africanos, em 1850. Na primeira metade do século XIX, de acordo com dados da historiadora Maria José Andrade, 67% da mão de obra escravizada na cidade era formada por africanos. Ao longo da década de 1850, essa proporção cairia para 53%. Em 1835, eram cerca de 33% os africanos (escravos e libertos) na população total de Salvador, cifra que, vinte anos depois, teria despencado para cerca de 24%, segundo Anna Amélia Nascimento. Mas, insisto, muitos africanos provavelmente escaparam dos registros censitários feitos no período. (REIS, 2019, p. 18)

Na Salvador da década de 1850, a maioria da população era negra, sendo que a maior parte desta era formada por homens livres ou libertos. Com o fim efetivo do tráfico — novamente somado à alta taxa de mortalidade dos escravizados e dos mecanismos utilizados na capital baiana para a compra da alforria —, chegando em 1857, a composição da população negra era majoritariamente livre ou liberta; e, na população soteropolitana total, a maioria era (como é ainda hoje) negra.

De qualquer jeito, a população escrava parece também minoritária em 1857, algo entre 30% e 40%. Entretanto, somados escravos, libertos e livres negro-mestiços, resultavam ampla maioria. Só os negros ficavam em torno de 40%, pelo menos metade de origem africana. Eram eles, como já se viu e se verá muito mais adiante, que davam a cor da vida baiana de rua. “Opulenta cidade dos negros” foi a última impressão de Avé-Lallemant sobre Salvador — depois de ver Pernambuco, Alagoas e Sergipe. As tentativas de controle dos negros, que datavam dos tempos coloniais, se intensificaram após a Independência, sobretudo no rastro das revoltas escravas que assombraram os senhores ao longo da primeira metade do século XIX. Essas revoltas foram feitas por africanos. Os negros temidos eram principalmente estes. (REIS, 1993, p. 8 e 9)

Cabe aqui a avaliação de que, na Salvador da década de 1850, a marca de luta da Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, até então era forte. Os africanos, ainda não quebrantados pela subjugação da escravização geracional, eram temidos na capital baiana pela organização e pelo espírito de resistência. Assim:

O antiafricanismo de Francisco Gonçalves Martins, chefe de polícia da Bahia em 1835, estava assentado em antigas suspeitas sobre revoltosos potenciais: os carregadores africanos. Ele comandava a polícia quando se temeu que os pretos impusessem o fim da escravidão à moda haitiana. Por outro lado, ele também estava empenhado em transferir africanos livres de Salvador para as plantações de cana-de-açúcar e fumo no Recôncavo. (ALBUQUERQUE, 2009, p.179)

Por isso, buscando dominar essa população de africanos, os quais supostamente poderiam se revoltar contra o regime novamente, uma forma de dominação mais ostensiva se fez presente na Bahia, após 1835: o controle da subsistência mediante tributação.

Este mecanismo, cujo objetivo principal era forçar a extradição dos africanos do Brasil, mas não só<sup>19</sup>, operava deliberadamente no sentido de inviabilizar a subsistência destas pessoas e de seus familiares. O interesse do Estado de impactar incessantemente o cotidiano dos trabalhadores africanos era evidente, perfazendo tanto uma forma de controle ostensivo dos rendimentos quanto da circulação, uma vez que a interferência dos agentes estatais nas atividades dos ganhadores se fundava na lei. Assim,:

Uma guerra fiscal seria deflagrada — de modo claro, aberto, sem vergonha — contra os africanos, em especial os libertos. A campanha nascera na sequência da Revolta dos Malês, em 1835. Em maio daquele ano foi concebida pela Assembleia Legislativa Provincial, em seu primeiro ano de funcionamento, a lei nº 9, aqui já mencionada. Esta lei, entre outros direitos retirados aos africanos — como o de possuir bens de raiz —, no seu artigo 17 instituía um imposto de capitação de 10 mil-réis a ser pago por todo liberto nascido na África. Ficavam isentos os miseráveis, sem os recursos suficientes para pagar, e aqueles empregados em alguma fábrica ou engenho, desde que apresentassem contrato assinado, seus patrões se responsabilizassem por suas condutas e eles morassem no local de trabalho ou em instalações fornecidas pelo empregador. Significava, na prática, enviá-los de volta à senzala. Também isentos eram os libertos que denunciassem a existência de uma conspiração africana. Este item podia ser batizado de Lei Sabina da Cruz, nome de uma delatora dos planos do levante de 1835, que pelos bons serviços prestados foi isenta de todos os impostos que incidissem sobre africanos libertos. (REIS, 2019, p. 65)

O relato cotidiano dessa guerra é minuciosamente trazido na obra de João José Reis (2019, p. 65 a 75), com a exposição de casos obtidos em fontes primárias. Muitos casos deixam evidente a perseguição aos africanos para que os altos tributos fossem pagos, o que resultou na emigração forçada de muitos deles para o continente africano – que era um dos objetivos das pesadas taxações<sup>20</sup>.

Apesar de todas as medidas de opressão e controle estatais implementadas após 1835 (REIS, 1986, p. 277), observa-se que houve a ampliação das formas de resistência e de reação dos africanos que permaneceram em Salvador, especialmente através da organização para o trabalho informal. Na contradição de querer controlar, mas ao mesmo tempo precisar da prestação dos serviços de ganho da população negra, a verdadeira minoria se sentia acuada e

<sup>19</sup> Explica João José Reis que: “Além de ser mais um mecanismo concebido para maltratar os libertos africanos no ambiente pós- 1835, induzindo-os a retornar a seu continente de origem, a lei nº 9 não deixava de ter consequências interessantes para os cofres provinciais. Segundo uma estimativa conservadora, eram 4700 os africanos libertos de Salvador em 1835, de modo que, se todos pagassem o imposto, resultaria na arrecadação de 47 contos de réis, equivalentes a 7,6% do orçamento provincial. (REIS, 2019, p. 65)”. Havia, portanto, o interesse de explorar diretamente a atividade dessas pessoas para financiar o Estado, cuja maioria da arrecadação era advinda justamente da exploração direta ou indireta da mão de obra escravizada e do tráfico, conforme exposto no primeiro capítulo.

<sup>20</sup> Como a arte imita a vida, recentemente foi lançado o filme “Medida provisória” (2022), que aborda a situação (não tão) fictícia na qual o Congresso Nacional aprova uma norma que obriga os brasileiros negros a emigrarem para a África, como forma de obstar a implementação de medidas reparatórias aos descendentes de pessoas que foram escravizadas no Brasil.

buscava formas alternativas de controle; preferencialmente ancoradas na atuação do Estado, mas não somente.

Desse modo, como os brancos dominantes eram numericamente menor, para perpetuar a dominação, esses estabeleceram severas medidas de controle e fiscalização. Nos engenhos a tarefa ficava a cargo dos senhores com seus capatazes e feitores, nas cidades cabia ao Estado, através da polícia, garantir a ordem escravocrata vigiando e punindo os escravizados de formas cruéis em casos de desobediência ou rebeldia. (QUEIROZ, 2018, p. 60 e 61)

Portanto, havia escravizados que serviam exclusivamente para o trabalho forçado, sendo controlados mais diretamente pelos senhores, mas havia os que também desenvolviam a atividade de ganho fora do cativeiro. Como os trabalhos desses escravizados-ganhadores eram desenvolvidos nas ruas, a vigília do escravizador não era suficiente para controlar satisfatoriamente essas pessoas, pois:

A “liberdade” adquirida pelo escravo que trabalhava nas ruas, como também o próprio sistema do ganho, só era possível na medida em que o poder público assumia o controle direto desses escravos. Através do aparato legal e decretos, ele baixava posturas que restringiam a mobilidade e as atividades dos ganhadores e usava a força policial para manter a ordem. Vemos, portanto, o poder público passar a exercer a posição de feitor na cidade. (DA COSTA, 2007, p. 20)

Conforme ora mencionado, a população negra de Salvador na década de 1850 era majoritariamente livre ou liberta; portanto, poderia-se inferir que a maioria dos ganhadores era composta por pessoas nesta condição jurídica. Porém, os dados históricos divergem quanto a esta informação, conforme explica João José Reis:

Ainda que unidos pela identidade étnica, os ganhadores estavam divididos pela condição sócio-jurídica entre libertos e escravos. Segundo o Jornal da Bahia (05/06/1857), os ganhadores da cidade eram na sua maioria africanos libertos, mas o número de escravos, de acordo com os dados da matrícula, seria na verdade bem maior. Em números, 224 libertos para 773 escravos. É possível, mas improvável, que esse resultado apenas signifique que sobreviveram mais matrículas de escravos do que de forros nos arquivos. Eu aposto que os dados existentes traduzem a realidade, embora não se confunda totalmente com ela. (REIS, 2019, p. 94)

Apesar do desencontro entre as referidas fontes históricas primárias, a questão central é que havia negros escravizados e não escravizados, não cabendo, por conseguinte, o enquadramento do controle estatal exclusivamente para os escravizados. Por isso que a saída encontrada pelo Estado para atingir um grande número de africanos foi controlar as atividades dos ganhadores, que eram exercidas intensamente pelas ruas da província, em especial na Cidade Baixa.

Era com a movimentação e com o trabalho de ganho dos negros, libertos, livres ou escravizados, que as ruas de Salvador eram povoadas, e como os serviços cotidianos essenciais eram prestados. Na prática, Salvador, com suas muitas ladeiras não pavimentadas, dependia do serviço dos negros que se dispunham – por necessidade ou por imposição, no caso dos

escravizados – ao trabalho duro de transportar produtos, mercadorias e até pessoas, sobre cadeiras de arruar, pela cidade.

Mas como os desmandos nacionais e locais davam a tônica do que deveria se impor ao grande contingente de negros que movimentava a capital baiana, os aparatos de controle da subsistência e da circulação dos trabalhadores de ganho só aumentavam. Se antes a resistência individual em suportar as cobranças e os controles era recorrente, após anos de medidas desarrazoadas de controle e da implementação de impostos desproporcionais, a reação passou a ser outra.

Em 1857, uma nova tentativa de controlar os ganhadores no espaço de trabalho foi implementada, mas eles reagiram de forma inédita: uma greve que durou cerca de dez dias angustiantes para quem dependia do trabalho deles, ou seja, praticamente toda a população livre de Salvador. Escravizados e libertos, todos eles africanos, assim protestaram contra a obrigação de registro junto à Câmara Municipal, o pagamento de um imposto profissional e uma série de medidas de controle policial assaz antipatizadas pelos ganhadores. O movimento recebeu adesão bem maior do que a Revolta dos Malês, mas foi pacífico. Na paralisação de 1857, os grupos de trabalho, uma vez mais, se fizeram presentes na mobilização e organização dos manifestantes. (REIS, 2019, p. 9 e 10)

Esse novo controle tributário imposto foi a gota d'água que faltava para que a organização coletiva se estabelecesse. Havia não só a cobrança excessiva, como também a subjugação do trabalho, mediante medidas que limitavam as atividades, estabeleciam punições severas e impunham que os trabalhadores não escravizados apresentassem fiadores “idôneos” que assinassem um documento assumindo responsabilidade pelo bom comportamento de seus afiançados (REIS, 2019, p.13). A greve, portanto:

Foi uma reação contra a tentativa do Estado de subtrair aos africanos “direitos e rotinas estabelecidos” (Tilly), inclusive a imposição do tal “imposto” de cinco mil réis. Contra isso, não se amotinaram, fizeram greve. Os ganhadores não tinham fábrica, mas tinham cidade, eram trabalhadores informais, mas coletivamente organizados. O fato de serem gente urbana, consciente de sua importância para o funcionamento da cidade, inserida num mercado de trabalho monetarizado, explica em parte o estilo de resistência escolhido. (REIS, 1993, p. 29)

Foi justamente a consciência de que eles compunham uma categoria de trabalhadores responsáveis pelas engrenagens do cotidiano da capital baiana que garantiu a adesão à paralisação das atividades. Por mais que precisassem ou fossem obrigados ao ganho, a insurreição era necessária e, como a vigilância para a repressão a qualquer indício de revolta violenta era constante, foi por meio de um movimento pacífico que o enfrentamento aos desmandos do Estado se estabeleceu.

Com a paralisação, ficou evidente que as atividades de ganho exercidas pelas pessoas negras não só convinham para as comodidades da população, como também para o funcionamento da cidade em si.

Para os habitantes de Salvador, essa paisagem humana já se havia naturalizado. Os estrangeiros, ao contrário, puderam registrá-la para a posteridade como parte de um quadro exótico, e às vezes temível, a ser exibido ao leitor europeu ou norte-americano. Aquela agitação descrita pelos viajantes estrangeiros, o barulho de vozes, gritos, assovios e canções de trabalho, cessou no primeiro dia de junho de 1857, uma segunda-feira, e as ruas de Salvador amanheceram desocupadas, silenciosas, muito estranhas. Os ganhadores — leia-se carregadores de objetos e gente — haviam decidido cruzar os braços em protesto contra uma postura municipal que entraria em vigor a partir daquela data. (REIS, 2019, p. 13)

O resultado imediato da greve foi o silêncio, conforme narra o historiador João José Reis. Logo depois, a ausência dos negros empregados no ganho afetou as outras atividades desenvolvidas na cidade; a reação dos ganhadores à tributação abusiva, imposta apenas a eles, resultou em perda geral. Ou seja, não foi pelo abuso das medidas incidentes sobre os ganhadores que a legislação foi revista na Câmara Municipal, mas foi unicamente em virtude de a greve ter afetado os interesses das elites brancas, pois:

a greve de 1857 teria paralisado “quase que completamente” o transporte de cargas na capital. “Não se achava quem se prestasse a conduzir objeto nenhum”, dizia o *Jornal da Bahia*, no primeiro dia em que os pretos ocupados nesse serviço “ocultaram-se”. Aos poucos, o movimento foi arregimentando aliados entre os que se viram prejudicados em sua rotina e negócios, diante da impossibilidade de ter a cômoda presteza dos negros empregados no ganho. Depois de uma semana com a rua “quase deserta de pretos” e muita discussão na Câmara Municipal, o serviço foi restabelecido sem a obrigação de se pagar pela matrícula. (ALBUQUERQUE, 2009, p.175)

Vale observar que as medidas de repressão pelo poder público àquela altura eram principalmente para exercer controle sobre a subsistência da categoria, porquanto os que sucumbiram à pressão estatal e se deixaram expulsar já o haviam feito há consideráveis anos, tendo em vista que as medidas mais incisivas para expulsão foram tomadas logo após a Revolta dos Malês. Os que ficaram, portanto, eram os que se estabeleceram definitivamente na capital e não iriam mais embora. E essa determinação em ficar moldou os meios de resistência coletiva para pressionar o Estado, já que a voz nos meios político e jurídico, em regra, não estava ao alcance da categoria. Por isso,:

O movimento tinha sido um sucesso parcial. Derrubou a taxa de matrícula e modificou os termos da “fiança”. Conseguir parar todo um importante setor de trabalhadores urbanos durante mais de uma semana já era um resultado notável. Que isso tivesse sido possível deve-se atribuir a que os ganhadores não constituíam uma massa desorganizada e sem uma compreensão de seus interesses. Isso foi entendido pelos próprios contemporâneos. (REIS, 1993, p. 27 e 28)

A subjugação estatal aos negros era exercida porque juridicamente havia ruptura entre ser negro e ser escravo, uma vez que, gradualmente, os escravizados iam conseguindo a alforria, e a pressão externa para o fim da escravização crescia. Mas socialmente o desejo do Estado e das elites brancas era continuar a ter a submissão e os préstimos dos negros – fossem eles escravizados ou não.

Na estrutura de classes, caberia aos negros o papel de trabalhar e ser explorado, seja pelos empresários, seja pelo Estado. A construção estatal do País se funda em ter nessas pessoas, com uma normalidade que remonta há séculos, a fonte de receita principal do erário. Porque não é tão somente uma questão tributária, mas antes de tudo é uma questão relativa a poder: se queremos, podemos e nos convém, então faremos.

Como riqueza e poder político estão associados (MEDEIROS, 2005, p. 104), então igualmente emerge a conjuntura estatal na qual a produtividade da população mais pobre é direcionada para sustentar a existência parasitária das elites nacionais. Nesse contexto, fazendo um paralelo com a realidade presente, depreende-se que os juros reproduzem a subsistência dos que vivem de riqueza herdada e cumprem o mesmo papel do regime escravocrata nos séculos XVI ao XIX.

Ao longo da história do Brasil, os interesses da nação sempre se voltaram precipuamente para viabilizar as políticas públicas convenientes aos interesses dos mais abastados e à perpetuação das posses destes. Por isso, as oligarquias brancas sempre cooptaram e dominaram o poder político, mediante a máxima de que, se eles estão se beneficiando, então a estrutura precisa se conservar; independentemente de mudança de regime político ou de Constituição.

Portanto, todas as formas de resistência a esse modelo de nação fundamentalmente elitista, desigual e segregada foram tentadas ao longo de séculos. A população pobre, excluída tanto da proteção estatal quanto do pleno exercício dos direitos mais básicos, precisou, como precisa até hoje, encontrar os meios de não ser engolida pela miséria.

Nessa perspectiva, transformar e reinventar os papéis que lhe estavam atribuídos consecutivamente na estrutura social da sociedade escravista-colonial e, posteriormente, na pós-colonial, tornou-se um modo de essa “maioria silenciada” (BAUDRILLARD, 1985) desafiar a ordem social que lhe era socialmente imposta. Foram desenvolvidas, ao longo dos tempos, o que Castells (1999, p. 24) designa por “identidades de resistência”, ou seja, aquelas criadas por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade ou, mesmo até, opostos a eles.

Aliás, como assegura Certeau (1994), essas estratégias de resistência demonstram que, não obstante a rede de “vigilância” imposta a essa parcela da população, suas ações não se reduziram a ela. Através de procedimentos populares, essa parcela da população soube jogar com os mecanismos da disciplina e não se conformaram a ela, a não ser para alterá-la. [...]

Tendo sido combatidas pelas políticas higiênico-sanitárias da colônia e pela expansão da produção em moldes mais modernos e capitalistas, próximas às práticas de comércio atuais. Porém, através de estratégias de resistência forjadas em contextos de extremas desigualdades nas relações de poder, sobrevivem, embora não tenham perdido totalmente o estigma da marginalidade. (SANTOS, O.A., 2015, p. 15 e 16)

Atualmente, vemos este estigma na exclusão de determinadas categorias, no que tange à regulação da atividade laboral, a exemplo dos entregadores por aplicativos. Tal como em

1857, recentemente houve paralisações realizadas por estes trabalhadores, conhecidas como o #BrequedApps, os quais reivindicavam adequadas condições de trabalho e o reconhecimento do vínculo empregatício estabelecido com essas empresas<sup>21</sup> (DE CARVALHO; DOS SANTOS PEREIRA; SOBRINHO. 2020). Realidade que é muito similar, cabe pontuar, aos trabalhos com faxina, que são hoje um grande nicho de informalidade – em especial por conta dos empregadores que burlam a legislação, usufruindo da prestação de serviços domésticos sem cumprir com as obrigações impostas pela Lei Complementar 150/2015, a qual reconheceu que os direitos trabalhistas confirmados na Constituição Federal de 1988 também devem abranger o contrato de trabalho doméstico.

Cada vez mais fica claro que o passado explica o presente; e invariavelmente é ele que o delineia. Por conseguinte, é preciso conhecer e reconhecer o caminho que resultou na estrutura político-jurídica que se tem hoje, tanto para compreensão quanto para a coordenação de uma mudança na direção correta.

O enfrentamento para não pagar tributos abusivos na Salvador de 1857, por exemplo, deixa a lição e a marca de como a organização popular possui um valor social indelével, apesar das limitações práticas que a luta pela subsistência acaba por impor. Estão igualmente nos dados históricos a explicação de como os agentes públicos traçaram um plano tributário e econômico perene de dominação, sobre o qual se ancoram as grandes injustiças sociais e a indecente concentração das riquezas nacionais. Portanto:

vale a pena conhecer a história dos tributos nos dias de hoje, pois mais do que trazer ensinamentos diretos e concretos, os conhecimentos históricos permitem que um povo tenha mais elementos para se auto-compreender. O passado pode ser um desses elementos. Por exemplo, saber que muitas rebeliões foram organizadas e levadas adiante, em protesto contra a exploração tributária. Isso nos dá a percepção de quanto a reação popular é capaz de reverter situações de opressão. É a história que registra como cada colono do Brasil, sob as ordens da Coroa portuguesa, foi obrigado a conviver com uma política fiscal injusta, que não respeitava nem a capacidade contributiva das pessoas, nem era seguida de uma lógica clara. Tributava-se com o intuito de remeter a maior parte dos valores arrecadados para a Metrópole. O que sobrava ficava na Colônia, para pagar as despesas da administração das terras “achadas”, exatamente para explorar as suas riquezas e não para construir uma nação. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 19)

Tal como acontecia em meados do século XIX, ainda hoje em Salvador o espaço urbano e o trabalho informal seguem controlados e regulados ostensivamente pela instância municipal.

---

<sup>21</sup> Cabe aqui o adendo de que, não havendo a formalização do vínculo empregatício dos trabalhadores dessa crescente categoria, surge ainda o desafio de financiar a aposentadoria. Por isso, diante dessa transição do mercado de trabalho em direção à informalidade, o que não for tributado para a Previdência Social, por meio do contrato de trabalho, terá que ser custeado pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), sobrecarregando-o.

Orientada por um rol normativo enxuto e digital<sup>22</sup>, a Secretaria Municipal de Ordem Pública de Salvador (SEMOP) é a responsável por publicar decretos e portarias que estabelecem as regras de fiscalização e liberação de licenças para esses trabalhadores.

Além da regulação da atividade cotidiana dos vendedores ambulantes, através do Decreto nº 12.016 de 08 de junho de 1998 (SALVADOR, 1998), a SEMOP possui a atribuição de regular a atividade da categoria nos logradouros públicos também no carnaval.

Para o último carnaval que ocorreu na cidade, antes da suspensão da festa pública em decorrência da pandemia da COVID-19, foi editada pela SEMOP, em 28 de janeiro de 2020, a portaria nº 21/2020, a qual dispunha sobre o exercício do comércio informal em logradouros públicos durante o Carnaval 2020 de Salvador. Já conhecidas de outros carnavais, as regras para o cadastramento presencial dos vendedores informais são especificadas nesta portaria, assim como a estrita regulação das atividades dos trabalhadores informais, os quais estiveram sujeitos ao pagamento de multa no valor de R\$168,31, caso descumprissem alguma das regras da portaria ou de outras normas vigentes.

Similar ao que ocorria no século XIX, dessa categoria de vendedores ambulantes – a qual é composta quase que exclusivamente por pessoas pretas – são cobrados valores relativamente altos para que eles possam trabalhar nos dias da “maior festa de rua do planeta”, conforme se verifica na tabela anexa à publicação:

---

<sup>22</sup> Em: <http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/index.php/mercados-e-feiras-municipais>, que é uma página pertencente ao site oficial da secretaria, a qual compila as publicações no Diário Oficial de Salvador que trazem as normas relativas ao Comércio Informal e Espaço Público.

### ANEXO 3 - PREÇO PÚBLICO

#### TRIBUTOS (PSE+TLP+PUB) - CIRCUITOS DODÔ, OSMAR E BATATINHA:

EQUIPAMENTOS	ATIVIDADES	VALOR R\$	DIMENSÕES MÁXIMAS
BARRACA PADRONIZADA	DIVERSAS	651,49	4,0m x 4,0m
BARRACA PADRONIZADA	DIVERSAS	366,05	3,0m x 3,0m
BANCA DE CHAPA – BALCÃO SIMPLES	LANCHE, IMPRESSO, CHAVE, ETC.	283,78	TAMANHO PADRÃO
ISOPOR (KIT FAMÍLIA)	BEBIDAS DIVERSAS	139,70	1,0m x 1,0m
TABULEIRO DE BAIANA DE ACARAJÉ	QUITUTES	77,83	TAMANHO PADRÃO
CARRINHOS DIVERSOS	PIPOCA, SORVETE, MINGAU, ÁGUA DE COCO, CACHORRO QUENTE E LANCHES PRONTOS	139,70	TAMANHO PADRÃO
VEÍCULOS	GELO	92,12/METRO LINEAR	ATÉ 14 METROS
	RECICLÁVEIS	ISENTO	ATÉ 14 METROS
FOOD TRUCK	COMIDA DE RUA	189,22/METRO LINEAR	

Fonte: SALVADOR, 2020, p. 29.

A cobrança, confusa na intitulação e pouco transparente no anexo, é composta de dois preços públicos (SALVADOR, 2014) e de um tributo (SALVADOR, 2006), nomeadamente: Preço do Serviço de Expediente (PSE)<sup>23</sup>, Taxa de Licença para Exploração de Atividades em Logradouros Públicos (TLP)<sup>24</sup> e Preço pelo Uso de Bens e domínio público (PUB)<sup>25</sup>. Na tabela, verifica-se que a autorização para venda de bebidas em isopor de até 1m<sup>2</sup> nos dias de folia custa R\$139,70; valor equivalente a 11,53% do salário mínimo, hoje correspondente a R\$1.212,00.

Perfazendo a atividade mais precarizada de todas as listadas, a tabela estabelece que a venda de bebidas em isopor no carnaval é realizada mediante um “kit família”<sup>26</sup>, cuja denominação claramente ironiza e normaliza o que de fato tem sido o trabalho precário de vendedor ambulante no Carnaval de Salvador: uma atividade familiar. Basta um rápido passeio por qualquer circuito da festa para constatar que famílias, crianças e adolescentes incluídos,

<sup>23</sup> Art. 6º c/c Tabela 01 do Decreto nº 25.747 de 22 de dezembro de 2014.

<sup>24</sup> Art. 145, II, da Lei Municipal de Salvador nº 7186, de 27 de dezembro de 2006.

<sup>25</sup> Art. 10 c/c Tabela 03 do Decreto nº 25.747 de 22 de dezembro de 2014.

<sup>26</sup> Consultado a página 23, anexo II, do Diário Oficial do Município de Salvador nº 6.244, que trazia a Portaria da SEMOP referente ao Carnaval 2015, constata-se que esse “kit família”, que à época custava R\$124,04, é composto por uma caixa de isopor grande e três caixas pequenas. Como a portaria do Carnaval 2020 (Portaria nº 21/2020 de 28 de janeiro de 2020 da SEMOP) foi omissa, infere-se ser o mesmo kit, ou algum lote com objetos equivalentes.

trabalham e dormem nos locais autorizados pela SEMOP para a atividade informal, conforme relataram veículos de comunicação (TV BAHIA, 2020)<sup>27</sup>. Trata-se explicitamente da normalização de que esta é a atividade destinada a um tipo específico de família e que, por ser uma atividade precarizada e explorada pelo Estado, acaba por ser geracional.

Aprofundando ainda mais a vala de desamparo jurídico na qual essas pessoas foram atiradas pelo poder público, a partir do Carnaval 2014, com o Decreto nº 24.811 de 25 de fevereiro de 2014, a Prefeitura de Salvador determinou que os vendedores informais só poderiam vender as bebidas das marcas dos patrocinadores oficiais da festa. Essa norma inaugural – que disciplina as obrigações dos titulares de Alvará de Autorização para exercício de comércio informal em logradouro público, de Alvará de Autorização Especial e de Alvará de Autorização para a exploração de atividades durante o Carnaval –, dispõe acerca da proibição de comercialização de outros produtos de marcas concorrentes, seguida das sanções aplicáveis, em caso de descumprimento.

Os decretos municipais dos carnavais dos anos seguintes, com idêntica imposição de exclusividade – a qual incide e interfere mais fortemente sobre o comércio informal de bebidas por vendedores ambulantes –, foram os de números 25820/2015, 27025/2016, 28266/2017, 29485/2018, 30827/2019. A última “postura municipal” nesse sentido foi o Decreto nº 32.183 de 20 de fevereiro de 2020:

Art. 2º Nos Circuitos do Carnaval, os titulares de Alvará de Autorização para exercício de comércio informal em logradouro público, de Alvará de Autorização Especial e de Alvará de Autorização para a exploração de atividades, em caráter eventual, só poderão divulgar as marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como realizar outras atividades promocionais ou de comércio de rua relacionadas aos Patrocinadores Oficiais.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo para a veiculação de publicidade licenciada na forma dos artigos 33 a 39 do Decreto nº 20.505/2009.

Art. 3º No intuito de assegurar o bom andamento da fiscalização e apreensão de publicidade e produtos em desacordo com este Decreto, especialmente quanto ao marketing de guerrilha ou de emboscada, fica designada ação em Força Tarefa, a ser realizada pelos agentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo - SEDUR, da Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP, da Superintendência da Guarda Civil Municipal - GCM e Empresa Salvador Turismo - SALTUR, sendo deferido a tais agentes, conjunta ou separadamente, a realização das diligências legais necessárias para garantir o cumprimento dos termos ora estabelecidos.

Art. 4º Fica proibida a comercialização e distribuição de bebidas em garrafas, copos e recipientes de vidro nas áreas internas e externas dos estabelecimentos comerciais que se situem na poligonal ou entorno dos locais durante a realização de festas populares, por medida de segurança da população. O não atendimento implicará na apreensão das mercadorias e utensílios de vidro, sem prejuízo da aplicação de multa e outras medidas cabíveis em lei.

---

<sup>27</sup> A matéria jornalística até menciona que “Para garantir a vaga no circuito, tinha ambulante dormindo no local desde segunda-feira (10). Muitos deles trouxeram os filhos que, por causa da situação, foram encaminhados para um abrigo”.

Art. 5º O descumprimento das regras deste Decreto sujeitará o infrator às sanções de Cassação do Alvará e de Apreensão de Bens e Mercadorias previstas na Lei Municipal nº 5.503/1999.

Art. 6º O exercício de atividade econômica nos Circuitos do Carnaval sem o devido Alvará sujeitará o infrator à sanção de Apreensão de Bens e Mercadorias prevista na Lei Municipal nº 5.503/1999.

A lei nº 5.503/99 é o Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador, que, como nos tempos anteriores à abolição formal da escravidão, é a parte do Estado que se ocupa direta e explicitamente do controle e da dominação das pessoas negras.

No que tange a essa imposição de comércio exclusivo de uma marca no carnaval, é importante observar que a leitura acerca da situação que repercute é feita apenas questionando a ofensa à livre concorrência, ou no interesse dos foliões (RODRIGUES, 2017; VEREADORES COMBATEM..., 2019). O debate jurídico da situação seguiu nessa linha, com o tema central da questão concorrencial, sendo questionado amplamente se não seria o caso de abuso de posição dominante e de fechamento do mercado.

Com vias a esclarecer a possibilidade da exclusividade de cervejarias em festas populares, foi emitido o Parecer SEI Nº 4/2018/ASSEC/SEPRAC-MF, da Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência (SEPRAC), o qual se ateve à exposição e à análise do que viria a configurar violação concorrencial.

No que concerne à doutrina mais recente, a leitura da situação de imposição da venda de bebidas de uma só empresa no carnaval ainda se ateve à questão concorrencial (BARBOSA, 2021), sendo feitas leituras das disposições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tais como a Averiguação Preliminar n. 08012.005076/2005-17, a Nota Técnica nº 37/2019/CGAA4/SGAI/SG/CADE e os Processos Administrativos n. 08000.000146/1996-55, n. 08012.003048/2001-31 e n. 08700.005770/2015-58.

Invisibilizados, não há questionamentos acerca da abusividade que repousa sobre a atividade essencial e degradante exercida por esses trabalhadores informais. O debate jurídico se baliza nos interesses das classes dominantes, os quais ganham direta e indiretamente com essa grande festa popular. O grande ganho segue nos bastidores, entre o ajuste dos interesses do poder público e das oligarquias empresariais – os quais muitas vezes se confundem, ou são exatamente os mesmos.

Fazendo paralelo com o passado, verifica-se que, em 1861 – ou seja, quatro anos após a greve baiana –, o poder público marcou bem a posição de que os ganhadores africanos voltariam a ter a subsistência ainda mais comprometida. Naquele ano, foi arbitrado um imposto dirigido especificamente aos africanos livres e libertos, e cujo valor era mais que o dobro do que eles pagavam no ano da greve:

Rezava o título 15 do regulamento que qualquer pessoa nascida no Brasil que trabalhasse com tabuleiros e caixinhas para a venda de gêneros secos em geral — exclusive, portanto, os alimentícios — pagaria um imposto anual de 5 mil-réis. Para quem vendesse do mesmo modo joias, o valor crescia para 10 mil-réis, igual ao pago pelos profissionais de “escritórios”. Quanto aos africanos, além de pagar esses impostos, foram contemplados com um título específico do regulamento: “Quarenta mil-réis sobre africanos que mercadejarem”. Esse valor representava o dobro do que eles pagavam no ano da greve, e mais 5 mil-réis. O imposto era dirigido especificamente aos africanos livres e libertos, e incluía os que vendessem “qualquer tipo de mercadoria, não apenas em Salvador, mas também nas cidades do litoral”. Estava porém isento quem tivesse um lucro anual aquém de 180 mil-réis, considerado “diminuto”, o que, pelo menos, aumentava em muito o teto de isenção antes estabelecido de 100 mil-réis. (REIS, 2019, p. 101)

Nessa senda, vemos na história dos tributos brasileiros uma clara configuração que comporta dois pesos e duas medidas, a depender da posição sociorracial do sujeito passivo. Nunca houve pudor algum em restringir a sobrevivência dos mais pobres, ao passo que a máxima estatal de não melindrar os poderosos sempre esteve presente.

Uma amostra desta realidade de blindagem dos interesses dos poderosos é o Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT) previsto para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022, que sequer considera a isenção à distribuição de lucros e dividendos como gasto tributário — evitando que, assim, o montante renunciado por meio desta atípica isenção seja passível de evidenciação e de repúdio público. Ou seja, há uma captura de conceito, no intuito de comprometer a transparência do quanto existe realmente de renúncia fiscal no orçamento público. Já o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que ocorre praticamente a cada seis meses, reforça ainda mais a conjuntura na qual os maiores devedores são os que mais se eximem de pagar tributos devidos. Em última instância, a conformação tributária brasileira transformou a cobrança de tributos, que é fator essencial para a existência do Estado, em um importuno que não cabe aos estratos que possuem maior capacidade contributiva; ainda que isto signifique arrecadar muito menos.

Consequentemente, para financiar o Estado, o caminho mais escolhido tem sido tirar dos que têm menor capacidade contributiva, tanto direta como indiretamente. Então o acúmulo e o excesso de privilégios dos que mais possuem repousam sobre a pobreza e a desproteção dos que estão sempre no limiar da sobrevivência. Somado a isto, vale frisar, tem-se ainda a precarização dos serviços públicos, mediante reduções, tanto diretas quanto indiretas, das verbas destinadas às despesas primárias.

Considerando todos esses aspectos, fica claro por que o tratamento dado ao trabalhador informal no carnaval soteropolitano não resultou no debate jurídico amplo que seria preciso para haver uma mudança efetiva nas condições de trabalho dessas pessoas. Apenas no trato jornalístico foi ouvida timidamente a voz dos trabalhadores submetidos à medida de serem

obrigados a vender exclusivamente as bebidas das marcas dos patrocinadores oficiais do Carnaval de Salvador (CARNAVAL 2016, 2016).

Não há simetria de tratamento ou sensibilidade social em verificar que existe uma questão trabalhista preliminar na situação. Afinal, se é atividade essencial para o andamento da festa promovida pela Prefeitura nos espaços urbanos, seria lógico e correto que fossem funcionários públicos temporários que realizassem o serviço de vender bebidas ao longo dos circuitos da folia<sup>28</sup>.

Porém, a questão precípua que dá o tom ao tratamento da situação é que, antes de ser essencial, trata-se de trabalho degradante, relacionado diretamente a um perfil de trabalhador, e que remonta à época colonial. “Essa elite política e bem-pensante tinha lá suas ideias, mas a escravidão na cidade era um bom negócio para uns, e fonte de serviços e comodidade para todos” (REIS, 2019, p. 14). Ao fim e ao cabo, mesmo terminada formalmente a escravidão, a comodidade dos trabalhos mais degradantes e precarizados continuou, e a pobreza do pós-abolição, seguiu sujeitando o mesmo grupo de pessoas à busca cotidiana pela sobrevivência. Ademais,:

A situação de precariedade na qual se encontra a maioria dos trabalhadores brasileiros confirma que a superexploração do trabalho é uma característica central do capitalismo periférico, na medida em que predominam os baixos salários, as condições precárias de trabalho e a negação dos direitos sociais. A realidade estrutural baseada na concentração de renda e do prestígio social externa e internamente vem reproduzindo a pobreza das massas que enfrentam muitas dificuldades de dimensão sociocultural como o alfabetismo funcional, a carência nutricional, a transitoriedade ocupacional e a perseguição policial. (QUEIROZ, 2018, p. 96 e 97)

Verifica-se, assim, a lógica social perversa que se retroalimenta da sua ineficiência na prestação de serviços públicos mais básicos. Ou seja, se o analfabetismo funcional, a carência nutricional e a perseguição policial são causas fundamentais desse grande contingente de vendedores informais de rua, a quem incube cessar essa problemática? E, vendo o caso do carnaval de Salvador, esse mesmo Estado – o qual deveria garantir minimamente a prestação de serviços públicos básicos, como forma de minorar o ciclo de pobreza que lança trabalhadores na informalidade –, acaba se beneficiando direta e indiretamente da situação de superexploração da categoria.

Tido como renda extra para quem vive do comércio informal, o trabalho precário no carnaval não deixa dúvida de que existe um problema social de exclusão sistêmica. A disparidade de tratamento mostra bem que os subcidadãos (ou quase-cidadãos) são explorados

---

<sup>28</sup> Conforme estabelece, trazendo um exemplo normativo mais recente, o Decreto nº 32.160 de 14 de fevereiro de 2020, ao determinar quais atividades necessárias à viabilização do Carnaval de Salvador 2020, e quanto os empregados receberiam por cada hora que trabalhassem no evento.

em prol dos grandes empresários do setor de bebidas. Conforme explanado, se para o “patrocinador oficial da folia” existe um ganho em ter os trabalhadores informais vendendo apenas o produto de sua marca, isso em nada beneficia o vendedor, que acaba por ter a sua autonomia laboral e negocial tolhida.

Os verdadeiros ganhadores do carnaval decidem pela população e por estes trabalhadores informais, e, tal como no caso dos grevistas de 1857, em nada importa ao poder público discutir a abusividade das medidas tributárias e repressivas destinadas exclusivamente a eles. Em se tratando desta categoria de trabalhadores, a garantia de dignidade, direitos fundamentais e proteção ao trabalho é sempre relegada.

Enquanto isso, a sorte dos acumuladores é inversamente proporcional à dos trabalhadores informais: até os direitos mais indecentes, como essa exclusividade sobre o meio de trabalho de pessoas sem vínculo empregatício, são garantidos – com direito à ampla tutela normativa do Estado assegurando o absurdo. Por isso,:

A manifestação das desigualdades sociais urbanas, através da segregação socioespacial e da intensa presença de vendedores ambulantes nos espaços públicos das cidades do Brasil, precisa ser repensada pela perspectiva crítica da dependência por tratar da totalidade da questão. Para além de registrar a heterogeneidade da classe trabalhadora é necessário identificar as causas históricas que impedem o desenvolvimento social, apesar do crescimento econômico. Evidentemente que os problemas sociais resultantes do capitalismo dependente atingem diretamente os mais pobres, resta saber qual o preço desse processo para os trabalhadores que atuam por conta própria sem proteção social e reconhecimento dos seus direitos. (QUEIROZ, 2018, p. 99)

Essa perspectiva crítica em tratar da totalidade da questão perpassa pelo interesse na mudança, à qual claramente os brasileiros mais abastados se opõem. Em regra, não convém aos que tudo têm e aos que sempre ganham arriscar perder, por mais ínfima que seja a perda. Na tributação, esses conflitos de interesses resultam em inconstitucionalidades, uma vez que, em observância aos princípios constitucionais, os que menos pagam impostos são os que mais deveriam contribuir.

O outro lado desta situação é que os mais desprotegidos, no que tange aos direitos trabalhistas, são os mais expostos à incidência dos tributos. No caso dos vendedores ambulantes de bebidas no carnaval, este fato fica bastante evidente: eles pagam preços públicos e tributos para vender bebidas nas ruas da cidade e pagam, embutidos nos preços dos produtos para revenda, os impostos indiretos das bebidas, os quais chegam a mais de 50% do valor dos produtos (A FARRA DOS IMPOSTOS..., 2017; BEBIDAS TÊM..., 2019), garantindo a arrecadação estatal deste bem-sucedido setor comercial. Ou seja, a lógica tributária às avessas se verifica de forma ainda mais evidente e acentuada no carnaval.

Ademais, estes trabalhadores funcionam como representantes comerciais das empresas patrocinadoras, uma vez que servem de vitrine das marcas, ao mesmo tempo em que impulsionam as vendas das empresas patrocinadoras da festa – se não houvesse a comodidade de ter bebidas indo ao alcance do consumidor, seguramente muitos não beberiam tanto enquanto circulam pelas ruas dos circuitos. Ao fim e ao cabo, todos ganham, exceto o trabalhador informal.

A realização do trabalho informal evidencia contradições diante da sua funcionalidade sem reconhecimento e proteção, trazendo à tona a natureza perversa do capitalismo que explora sem piedade. A acumulação do capital não poupa ninguém, muito menos os pobres que têm poucas condições de enfrentamento no sentido da transformação social. E esse talvez seja o principal ponto a ser problematizado: a questão social no país está exatamente na reprodução dessa absurda contradição - um país com inúmeras riquezas que produz tanta miséria. [...]

Na estrutura social de Salvador, a presença desse contingente de trabalhadores nas ruas sempre foi expressiva e marginal, na medida em que parte significativa da classe trabalhadora enfrenta a luta pela sobrevivência sem a garantia dos direitos sociais. A história do mercado e do trabalho livre no Brasil, e em Salvador particularmente, permite perceber como se produziu esta persistente questão social. O enigma brasileiro, de produzir tanta miséria esbanjando riqueza, tem origem na exploração escravista colonial e depois ganha dimensão urbana com o capitalismo comercial e industrial que não garantiram a integração da população que migra para as cidades. (QUEIROZ, 2018, p. 103 e 104)

O excesso de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade garante a demanda, tendo em vista que a fila para conseguir uma das cerca de 4.500 licenças disponibilizadas para a festa é feita com antecedência de até duas semanas (LICENCIAMENTO DE AMBULANTES..., 2020; EM MENOS DE..., 2020). Portanto, mesmo havendo uma precariedade generalizada nas condições de trabalho da categoria ao longo dos dias de carnaval, “mesmo assim a concorrência entre esses é forte, diante da existência do enorme exército de reserva sempre disponível ao capital” (QUEIROZ, 2018, p. 107). Por haver essa reserva de pessoas excessivamente vulneráveis, o carnaval acaba sendo uma oportunidade de conseguir dinheiro com a venda de bebidas, tendo em vista o enorme contingente de pessoas circulando dia e noite. Portanto:

A não participação nos processos de assalariamento protegido define essa questão social diante da existência, desde sempre, de trabalhadores informais comercializando nos espaços públicos das cidades. Os excluídos do sistema sobrevivem do próprio trabalho, enfrentando ainda a falta de reconhecimento como integrantes da classe trabalhadora. Os vendedores ambulantes, em geral, sofrem a marginalização ou são superestimados como empresários ou comerciantes. Os ambulantes produzem a própria renda, mas não são empresários, dispõem apenas do próprio trabalho, de pouco capital investido em mercadoria e não possuem meios de produção nem propriedade privada. (QUEIROZ, 2018, p. 104)

Aos que sequer têm condição de disponibilizar dinheiro para a compra da mercadoria a ser vendida nem para a licença cobrada pela prefeitura para autorizar o trabalho nos espaços do

carnaval, resta ser prestador de serviço temporário dos blocos para trabalhar de cordeiro<sup>29</sup>. Esse trabalho degradante, no qual os mais pobres – portanto todos negros – sujeitam-se a uma contratação temporária com diárias de valores ínfimos, reflete a barganha que é para os empresários ter um grande contingente de pessoas socialmente desamparadas dispostas a aceitar qualquer proposta para trabalhar (GARRIDO, 2017; GARRIDO, 2019)<sup>30</sup>.

Seja na figura dos ambulantes vendendo bebidas, seja na dos cordeiros – cuja missão é basicamente servirem de escudos humanos, fixos ao redor de uma corda grossa, para separar os foliões mais endinheirados, que chegam a pagar mais de um salário mínimo<sup>31</sup> por dia de folia em um bloco de carnaval, dos foliões não pagantes –, a figura dos ganhadores do século XIX não mudou muito, sendo evidente à qual categoria sociorracial pertencem esses trabalhadores informais. Por conseguinte,:

A desigualdade é normalizada por uma hierarquia racial, tornando invisíveis situações de iniquidade e mesmo de violações de direitos. Pobreza, mendicância, populações habitando lixões, são inúmeras as situações que não são identificadas como algo a ser enfrentado. Ao contrário, tudo isso faz parte da paisagem social brasileira. O racismo impede o reconhecimento dos pobres e miseráveis como iguais, sugerindo a existência de categorias distintas de pessoas. Para um grupo a cidadania plena, para outros, “a vida como ela é”... Está criado assim o caldo de cultura para a perpetuação da desigualdade. E o racismo e seus desdobramentos tem papel central nesse processo. (THEODORO, 2014, p. 215)

Portanto, é justamente nessa normalização das desigualdades sociorraciais – as quais incluem não somente as desigualdades econômicas, como também as diferentes condições de trabalho, oportunidades, dignidade e de acesso à justiça – que se ancora todo o aparato sócio-estatal de proteção à branquitude.

As cadeiras de arruar continuam circulando por Salvador, e é bastante evidente quem as carrega e quem sobre elas repousa.

---

<sup>29</sup> Nome popular dado às pessoas que seguram a corda que separa os seguidores dos trios elétricos pagantes (os que ficam no interior da corda que contorna o trio elétrico em movimento) dos foliões que não compraram o acesso ao bloco daquele trio elétrico.

<sup>30</sup> Apenas após interferência do Ministério Público do Trabalho, o valor da diária dos cordeiros passou recentemente de R\$51,00 para R\$54,00, incluso transporte. Sujeitos a toda sorte de violência, em condições de total insalubridade, esses trabalhadores não têm direitos sociais e trabalhistas assegurados e seguem marginalizados, exercendo uma função que explicita a vala de desigualdade que os separa dos foliões.

<sup>31</sup> Basta verificar, em tempo real, os preços praticados pela Central do Carnaval ([https://vendas.centraldocarnaval.com.br/CompreAqui/Pacotes?cod\\_bloco=1904;1905](https://vendas.centraldocarnaval.com.br/CompreAqui/Pacotes?cod_bloco=1904;1905)), um dos principais canais de venda de blocos para o carnaval de Salvador.

### 3.2 CASO 2: O IMPOSTO DE RENDA E OS VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS NO SÉCULO XX

Do lado oposto, a lógica que prevalece é a de que o Estado precisa ser bastante cuidadoso ao exercer o poder de tributar. Ao contrário do que acontece com os trabalhadores mais vulneráveis da população – conforme exposto no tópico anterior –, quando a incidência de determinado tributo acaba por ter como sujeito passivo uma categoria profissional abastada e influente, o debate é amplo. E quando o resultado é em prol do fisco, há antes um campo de disputa pelo não pagamento do tributo; ou, no mínimo, a busca por outra forma de compensação financeira correspondente ou superior ao valor compulsoriamente destinado ao Estado.

Em que pese o alto funcionalismo público seja composto por diferentes carreiras – sendo a maior parte delas jurídicas –, o estudo em direito tributário e tributação nos conduziu ao recorte histórico do presente tópico.

Ao observar o caso no qual juízes se insurgiram contra a cobrança de imposto de renda sobre os próprios vencimentos, a partir do início dos anos 1920, há três pontos interessantes a serem analisados: 1) as bases da argumentação dos magistrados pela não incidência; 2) a fundamentação jurídica que determinou a cobrança; e 3) os desdobramentos legais e processuais do caso. Mesmo sendo uma questão simples, tendo em vista que se trata de imposto manifestamente geral, e mundialmente implementado como tal, a discussão foi feita ao longo de anos no Brasil.

Lógico que é fundamental enriquecer os debates no campo do direito, em especial no que concerne aos princípios constitucionais – que, nesse caso, foi precipuamente acerca da irredutibilidade dos vencimentos –, mas, a bem da verdade, o debate travado não possuía essencialmente mister acadêmico. Isso porque os contrapontos em prol da incidência não faziam parte do repertório da categoria, a qual, em regra, enxergava a irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados como direito fundamental absoluto e inegociável, equivalente ao que atualmente temos com as cláusulas pétreas tributárias (SCAFF, 2022).

O que igualmente não significa que se deva desmerecer ou diminuir a importância do princípio da irredutibilidade ou da função jurisdicional. O exercício desta nobre profissão precisa ser viabilizado, para haver sempre dignidade, zelo e imparcialidade; os vencimentos dos magistrados, portanto, devem ser mantidos em patamar digno. Mas essa irredutibilidade dos magistrados em não aceitarem a incidência do imposto de renda tão somente sobre os próprios vencimentos, combatendo frontalmente a vontade do legislador, indicava ser, de fato, a marcação de poder pela defesa dos interesses econômicos de um lado. Um lado que buscava

equivaler a independência do Poder Judiciário à não tributação em absoluto dos vencimentos da categoria.

Sem meias palavras, pode-se dizer que disputa era efetivamente pelo suscitado direito de ter altos rendimentos sem serem importunados pelo fisco, como meio de manter intocado o considerável poder aquisitivo que sempre foi atribuído à profissão. Em suma, os magistrados faziam questão de cada centavo e ponto final.

O início desse embate entre os juízes e o fisco foi quando, seguindo a tendência mundial do final do século XIX e início do século XX, a recente República brasileira enfim conseguiu viabilizar a implementação de um imposto geral sobre os rendimentos. Após 55 anos de tentativas frustradas (RECEITA FEDERAL, 2015), o imposto de renda foi previsto pelo artigo 31 da Lei nº 4.625 de 31 de dezembro de 1922.

Em que pese a clara redação da lei estabelecesse que “Fica instituído o imposto geral sobre a renda, que será devido, anualmente, por toda a pessoa physica ou juridica, residente no territorio do paiz, e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto liquido dos rendimentos de qualquer origem” (BRASIL, 1922), muitos magistrados entenderam que não estavam no rol de todas as pessoas físicas, sob o fundamento de que seriam beneficiários da irredutibilidade de vencimentos, perfazendo exceção à universalidade da cobrança.

Ainda que universalidade do imposto de renda fosse evidente desde a sua instituição, conforme consta no trecho de lei reproduzido acima, houve naquela década a oposição à cobrança por parte dos magistrados, tendo como fundamento para o privilégio tributário pleiteado a irredutibilidade dos vencimentos deles, prevista constitucionalmente. Como a Constituição aplicável, anterior à lei que instituiu o tributo, naturalmente não previa a incidência deste imposto direto, foram travadas discussões acerca da suposta inconstitucionalidade da cobrança sobre o vencimento dos juízes, com base na retórica de que seria uma forma indireta de redução de vencimentos, estando o texto de lei abaixo da previsão constitucional que garantia a irredutibilidade.

Então veio a Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926, a qual incluiu o §32 no artigo 72 na Constituição de 1891, explicitando que a previsão de irredutibilidade de vencimentos não eximia civis e militares do pagamento dos impostos gerais<sup>32</sup>. Apesar desta alteração constitucional, a celeuma se prolongou, agora sendo questionado também se o

---

<sup>32</sup> §32. As disposições constitucionaes assecuratorias da irreductilidade de vencimentos civis ou militares não eximem da obrigação de pagar os impostos geraes creados em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926).

imposto de renda viria a ser de fato um imposto geral, uma vez que se previam exceções ao seu pagamento.

Poucos anos depois, diante do inconformismo dos magistrados, dentre os quais muitos acionaram o judiciário para não pagar o tributo, foi preciso ser emitido um parecer do Consultor-Geral da República negando a restituição do imposto de renda descontado do provento de um juiz aposentado e firmando o entendimento em prol do pagamento (GODOY, 2015).

No que tange ao parecer, o fundamento principal da negativa versa sobre o princípio da universalidade, sob o corolário da igualdade material, além de se referir ao fato de que a cobrança de tributos é indispensável para a existência do Estado. O documento pontua que o princípio da universalidade consiste na exclusão de qualquer privilégio, uma vez que, perante a lei, todos são iguais; a exceção admitida, segundo o parecerista, seria a isenção em favor dos mais pobres, que, conforme explicitou, era uma beneficência pública.

Assim, o documento sustentou que isentar juízes de um tributo universal seria um privilégio à categoria, iria de encontro ao corolário da igualdade e prejudicaria as receitas estatais. Ademais, àquela altura, já estava cristalizada no texto constitucional a previsão de que o pagamento de impostos gerais não feria a previsão de irredutibilidade dos vencimentos. Então o entendimento legislativo era de que, quando um imposto incide indistintamente sobre todo tipo de consumo, renda e patrimônio, ele é considerado geral, ainda que comporte exceções legalmente previstas.

Conforme ainda expõe o texto do parecer, o pedido do juiz aposentado trouxe o argumento de que não haveria diferença entre o poder sobre a subsistência de alguém e o poder sobre a vontade deste. O que, para o caso tratado, era um argumento contestável, pois, ainda que de fato a incidência de tributo implique em redução da disponibilidade financeira do sujeito passivo, de modo algum se tratava de cobrança que tivesse o tal efeito de restringir a subsistência dos juízes. Esta constatação óbvia, mas que não é trazida no parecer, é que, quando não se está no limite da subsistência, é desonesto se falar em restrição à subsistência como forma de controle; trata-se tão somente do que, em se tratando de vencimentos avultados, é: aplicação do princípio da capacidade contributiva e, indiretamente, restrição ao acúmulo.

Portanto, como não há de se falar em restrição à subsistência, no caso de pagamento do imposto de renda pelos magistrados, então esse poder sobre a vontade suscitado viria da hipótese trazida de que, permitindo a incidência de tributos sobre os vencimentos dos juízes, passaria a existir a possibilidade de que a redução, via tributação, passasse a ser ilimitada; o que não é verdade. Isso porque a irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados é justamente

uma proteção a essa hipotética ação com o objetivo de reduzir os vencimentos da categoria; o que de forma alguma acontece com a incidência do imposto de renda. O referido parecer até faz uma referência a esta conjectura dos magistrados, pontuando que “Certo não haveria mais desmarcado absurdo que os representantes dos outros poderes implorem a si e a todos o mesmo ônus, somente com o fim de causar prejuízo a alguns juízes” (GODOY, 2015).

Do outro lado do debate, que prosseguiu, o fundamento da irredutibilidade específica para os magistrados se fundava na harmonia e independência do Poder Judiciário. O objetivo principal era vincular diretamente a independência daqueles servidores a vencimentos não passíveis de redução alguma. Outro ponto trazido, sob o qual muito se fundamentou a jurisprudência, era de que o imposto de renda não era um imposto geral, porquanto comportava exceções ao seu alcance.

No campo doutrinário, os magistrados também seguiram pautando o debate em defesa de que o imposto de renda não pudesse gravar os vencimentos dos juízes. Exemplo bastante contundente desta defesa incessante é o artigo de um juiz aposentado, publicado em 1958 por uma revista jurídica, no qual foi sustentado que:

Logo, a tributação, sendo geral e não recaindo obliquamente sobre os vencimentos dos juízes, não os amesquinha, isto é, não os diminui, porque, segundo nos parece foi neste sentido que se empregou o verbo amesquinhar. Mas, se a questão é de a tributação não amesquinhar os vencimentos dos juízes, tanto os amesquinha a tributação que não é geral como a que o é, por ser evidente que qualquer tributação que incida sobre os vencimentos dos juízes, fatalmente há de reduzi-los, isto é, amesquinhá-los. Em seguida, entende o egrégio julgador que a tributação, não sendo geral e recaindo por via oblíqua sobre os vencimentos dos juízes, anularia a garantia da irredutibilidade dos seus vencimentos, irredutibilidade esta que o respeitável voto reconhece ser essencial à independência do Judiciário, frente aos demais poderes. Segundo nos parece não existe diferença alguma entre o imposto geral e o não geral, sob o ponto de vista da irredutibilidade dos vencimentos dos juízes. Esta é que é a realidade. [...]

A prevalecer a referida decisão, o Executivo e o Legislativo ficariam armados com o poder de taxar, por meio do imposto de renda, os vencimentos dos juízes, anulando-lhes a garantia da irredutibilidade dos seus vencimentos, princípio Constitucional que visa, exatamente, a assegurar a independência do Poder Judiciário. (MALTA, 1958, p.533)

Na supracitada publicação, o autor disserta ainda que “não se concebe que vencimentos já declarados irredutíveis, venham a ficar sujeitos a impostos, como se o legislador ignorasse que é consubstanciada, inerente à índole do imposto, tenha ele a denominação que tiver, a função redutiva.” e que “a irredutibilidade de vencimentos e, concomitantemente, a imposição de impostos sobre eles, são coisas inconciliáveis” (MALTA, 1958, p.533). Mas, ao mesmo tempo, o autor entende serem cabíveis impostos gerais, fazendo a ilação de estarem estes incidindo sobre os vencimentos dos juízes, sendo “impostos que o juiz é obrigado a pagar como

cidadão e não como magistrado, não podendo invocar a garantia da irredutibilidade dos seus vencimentos para se eximir do pagamento deles” (MALTA, 1958, p.534).

Portanto, seguindo a lógica do autor, se é conciliável com a irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados o fato de que quem consome – ou realizados os fatos geradores elencados – deve pagar imposto como qualquer cidadão, então, da mesma forma, deveria compreender que existe compatibilidade entre a irredutibilidade e o dever de pagar imposto quem auferir rendimentos a partir de determinado patamar (fato gerador).

Ademais, em que pese critique a hermenêutica jurídica do legislador, ao conciliar o pagamento de impostos gerais com a irredutibilidade, o autor deixa de avaliar igualmente que o imposto, independentemente de ser indireto ou direto, reduz os vencimentos; portanto, indo a fundo na proteção à irredutibilidade, em nenhum caso os magistrados deveriam pagar qualquer que fosse o tributo – o que nunca ocorreu.

A proteção, como bem fundamenta o autor, é contra eventual arbítrio dos demais poderes em direcionar dispositivos normativos que obliquamente buscassem reduzir vencimentos constitucionalmente irredutíveis; o que não se verifica em se tratando de impostos gerais, os quais se consubstanciam em fato gerador que em nada tem relação com a função de magistrado, ou que grave especificamente os vencimentos desta profissão. Ou seja, a ideia, baseada na jurisprudência, de que algum imposto que recaia diretamente sobre os vencimentos dos juízes feria a irredutibilidade era igualmente incompatível com a obrigatoriedade de pagar impostos gerais, se fosse o caso de entender a tributação *per se* como redução dos vencimentos.

E o autor segue discorrendo em defesa da irredutibilidade de que “assim sendo, em última análise, todo o imposto sobre vencimentos vem a ser, na realidade, sobre alimentos, sobre a vida do funcionário, seja público ou judiciário” (MALTA, 1958, p.535). Ora, mas o salário não possui igualmente natureza alimentar? Se a questão fosse realmente não tributar a subsistência, então o imposto de renda não deveria ser pago por cidadão assalariado algum, uma vez que a proteção aos alimentos é para todos. Mas não é assim, de forma alguma, que o ex-juiz expõe a problemática na publicação.

Décadas após, a defesa implacável à irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados ainda ecoava como inflexível para alguns doutrinadores, diante de outras variáveis econômicas que porventura viessem a reduzir o valor real desses vencimentos. No que tange a esses ajustes, foi sustentado que:

A irredutibilidade de vencimentos dos magistrados, nascida do especial gênio político dos ‘pais da pátria’, nos Estados Unidos, é um dos conspícuos meios de assecuração do princípio da independência e harmonia dos poderes, no que toca ao Judiciário (Celso Bastos, Carlos Mário Velloso).

Por isso foi trazido para o nosso direito constitucional (1891), por proposta de Rui Barbosa, aqui persistindo até a data de hoje.

Seu preciso alcance não pode ser encarado simplesmente como significando que não haverá diminuição dos vencimentos, por obra da lei. Para que corresponda à função que lhe cabe no contexto do nosso sistema — como instrumento de eficácia do magno princípio colocado no art. 6º da constituição — deve necessariamente significar também que a expressão numérica, em que se traduzem os vencimentos, há de ser corrigida, para que sua representação substancial (poder aquisitivo de fato) não se diminua. (ATALIBA, 1981, p. 47)

Ao defender a irredutibilidade como um privilégio devido, o qual deveria considerar todas as variáveis que reduzem indiretamente o valor real do vencimento dos magistrados, verificamos que se busca, na verdade, elevar o poder aquisitivo e de acumulação da categoria. Questão que, ao se tratar de outras profissões e remunerações que de fato vivem no limite da subsistência, não é adequadamente considerada.

Fazendo justo paralelo, se a questão da independência no exercício da função fosse vinculada diretamente ao poder aquisitivo dos seus servidores, comparativamente, o magistério público superior federal não teria viabilizada a autonomia que lhe é constitucionalmente garantida. Porém, considerando os baixos salários que, em regra, são atribuídos à categoria, não é o que acontece. A profissão de docente do ensino público pressupõe a independência vinculada à autonomia didático-científica para que seja exercida com primazia, independentemente da política de governo adotada. Isso porque a autonomia, a proteção e o livre exercício da docência superior são vinculados *a priori* a outras questões — o que até tem mais coerência no plano material do que é de fato exercer a função com independência.

Portanto, a suscitada independência vinculada exclusivamente a poder aquisitivo nada mais é do que uma proteção direta ao acúmulo e aos altos rendimentos no funcionalismo público<sup>33</sup>. É proteção à mesma elite que ocupa, há séculos, os mais altos cargos de poder do Estado; é, nada mais, nada menos, que uma proteção adicional à branquitude. Mesmo assim, o debate de que a categoria dos magistrados deveria se eximir do pagamento do imposto de renda seguiu sendo pautado.

Por mais que o legislativo explicitasse ser devida a cobrança — trazendo nas constituições seguintes (1934, 1937 e 1946) a previsão de que os juízes gozarão da garantia da irredutibilidade de vencimentos, mas que estes ficam sujeitos aos impostos —, os magistrados seguiram em oposição ao pagamento do imposto de renda.

---

<sup>33</sup> Atualmente, as supostas parcelas indenizatórias a título de auxílio no alto funcionalismo público compõem o orçamento de castas — que é a parte do orçamento que tem prioridade de garantia acima das demais. Eis que cabe o questionamento, meramente retórico, do porque justamente as carreiras jurídicas conseguiram capturar tão amplamente esse “direito ao acúmulo”, reservado à elite do funcionalismo público.

A batalha no judiciário contra o exercício do poder de tributar os juízes seguiu por anos. Então foi firmado o entendimento no STF, com o Recurso Extraordinário 43.941, publicado em 20/01/1960, de que os vencimentos dos magistrados não estariam sujeitos ao imposto de renda, que se tratava de uma inconstitucionalidade. Novamente a categoria estava advogando pela irredutibilidade plena, conforme se verifica na ementa da decisão:

IMPOSTO DE RENDA - E INCONSTITUCIONAL A SUA COBRANÇA SOBRE OS VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS - A CONSTITUIÇÃO, NO TOCANTE AOS JUÍZES, E SÓ NO TOCANTE A ELES. COMO GARANTIA NECESSÁRIA A SUA INDEPENDÊNCIA E PORTANTO VISANDO PROTEGER OS PRÓPRIOS JURISDICIONADOS, ESTABELECE O PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS, SALVO OS IMPOSTOS GERAIS (ART. 95, N. III) - A REGRA E IRREDUTIBILIDADE A EXCEÇÃO RELATIVA AOS IMPOSTOS GERAIS, POR ISSO MESMO QUE EXCEÇÃO, TEM DE SER ENTENDIDA RESTRITAMENTE, CONSOANTE TRANQUILA NORMA DE HERMENÊUTICA - ASSIM. HÁ DE REFERIR-SE AOS IMPOSTOS QUE SEJAM VERDADEIRAMENTE GERAIS, RIGOROSAMENTE GERAIS. NÃO SE PODE DIZER QUE TENHA TAL CARÁTER UM IMPOSTO SOBRE PROVENTOS, QUANDO OS PROVENTOS DE VÁRIAS PROFISSÕES SÃO DECLARADOS ISENTOS DE TRIBUTO PELA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO (ART. 203), ISSO SEM FALAR NAS ISENÇÕES CONTIDAS EM LEI ORDINÁRIA - UM IMPOSTO NÃO DEIXA DE SER GERAL, QUANDO A LEI, MEDIANTE CERTAS CONDIÇÕES OBJETIVAS, CONCEDE ISENÇÃO (POR EXEMPLO, AOS QUE NÃO ATINJAM DETERMINADO RENDIMENTO), POIS ASSIM, A GENERALIDADE DAS PESSOAS, INDISTINTAMENTE, PODERÁ, VIR A SER BENEFICIADA; DEIXA, PORÉM, DE SER GERAL, QUANDO OS PROVENTOS DE CLASSES INTEIRAS SÃO EXCLUÍDOS DA SUA ÓRBITA DE INCIDÊNCIA, E CONSEQUENTEMENTE TODAS AS PESSOAS QUE AS INTEGRAM FICAM IMUNES AO TRIBUTO, AINDA QUE NÃO SATISFAÇAM AQUELAS CONDIÇÕES, AINDA QUE, NO EXEMPLO CITADO, ATINJAM OU EXCEDAM DITO RENDIMENTO - DE OUTRO MODO, RESULTARIA O ABSURDO DE ESTAREM ISENTAS DO IMPOSTO DE RENDA VÁRIAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E NÃO ESTAR DELE ISENTA PRECISAMENTE AQUELA, ÚNICA, CUJO ESTIPÊNDIO COMO GARANTIA PRECÍPUA DA FUNÇÃO JURISDICCIONAL E EM PROTEÇÃO DOS PRÓPRIOS JURISDICIONADOS, A QUEM FUNDAMENTALMENTE INTERESSA A INDEPENDÊNCIA, INCLUSIVE ECONÔMICA, DOS SEUS JUÍZES - O LEGISLADOR CONSTITUINTE NÃO TERIA POR QUE INCLUIR OS MAGISTRADOS NO ART. 203, POIS SABIA QUE, AO APROVÁ-LO, TIRAVA AO IMPOSTO O CARÁTER DE GENERALIDADE E, ASSIM, DELE JÁ ESTAVAM LIVRES OS JUÍZES POR FORÇA DO ART. 95, N. III. (BRASIL, 1960, p. 69 e 70)

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 9 de 22 de julho de 1964 mudou a redação da Constituição de 1946 para “irredutibilidade de vencimentos, que, todavia, ficarão sujeitos aos impostos gerais (art. 15, nº IV)” (BRASIL, 1946), explicitando por remissão que estes vencimentos estariam sujeitos à cobrança de imposto de renda.

Com a mudança da Constituição, em 1967, que não trouxe especificamente a remissão ao imposto de renda como sendo parte dos impostos gerais, o debate pela irredutibilidade absoluta foi retomado. Para exemplificar os novos fundamentos argumentativos, vale trazer à baila excertos do artigo que um juiz publicou na Revista de Direito Administrativo, em 1968:

A Constituição de 1967, porém, no art. 108, III, não fez remissão ao seu art. 22, IV, equivalente ao art. 15, IV, da Constituição de 1946.

Impõe-se, por conseguinte, a irrefutável conclusão de que o legislador-constituente desfêz a equiparação efetivada pelo art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 9, determinando o retorno à situação anterior à referida Emenda e soberanamente estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal, no pleno exercício de sua função de intérprete máximo da Constituição.

[...]

Como se viu, e claramente visto, a construção constitucional brasileira das garantias da magistratura continua a subtrair os vencimentos dos juízes à incidência direta do imposto de renda ou de qualquer outro imposto, precisamente para que não possam ser reduzidos os seus meios de subsistência, e assim reforçando, de maneira sábia, a necessária independência do Poder que julga em face do Poder que executa e do Poder que legisla.

[...]

Em face, pois, do princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos dos juízes, que não pode ser ignorado, nem riscado pelo Fisco da Constituição, como acontece através da incidência direta do imposto de renda sobre os vencimentos dos magistrados, conclui-se que a única exigência legítima do Fisco restringe-se à incidência do imposto de renda sobre os vencimentos percebidos pelos juízes até o dia 15 de março de 1967, quando passou a vigorar a atual Constituição. (MENDES, 1986, p. 21, 22 e 24)

Continuando o conflito tributário no plano jurisdicional, em 1968, magistrados da Guanabara impetraram Mandado de Segurança para que lhes fosse reconhecido o direito à imunidade ao Imposto de Renda, no ano base de 1967. A decisão de piso negou a imunidade pleiteada, com fundamento na Emenda Constitucional nº 9 de 22 de julho de 1964. Porém, em instância recursal, foi decidido que o imposto poderia recair sobre os estipêndios auferidos pelos magistrados, mas no limite de 5% sobre o total. Ou seja, tratou-se estranhamente de ato do Poder Judiciário que legislou estipulando um limite de alíquota de um imposto, especificamente para categoria de servidores da qual os eméritos julgadores fazem parte. Veja-se a citação, em outro acórdão, da esdrúxula decisão:

O Tribunal Pleno já examinou a questão constitucional ventilada nos autos e decidiu pela constitucionalidade da cobrança do imposto de renda, desde que não fôsse excedido o limite de um vigésimo dos vencimentos percebidos pelo magistrado. [...] dou provimento ao recurso para reformar a sentença e conceder a segurança, em parte, a fim de restringir a cobrança do imposto a um vigésimo dos vencimentos percebidos pelos impetrantes a partir de 15 de março de 1967. (JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS, 1971a)

Então a disputa seguiu, terminando apenas em 1970, com o Recurso Extraordinário nº 69.678, cuja ementa é:

Imposto sobre renda de Magistrados

1. O imposto de renda compreende-se entre os "impostos gerais", a que estão sujeitos os vencimentos dos magistrados (Constituição Federal, de 1967, art. 108, III).
2. O princípio da irredutibilidade dos vencimentos de juízes exclui apenas impostos especiais ou discriminatórios, que incidam somente sobre eles ou os onerem mais do que aos outros contribuintes da mesma categoria econômica.
3. Viola a Constituição e nega vigência a leis federais a decisão que declara a inconstitucionalidade do imposto de renda exigido a juízes na parte excedente de 5% dos respectivos vencimentos. (JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS, 1971a)

No referido *decisum*, o relatório e o voto de Aliomar Baleeiro expuseram o quanto a questão tem sido alvo de combate por parte da categoria desde o início do século XX, citando, inclusive, publicações próprias – enquanto professor emérito de Direito Tributário –, nas quais avalia mais tecnicamente a problemática:

Mas a União há mais de 60 anos pretendeu erigir impostos especiais de vencimentos de altas autoridades parlamentares, incluindo no rolos juízes e suscitando viva reação por parte destes. Exemplo disso tivemos na Lei n.º 2.919, de 31/12/1914.

Com a legislação nova de 1921, que introduziu aquele tributo, reacendeu-se o debate, até que a Emenda Constitucional de 1926 (art. 72, § 37) veio a encerrá-lo, pelo menos em relação aos Magistrados federais.[...]

Vários acórdãos foram proferidos até a entrada em vigor do art. 27 do Decreto-Lei n.º 1.168, de 22/3/39, que estabeleceu a tributação de quaisquer rendimentos oriundos dos cofres estaduais ou municipais, dando margem a anulação de acórdãos do S.T.F por decreto-lei do Executivo.

Embora o art. 95, III, nada tenha inovado do que estatuiu sobre assunto a Constituição de 1891, reformada em 1926, surgiram, depois de 1946, novas rebeldias de magistrados e ministros do Tribunal de Contas contra o imposto de renda, sob pretexto de que esse tributo não se caracterizava como geral, desde quando se excluía expressamente dele, por força do art. 203 da Constituição, os direitos de autor e remuneração de jornalistas e professores. [...]

O S.T.F., Pleno, por unanimidade, repeliu exemplarmente a pretensão dos magistrados, reafirmando a diretriz constitucional adotada desde 1926, de que eles, por seus vencimentos, estão sujeitos ao imposto de renda, embora reputasse ilegal o desconto em folha para os que recusaram o pagamento no propósito de discussão do assunto. (JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS, 1971a)

Em um adendo, a relatoria ainda cita a estranha decisão unânime do STF, Pleno, em 23/05/1955, no recurso extraordinário n.º 29.193, de que aos recalcitrantes não caberia o desconto em folha do imposto de renda, nomeadamente que “o imposto de renda sobre vencimentos de magistrados é constitucional, embora haja exceções para outras classes; mas o desconto em folha para os recalcitrantes é ilegal” (JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS, 1971a). E, no que tange a esse evento, o relator pontuou que “Há de reconhecer-se que tem razão toda a União, *data venia*, quando afirma que aquele teto de 5% toca às raias do arbítrio judiciário, substituindo, por autoridade própria, os juízes aos legisladores” (JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS, 1971a).

Explicitando o quanto houve controvérsias e decisões divergentes pelo país, que concederam difusamente o benefício aos magistrados que provocaram o judiciário estadual, no voto é feita referência a casos nos quais a última instância nacional precisou intervir para uniformizar a obediência ao princípio da legalidade tributária.

Releva acentuar que esta Corte já se pronunciou sobre a constitucionalidade da exigência do imposto de renda aos membros do Poder Judiciário. Na Reclamação n.º 733 – GB, relatada pelo eminente Ministro A. Cardoso, o S.T.F., em 20/3/69 (R.T.J., 50:412), o Pleno proclamou unânimemente a constitucionalidade do imposto sobre magistrados, tanto no regime da Emenda n.º 9-64, quanto no do art. 108, III, da Constituição Federal de 1967. Ainda relatado pelo mesmo eminente Ministro, foi negada segurança, que juízes de Minas impetraram para não serem descontados em folha, para pagamento daquele tributo. Ainda o Pleno, no recurso extraordinário n.º

67.588 MG, relator também o Ministro A. Cardoso, cassou acórdão pelo qual o egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais concedeu segurança a magistrados, que se insurgiram contra a retenção do impôsto de renda na fonte, por parte daquele Estado. (JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS, 1971a)

Acerca destes casos citados pelo relator, cabe reforçar que, com o advento da lei n° 4.480, de 14/11/1964, já havia sido regulada a incidência do imposto de renda, descontado em folha, sobre os vencimentos de magistrados, professores e jornalistas. Posteriormente, com o Decreto-Lei n° 62, de 21/11/1966, foi suprimido o art. 2° desta lei, o qual estipulava o benefício exclusivo aos magistrados de terem um limite de incidência de até dois meses de seus vencimentos.

Em que pese o relator Aliomar Baleeiro suscite haver baixos rendimentos na magistratura brasileira, em comparação aos vencimentos dos juízes norte-americanos, ele encerra o voto explicitando tecnicamente não existir fundamento para a imunidade recorrentemente propugnada:

III. Nos autos, temos dois ilustres juízes da Guanabara, alegando que a Constituição Federal de 1967, no artigo 108, III, restabeleceu a redação do art. 95, III, da Constituição Federal (“... sujeitos, entretanto, aos impostos gerais”) de onde concluem que não há mais a obrigatoriedade constitucional do impsto de renda, expressamente introduzida pela modificação que a Emenda n.º 9-64 operou naquele primeiro dispositivo.

Quem ler os Anais da Constituição de 1946 e, com mais razão, quem dela participou, não pode nutrir dúvidas de que nunca esteve no espírito ou na vontade dos legisladores constitucionais a idéia ou sequer a possibilidade jurídica de deixar imune ao impôsto de renda os vencimentos dos magistrados.

Ora, o princípio da constitucionalidade da imposição fiscal não discriminatória rege também a situação dos magistrados quanto ao cânon da irredutibilidade.

Sua sujeição ao impôsto de renda, colocado nas mesmas bases aplicadas a todos que recebem salários fixos, públicos ou privados, obedece à regra da generalidade e isso pertence ao estatuto do cidadão e contribuinte.

A vedação do impôsto discriminatório – p. ex., o que absurdamente exigisse mais do magistrado do que do comerciante, operário ou funcionário – esta sim, toca ao estatuto do magistrado e viola a Constituição.

Fora desse caso, o juiz é cidadão, é contribuinte como qualquer outro. (JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS, 1971a)

Posteriormente, o Recurso Extraordinário n° 70.248, em 4 de dezembro de 1970, confirmou ser legítima a incidência do Imposto de Renda sobre os vencimentos dos magistrados (JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS, 1971b). Apesar de constar no documento jurisprudencial o relatório visivelmente contrariado em proferir a decisão – havendo nele considerações como “Não obstante reconheçamos todos que, de modo geral, os magistrados brasileiros são mal remunerados, quer os da magistratura federal, sejam os dos estados, não vemos como deixar de reconhecer a exigibilidade do citado tributo” e “Impõe-se mesmo o reclamo de medida legislativa, no sentido de propiciar uma situação condigna com o desempenho do elevado mister que se atribui ao juiz, sob pena de se presenciar, com o correr

dos tempos, a indesejável decadência do Poder Judiciário” –, o Recurso Extraordinário nº 70.248 dignou-se a confirmar a decisão de teto do Recurso Extraordinário nº 69.678, cujos excertos do relatório e do voto do presidente foram reproduzidos acima.

Como mero adendo, vale ressaltar que, posteriormente, por volta da década de 1980, muitos juízes se valeram novamente do argumento da irredutibilidade, mas daquela vez como significado de não redução do valor real dos vencimentos, ao invés do valor nominal. O que demonstra que, ao não lograr êxito na obtenção do privilégio tributário pleiteado, a categoria seguiu buscando outros privilégios, desconsiderando que referida redução real acometia todos os rendimentos, como consequência do contexto econômico do país no período; se fosse realmente o caso de se insurgir contra o contexto, faria mais sentido este ser um pleito geral, e não exclusivo da categoria. Acerca das ações movidas com este intuito, o doutrinador Geraldo Ataliba expõe, em artigo que defende o cabimento da compensação pleiteada com fundamento no postulado da irredutibilidade, que:

Por isso, têm sido propostas ações ordinárias de indenização contra a Fazenda, pedindo condenação ao pagamento das diferenças de vencimentos, mês a mês, entre o que perceberam e o que deveriam ter percebido, se as ‘leis de aumento’ os houvessem atualizado na medida dos índices oficiais de correção monetária, tudo contado nos cinco anos anteriores à citação. Isto, de modo a manter intacto o princípio da irredutibilidade. (ATALIBA, 1981, p. 49)

Atualmente, os magistrados pagam imposto de renda. Mas cabe observar que, como marca indelével da guerra dos magistrados ao fisco, a Constituição Cidadã ainda traz, no art. 95, III, a ressalva de que a irredutibilidade não implica imunidade tácita ao pagamento do imposto de renda. E, em sendo dispositivo constitucional, funciona preventivamente, caso os defensores irrestritos da irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados resolvam trazer de volta a celeuma pretérita, sob o combalido argumento de ser a irredutibilidade uma proteção constitucional.

Ao fim e ao cabo, a grande questão a ser enfrentada é por que esse *modus operandi* persiste há décadas, mesmo após excessivas Constituições, emendas constitucionais, pareceres e acórdãos do STF. Sem observar os fundamentos da relação do Estado com essas pessoas no campo das relações raciais, fica quase impossível encontrar a resposta. O que aponta para a necessidade de análises no direito que busquem uma compreensão histórica e social das relações raciais no Brasil; “Desta forma, não basta a assunção dos aportes teóricos críticos ao positivismo, tornando-se fundamental decodificar o racismo como produto jurídico” (GOMES, R.P., 2022, p. 105). Por isso, é indispensável eventualmente abrir mão do positivismo jurídico, o qual – diante de dinâmicas sociais mais complexas que demandam um entendimento interdisciplinar da nossa realidade e interpretações transdisciplinares do direito –, tanto turva o

nosso olhar e nos impede de encontrar soluções efetivas, juntamente com a compreensão das relações raciais no direito.

Fazendo um paralelo interpretativo nesta direção, se esses mesmos juristas avaliassem, por exemplo que os impostos sobre o consumo incidem em percentual elevado, contrariando princípios constitucionais prementes, eles verificariam que, na verdade, a opção prioritária do Estado é reduzir ainda mais os menores rendimentos, e não aviltar a irredutibilidade dos magistrados. A opção legislativa de dividir pesadamente o ônus das contas públicas com a maioria mais pobre em prejuízos aos rendimentos destes é deliberada e consciente, requerendo dos juristas debates mais amplos, buscando dar base às ações cabíveis que force o fim desse estado de coisas inconstitucional do Sistema Tributário Brasileiro.

Foi neste sentido que recentemente a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO) propôs uma Ação de Descumprimento de Preceito Constitucional (ADPF 655/DF), mas que não foi recebida pelo STF, sob fundamento de não haver legitimidade ativa *ad causam*, porquanto o tribunal entende que, entre as entidades sindicais, apenas as confederações são legitimadas para propor uma ADPF:

DECISÃO ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ENTIDADE SINDICAL DE SEGUNDO GRAU. FEDERAÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. PRECEDENTES. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL À QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. (BRASIL, 2020)

No ano seguinte, em 2021, o partido político Rede Sustentabilidade – que inquestionavelmente possui legitimidade ativa para propor as ações de controle abstrato – buscou que a Corte Suprema enfrentasse a mesma questão, por meio da ADPF 786 (BRASIL, 2021). Porém, o relator entendeu que a ação era incabível, devendo o partido autor “impugnar especificamente as leis e atos normativos tributários que entender inconstitucionais” e entrar com uma nova ação que venha a “arguir a inconstitucionalidade por omissão especificamente caso a caso, demonstrando a presença dos requisitos legais exigidos” (BRASIL, 2021, p.8).

Ou seja, quando não há um interesse efetivo pela questão, os atores sociais que representam o Poder Judiciário deixam de lado todo e qualquer malabarismo retórico que possibilitaria o julgamento do pleito, deixando de intervir pela constitucionalização da incidência tributária nacional (art. 3º, I e III; art. 5º, caput; e art.145,§1º). Na prática, levanta-se um escudo tecnicista que cuida de não mudar o *status quo*.

Se o problema é o sistema tributário, como não avaliar judicialmente o sistema? Não seria a primeira vez que a proteção constitucional a algum sistema que compõe as instituições nacionais embasaria acórdão impondo medidas a serem adotadas por outro poder estatal. E

algum posicionamento neste sentido da suprema corte brasileira estaria em consonância com uma decisão recente do próprio tribunal (BRASIL, 2015)<sup>34</sup>. Ademais, se no caso do imposto de renda sobre os vencimentos dos juízes, a jurisprudência do STF mudou tanto, por que não mudar o tratamento dado à questão do sistema tributário brasileiro?

Considerando as desigualdades sociorraciais verificadas, constatar que os menores rendimentos são os que mais contribuem indiretamente para o erário, a conclusão é de que a tributação perfaz mais uma forma de reduzir a disponibilidade financeira dos mais pobres – que em sua esmagadora maioria são pessoas negras. Portanto, a opção estatal de tributar mais pesadamente o consumo se desdobra em forçar a população negra a contribuir mais, mesmo que os rendimentos dela sejam insuficientes para a própria subsistência.

Por isso que o Sistema Tributário Nacional funciona atualmente como promotor da desigualdade sociorracial. Trata-se de realidade na qual uma parte da população não ganha o suficiente para garantir a satisfação das necessidades básicas, mas cujo consumo contribui com o erário, mediante impostos indiretos, tanto quanto o das pessoas com maior capacidade contributiva, uma vez que:

A remuneração inferior determina uma capacidade de consumo aquém daquela estabelecida para o trabalhador branco. Se o salário é o recurso para os meios de subsistência e define a capacidade de consumo do trabalhador, e, se o salário recebido pelo trabalhador negro é menor, encontramos aí boa explicação para a sua pobreza. Nesse contexto, na relação raça/classe encontramos a resposta para a desigualdade social entre negros e brancos. Ela não pode ser interpretada e justificada apenas pela hierarquização das raças, ou, ao contrário, diluindo o fator racial na relação entre as classes. Esse pensamento dicotômico é apenas a aparência do problema. É interessante considerar a existência de duas condições sociais - discriminação racial e depreciação da renda salarial - para compreender a relação raça/classe. A função do racismo é camuflar a desigualdade que combina a pobreza resultante da exploração de classe com a discriminação racial que subalterniza e deprecia socialmente o salário do trabalhador negro. Essa ambiguidade contribui para aliená-lo como raça e classe. (SANTOS, G., 2009, p.31)

Outro ponto interessante de observar é que o argumento de a irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados ser uma proteção constitucional é sempre trazido. O que nunca ocorreu, fazendo um contraponto com o caso dos ganhadores do século XIX, no que concerne ao direito constitucionalmente protegido ao trabalho. A constituição vigente à época (Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824) previa, no inciso XXIV do artigo 179, que “Nenhum genero de trabalho, de cultura, industria, ou commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á segurança, e saude dos Cidadãos.” (BRASIL, 1824). Ora, o que eram os pesados tributos e repressões dirigidas

---

<sup>34</sup> Na decisão da ADPF 347, ainda em curso, que decidiu, acerca do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro, é pontuado que: “Cabível é a arguição de descumprimento de preceito fundamental considerada a situação degradante das penitenciárias no Brasil”.

exclusivamente a um grupo específico de cidadão senão patente proibição indireta à atividade comercial para eles? Aliás, explicitamente se tratava de proibição indireta ao trabalho dessas pessoas, com o intuito de que elas não tivessem outra alternativa senão deixar o país, conforme exposto no tópico anterior.

Ademais, a compreensão dos efeitos da tributação não é recente. O entendimento de que a incidência de impostos necessariamente representa redução no rendimento sempre existiu no Brasil Independente e foi amplamente utilizado na defesa dos rendimentos dos magistrados, por exemplo. No caso do entendimento firmado, a proteção à irredutibilidade concerne aos impostos especiais, que poderiam constituir meios indiretos para a redução de vencimentos; o que, no caso dos ganhadores do século XIX, realmente se verificou.

Esse conhecimento sobre os efeitos da tributação se verifica quando, ao longo da história doutrinária e jurisprudencial brasileira, é citada a teorização de Alexander Hamilton, no trabalho *Federalist papers*, cuja primeira publicação data de 1788, de que não há diferença entre o poder sobre a subsistência de alguém e o poder sobre a sua vontade. Ainda na esteira estadunidense, é igualmente comum encontrar referências a John Marshall, Presidente da Suprema Corte dos EUA, ao proferir, em um julgamento em 1819, que o poder de taxar envolve o de destruir. Mas como estes fundamentos são aplicados onde não deveriam ser e deixam de ser aplicados nos casos em que realmente acontecem controle da vontade e restrição à subsistência, vemos como o sujeito passivo do tributo é capaz de moldar tanto a técnica quanto a retórica tributária nacional. O que é, de certa forma, irracional; e o direito não pode admitir que os seus institutos sejam irracionais.

Por isso, tributar o consumo de forma tão pesada perfaz uma escolha dos três poderes, por ação ou omissão, cuja consequência necessária é restringir sobremodo a disponibilidade financeira daqueles cuja totalidade dos rendimentos é revertida em compras de produtos para as necessidades básicas – ou seja, os mais pobres. Da mesma forma que, ao escolher tributar desproporcionalmente determinadas atividades laborais, o Estado busca reduzir especificamente os meios de subsistência e exercer poder sobre a vontade desses trabalhadores, como acontece com os vendedores ambulantes.

Enquanto isso, para os juízes, as regras dos impostos gerais são formalmente cumpridas, mas, no campo material, são burladas: como se paga imposto de renda, então a categoria buscou formas de compensar, com bastante folga, o que se desconta neste tributo, uma vez que atualmente os rendimentos incluem diversos benefícios adicionais não tributados.

A título exemplificativo, de agosto de 2021 a agosto de 2022, um juiz titular no Tribunal de Justiça da Bahia, recebeu vencimentos mensais brutos com valores que variam entre

R\$41,089.43, R\$77,885.47, R\$81,183.46 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA TJBA, 2022), sendo que não é sobre a totalidade deles que incide a taxaço. Para exemplificar, apenas de indenizaçoess<sup>35</sup>, que não são tributadas, os magistrados chegam a receber R\$2.364,00 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA TJBA, 2022) – valor que é pouco mais que o dobro do salário mínimo bruto nacional.

Outro fator que engorda as cifras das remuneraçoess dos magistrados são os pagamentos adicionais com o abono de permanência, dentre eventuais outros direitos pessoais e auxílios diversos, além dos benefícios com caráter indenizatório, referentes aos acúmulos e às correçoess de anos anteriores – estas defendida há décadas por Geraldo Ataliba no artigo publicado em 1981, ora citado. Todos estes adicionais, correçoess e isençoess, que são alvos recorrentes da indignaçoess jornalística (LORENZO, 2018; BRAMATTI; LAGO; HOLANDA, 2018; UM TERÇO DA RENDA..., 2018), perfazem, assim, uma robusta compensaçoess para os magistrados aos descontos nos rendimentos, aos quais todos os cidadãos, diga-se de passagem, estão sujeitos.

Vale mencionar ainda, igualmente a título exemplificativo, o Projeto de Lei 2438/22, do Supremo Tribunal Federal (STF), que aumenta em 18% o valor do subsídio dos ministros da corte, passando dos atuais R\$ 39.293,32 para R\$ 46.366,19. Como a remuneraçoess básica dos ministros do STF é prevista constitucionalmente como o teto da administraçoess pública (artigo 37, XI), este aumento acabará resultando em um efeito cascata, que onerará sobremaneira as despesas públicas com pessoal. Enquanto isso, o salário mínimo bruto tem hoje o valor de R\$1.212,00, e a média salarial mensal dos trabalhadores brasileiros, no segundo semestre de 2022, foi de R\$2.652,00 (IBGE, 2022a).

Portanto, resta evidente que a defesa à irrestrita disponibilidade financeira dos magistrados tem relaçoess direta com a proteçoess à branquitude: no Censo do Poder Judiciário de 2014, verificou-se que 84,2% dos magistrados eram brancos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 42), sendo que a populaçoess branca no Brasil corresponde a pouco mais de 40% do total (IBGE, 2019).

Infere-se, assim, que o conflito narrado não tem a ver com a independência do Poder Judiciário ou com a subsistência dos magistrados, sendo tão somente a máxima de que a limitaçoess à disponibilidade econômica e ao acúmulo não deve ser direcionada a eles. E o fato

---

<sup>35</sup> Que são compostas por: Auxílio-alimentaçoess, Auxílio-transporte, Auxílio Pré-escolar, Auxílio Saúde, Auxílio Natalidade, Auxílio Moradia, Ajuda de Custo, além de outras. Dentre os créditos, além das indenizaçoess, podem incidir ainda vantagens Pessoais, vantagens eventuais e gratificaçoess (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA TJBA, 2022).

de que a independência do exercício da função está intrinsecamente ligada à disponibilidade financeira só explicita o peso social dado ao poder aquisitivo desses e de outros “supracidadãos” que há séculos impõem o destino da nação.

Portanto, a preocupação exposta pelo relator do Recurso Extraordinário 70.248, de que a incidência do imposto de renda viria, com o decorrer do tempo, resultar na decadência do Poder Judiciário, não se verificou. Isto é, se o que ele qualificou como decadência for o comprometimento da disponibilidade financeira da categoria – o que, pelos dados históricos, depreende-se ser.

Ao fim e ao cabo, como a tributação se firmou no Brasil simultaneamente como importunação aos ricos e instrumento deliberado de controle à subsistência – e, conseqüentemente, da vontade – dos mais pobres, os magistrados não iriam aceitar tamanha petulância do fisco em reduzir seus vencimentos sem a contrapartida financeira que compensasse o tão contestado desconto.

### 3.3 O AUTORITARISMO BRASILEIRO E A TRIBUTAÇÃO ÀS AVESSAS

Sem olvidar as aplicações práticas e as lições retóricas acerca do poder que o controle da subsistência exerce sobre a vontade dos indivíduos, busca-se agora entender o fator que cria ambas as situações. Por um lado, há intensa proteção institucional às categorias profissionais mais abastadas, ao passo que a subsistência e os direitos fundamentais de outras categorias são tolhidos até hoje; e isto é um fato, não se trata de conjectura vazia para embasar retórica infundada. A resposta mais contundente é que estes são reflexos das muitas faces do autoritarismo brasileiro, que é permeado pelo racismo.

Por nunca ter perdido de vista que qualquer constrição financeira para as elites perfaz tanto importunação quanto possibilidade de controle, a tributação brasileira, até hoje, é feita de forma a onerar minimamente as maiores rendas e patrimônios. Isto é o resultado cumulativo da influência dos mais abastados sobre os poderes estatais, que sempre foi voltada para favorecer ao máximo as elites oligárquicas, por mais que isso signifique aprofundar cada vez mais as desigualdades do país. Por isso:

A timidez da tributação direta sobre a renda e a propriedade, a política salarial e previdenciária para a elite do funcionalismo público, e o acesso privilegiado a crédito, isenções e subsídios para grandes grupos empresariais fazem parte da miríade de intervenções públicas que proporcionam ou facilitam a reprodução da desigualdade. Não à toa, algumas dimensões estruturais mudaram muito pouco, como a concentração fundiária e, possivelmente, a concentração industrial e a desigualdade de riqueza ou patrimônio. Mesmo com melhoras em alguns indicadores, é difícil comemorar o “copo meio cheio”, pois o lado meio vazio salta aos olhos, ainda mais na esteira da crise política e econômica de meados dos anos 2010. A distribuição

funcional da renda alterou-se menos do que muitas vezes se imagina e, no campo educacional, ainda há muito a fazer. (SOUZA, 2016, p. 325)

Na tese supracitada, o autor expõe como funcionou no Brasil a concentração de renda no topo, entre 1926 e 2013, e busca estabelecer como esta dinâmica se deu ao longo do período. Devido à complexidade do tema e à instabilidade dos dados obtidos, o estudo aponta para algumas hipóteses, mas igualmente indica que, tanto nas ditaduras quanto após os golpes de 1937 e 1964, a concentração no topo aumentou. Ou seja, quando a fração recebida pelos mais ricos ficava estável por um maior período de tempo ou era reduzida, vinha uma ruptura democrática, que cuidava de remontar o aumento da concentração na fatia dos mais ricos. E prossegue explanando que:

A desconcentração registrada no Brasil no breve interregno democrático – replicada mais ou menos na mesma época na Argentina – representou apenas um “mininivelamento”, totalmente revertido na primeira década da ditadura militar. Com isso, a distância que separa os nossos níveis de desigualdade daqueles do mundo desenvolvido alargou-se muito com o tempo, sendo apenas parcialmente mitigada pelo aumento mais recente da concentração no topo em alguns países anglo-saxões. (SOUZA, 2016, p. 329)

Em que pese sejam verificadas mudanças na dinâmica da desigualdade, decerto é fundamental frisar que, devido ao passado colonial essencialmente latifundiário e à ausência de reforma agrária<sup>36</sup>, a desigualdade fundiária extrema sempre foi uma constante no Brasil, mesmo após a implementação do regime republicano. Portanto:

Seria descabido concluir que a industrialização, a urbanização e outras dimensões estruturais são irrelevantes para a dinâmica da desigualdade brasileira, até porque nem todas elas modificaram-se sensivelmente ao longo do tempo, como no caso da estrutura fundiária, cuja distribuição secularmente desigual condicionou o desenvolvimento do país no último século. Entretanto, a influência dos fatores estruturais não se manifesta mecanicamente nem é visível nas séries estimadas. Pelo contrário, com possível exceção do período entre 1945 e 1964, todas as variações na concentração no topo foram relativamente bruscas e de curta duração, em momentos críticos da nossa vida institucional. (SOUZA, 2016, p. 224)

Infer-se, assim, que o autoritarismo das elites nacionais, movidas pelo interesse perene no acúmulo de riquezas e de poder, dá a tônica aos golpes e às alternâncias de regime verificados ao longo da história do Brasil Independente. Essa dinâmica de ciclos autoritários segue invariavelmente apoiada pela tributação, que não impacta adequadamente os maiores rendimentos e patrimônios. E a discrepância entre os privilégios fiscais de um grupo e o peso dos tributos para outros possuem marcador racial bastante evidente; e isto não é obra do acaso.

---

<sup>36</sup> Aqui se trata de reforma agrária no sentido amplo: aplicação das previsões constitucionais acerca da função social da propriedade; expropriação de propriedades invadidas ou obtidas mediante fraude documental; e destinação de terras públicas para reforma agrária (art. 188 a 191, CF/88).

Conforme exposto no segundo capítulo, a política brasileira pelo branqueamento foi composta por deliberadas e orquestradas ações de extermínio da população negra, somada à proteção das pessoas com o perfil étnico desejado. Além dos meios legislativos de promover e incentivar a imigração, antes mesmo da abolição, o Estado brasileiro, contando com o auxílio da iniciativa privada, não se furtou em financiar e facilitar demasiadamente a vinda de pessoas brancas para o País. Voltando a essa questão, constata-se que:

O governo imperial, a exemplo do governo régio dava aos europeus que aqui se estabelecessem toda a atenção, inclusive ajuda financeira; é o que se observa no Decreto de 20 de abril de 1824, que abona subsídios pelo tempo de dois anos a colonos alemães que se estabeleçam em Nova Friburgo, dando-lhes no primeiro ano 160 réis diários e no segundo 80 réis. [...]

Na realidade, as províncias empresas privadas é que organizavam as colônias, ao governo central cabia auxiliá-las e legalizá-las. Por exemplo, a Cia. Belgo Brasileira de Colonização obteve em 1842 a concessão de terras localizadas na Província de Santa Catarina para lá estabelecer famílias belgas e alemãs. (PRUDENTE, 1980, p. 142 e 143)

O primeiro passo na campanha nacional de embranquecimento foi arquitetar legislações de imigração restritivas para, em primeiro lugar, encorajar a imigração europeia e, em segundo lugar, proibir ou fortemente desestimular a imigração de pessoas de ascendência africana, asiática ou indígena. Ainda em 1850, com a crescente pressão internacional para abandonar o tráfico de escravos e abolir completamente a escravidão, o poder legislativo brasileiro tomou medidas decisivas para estimular a imigração europeia. (BUTLER, 1998, p. 26-27) Uma lei aprovada naquele ano ofereceu generosas concessões de terras para imigrantes com o fim de encorajar a vinda de um maior número de europeus. (PRUDENTE, 1989, p. 129-131) A mesma lei negava títulos de propriedade de terra para quilombolas. O governo da província de São Paulo financiou generosamente a Sociedade Promotora de Imigração. (HOLLOWAY, 1977, p. 163). (HERNÁNDEZ, 2017, p. 54)

Contextualizando histórica e politicamente, a urgência brasileira em branquear a população era uma questão premente, mesmo antes da abolição, conforme se constata na fala do senador Paula Souza, em 1843, trazida a seguir. O senador, que era contrário à alteração legal que facilitaria a naturalização de estrangeiros, expõe que o branqueamento do Brasil era fundamental, mas que o excesso de facilidades destoava do que seria razoável, em comparação com os outros países, ao expor que:

Se é indispensável aumentar a população branca e é para isto que se apresentou a resolução, então a conclusão é que não se deve pôr embaraço algum à naturalização: todos os estrangeiros que saltarem no Brasil sejam logo cidadãos brasileiros. Mas o honrado membro que citou essas nações que têm leis de naturalização deve saber como são essas leis; cuida que nenhuma delas dá tanta facilidade como a nossa. (SENADO IMPERIAL, 1843, p. 18)

Assim, o anseio dos agentes públicos em branquear a população brasileira resultou no consenso institucional de que era necessário prover meios de trazer europeus para o País, ainda que fosse mediante facilitação excessiva no processo de naturalização, conforme se verifica na referida proposta. Porém, não se tratou de uma ação pontual e teórica, ancorada no racismo

científico, mas, acima de tudo, de um plano institucional que desenhava a formação social do País, produzindo efeitos até hoje, uma vez que “como uma população miscigenada, o racismo entre nós tomou conotações especiais. Aos poucos, criou-se um “racismo à brasileira”, não baseado no sangue (o que seria impossível), mas nos caracteres físicos exteriores (preconceito de marca)” (PRUDENTE, 1980, p. 129).

Forjada pelas elites brancas de meados do século XIX e começo do XX, a ideologia do branqueamento foi sofrendo importantes alterações de função e de sentido no imaginário social. Se nos períodos pré e pós-abolicionistas ela parecia corresponder às necessidades, anseios, preocupações e medos das elites brancas, hoje ganhou outras conotações – é um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva. O principal elemento conotativo dessas representações dos negros construídas pelos brancos é o de que o branqueamento é uma doença ou patologia peculiar a eles. (CARONE; BENTO, 2016, p. 17)

Ao fim e ao cabo, os anseios do Estado brasileiro em formar uma nação branca eram fundados pelo racismo, mas não apenas. A abolição formal deu azo para que os descendentes das pessoas escravizadas buscassem um lugar na sociedade brasileira e lutassem, a partir de então, pela cidadania plena, por isso:

o negro liberto esforçava-se para ser aceito e era fortemente influenciado pela sociedade livre, passando a enaltecer o padrão de vida, os valores morais e sociais desta mesma sociedade dominante. Esta era a única forma do liberto conseguir trabalho assalariado como camarada nas fazendas. Ele era atingido por um fenômeno denominado por Roger Bastide “mística da branquitude”, que consistia em endeusar a raça branca, por razões de sobrevivência, uma vez que, quanto mais o liberto se afastasse dos demais negros e da própria cultura africana, mais oportunidades teria na vida de cidadão. (PRUDENTE, 1980, p. 113)

Como reivindicar espaços significa reduzir os espaços dos que os estão a ocupar, a reação dos brancos foi adotar formas de assimilação e de extermínio, as quais tiveram pleno apoio do Estado e do direito, sendo que:

Foram os juristas brasileiros, no entanto, que constituíram uma nova ordem de argumentos baseados na chamada “Lei dos três estágios”, de Auguste Comte. À marcha para o progresso ou para a positividade das ciências humanas, principalmente da sociologia, deveria corresponder uma evolução das instituições sociais primitivas, tais como a escravidão e os cativos dos homens praticados pelas sociedades antigas. Embora fossem progressistas na condenação da escravidão tanto na Europa como nas Américas, eles defendiam as concepções racialistas, segundo as quais as raças não só eram definidas pelas características físicas comuns, mas também pelas diferenças mentais transmitidas por hereditariedade. Do ponto de vista político, supunham que as raças com maior desenvolvimento evolutivo deveriam civilizar, tutelar ou absorver as raças com desenvolvimento num estágio inferior. Sem dúvida alguma, os positivistas foram os principais articuladores de argumentos pró-branqueamento da população negra após a Abolição, com uma postura otimista diante da mestiçagem entre negros e brancos, índios e brancos etc. (CARONE; BENTO, 2016, p. 15)

Para além dos ganhos simbólicos, a política de branqueamento carrega em si um componente de ganho material inquestionável, seja pela ocupação direta dos lugares públicos bem remunerados, decisórios e de poder, seja pelo acordo tácito de que, em todos os campos

sociais, deveria prevalecer toda representação branca e eurocêntrica. Essa reserva irrestrita do lugar do branco na sociedade brasileira possui um forte componente de autopreservação, visto que acompanhado de um pesado investimento na colocação deste grupo como grupo de referência da condição humana (CARONE; BENTO, 2016, p. 30).

Ainda segundo a psicologia social, o processo que compõe essa reserva irrestrita de espaço perpassa pela ideia de que a população branca brasileira deve se sobrepôr às demais. Se o ideal da nação é o branqueamento, então os atalhos que viabilizam o bem-estar e o êxito das pessoas brancas no Brasil pressupõem a existência dos privilégios, que devem ser tanto simbólicos quanto materiais.

Esses dois processos – ter a si próprio como modelo e projetar sobre o outro as mazelas que não é capaz de assumir, pois maculam o modelo – são processos que, sob certos aspectos, podem ser tidos como absolutamente normais no desenvolvimento das pessoas. O primeiro está associado ao narcisismo e, o segundo, à projeção. No entanto, no contexto das relações raciais eles revelam uma faceta mais complexa porque visam justificar, legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro e, consequentemente, as desigualdades, a apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e a manutenção de privilégios. (CARONE; BENTO, 2016, p. 31)

Não à toa, a imposição do ideal eurocêntrico vem acompanhado de autoritarismo incisivo, tanto no plano estatal quanto nas relações sociais de poder. A legitimação da alegada superioridade de um grupo sobre o outro, por mais que ancorada simbolicamente por séculos de dominação e pelo racismo científico, precisa de aparato institucional parcial para produzir efeitos. Enquanto que simbolicamente:

O objeto do nosso amor narcísico é “nosso semelhante”, depositário do nosso lado bom. A escolha narcísica de objeto se faz a partir do modelo de si mesmo, ou melhor, de seu ego ideal: ama-se o que se é, ou o que se foi, mas ama-se principalmente o que se gostaria de ser, ou mesmo a pessoa que foi parte de si, enquanto vista como ideal do ego, nos processos de indiferenciação.

Por outro lado, o alvo de nosso ódio narcísico é o outro, o “diferente”, depositário do que consideramos nosso lado ruim. Adorno e Horkheimer (1985) destacam a projeção presente no etnocentrismo, ao desenvolver uma extensa série de estudos que desembocam na teoria de A personalidade Autoritária. (BENTO, 2002, p. 44)

O autoritarismo, portanto, tanto é difuso, a partir do discurso social que reproduz o racismo, quanto é centrado em um Estado repressor e racista, cujas instituições servem eminentemente à branquitude. O que inevitavelmente resvala na normalidade eminentemente racista que nega o componente discriminatório, ao mesmo tempo em que o sustenta, especialmente nas instituições estatais.

O racismo, em todas as suas acepções, é a mácula social mais profunda deixada pelas ações explícitas voltadas para o branqueamento da população brasileira. O ódio sociorracial que divide o Brasil foi construído como reflexo da ideia de que o desenvolvimento nacional estava

intimamente ligado à construção de uma pátria branca, em observância ao que compunha a teorização do racismo científico no início do século XX.

Apesar do combate ostensivo travado contra o racismo – o qual foi intensificado nas últimas décadas –, a autoafirmação do racismo institucional é vista até hoje, refletida, por exemplo, na repressão desproporcional das políticas de combate às drogas, que nada mais é do que um aval estatal para se prosseguir com o genocídio negro.

O ódio é a expressão do comportamento discriminatório e aponta para a destruição do outro visto como inimigo. As ideologias sociais, políticas, religiosas, raciais etc., transformam-se, no plano psíquico, em racionalizações ou justificativas aparentemente racionais que liberam o recalcado nos alvos já configurados no plano social. A intercambialidade do objeto aponta para o fato de que o preconceito é móvel e pouco ou nada tem a ver com as características objetivas dos seus alvos e muito mais com as características subjetivas do seu portador. Ou seja, ele é funcional para quem necessita psicologicamente da transferência da destrutividade recalcada. (BENTO, 2002, p. 45 e 46)

O racismo é mais evidente, e com os efeitos do extermínio mais imediatos, no plano das instituições que servem ao sistema penal, mas ele está presente em toda a construção estatal brasileira.

O Estado brasileiro, que se estruturou pelo trabalho escravizado, é o mesmo que se tornou independente e republicano buscando construir uma nação branca, fazendo de tudo para expulsar e expurgar a negritude, que não mais poderia ser formalmente escravizada em seu solo. Afinal, “os párias eram escravos e negros e, deixando de ser escravos, permaneciam negros e continuavam párias” (BERTÚLIO, 1989, p.1). Ou seja,:

Representar o outro como arauto do mal serviu de pretexto para ações racistas em diferentes partes do mundo. A agressividade pôde ser dirigida contra esse inimigo comum (a outra raça), sentida como ameaça, ainda que na maioria dos lugares ela não tivesse nenhum poder. Os sujeitos perdem a capacidade de discernir entre o que é deles e o que é alheio, e então tudo vira falsa-projeção, exterioridade. Sob a pressão do superego, o ego projeta no mundo exterior, como intenções más, os impulsos agressivos que provêm do id e que, por causa de sua força, constituem uma ameaça para ele próprio. Ao projetar os impulsos consegue se livrar deles e, ao mesmo tempo, reagir a eles, como algo que pertence ao mundo exterior. É um tipo de paranoia que caracteriza frequentemente quem está no poder e tem medo de perder seus privilégios. Assim, projeta seu medo e se transforma em caçador de cabeças. (CARONE; BENTO, 2016, p.38)

Porém, apesar dos esforços geracionais do Estado em sustentar o ideal de branqueamento pela imigração e pela mestiçagem, a nação não se fez branca; muito pelo contrário. Por isso, o medo da perda dos privilégios é um fardo que a elite branca brasileira, sempre vigilante, carrega até hoje. Por isso que a corrida pela cooptação estatal perpassa pelas formas de dominação que garantem a preservação da situação posta. Eis a razão pela qual impera o silêncio e a inação no que tange à inconstitucionalidade do sistema tributário

brasileiro, fazendo deste um fiel guardião dos privilégios raciais. A suposta irracionalidade da tributação converge com o plano de extermínio da população negra, que segue em marcha.

A exploração do trabalho tem viés eminentemente racial, conforme se verifica na história da tributação brasileira, sobre a qual se discorreu no primeiro capítulo. Portanto, ao invés de adequar materialmente os novos cidadãos à sociedade de classes, o Estado brasileiro nunca deixou de ver os negros como moeda; consequentemente, no âmbito tributário, uma vez extinta formalmente a escravidão, a percepção institucional dessa população mudou de capital imobilizado para dinheiro ao erário, na forma de tributos diretos e indiretos sobre o trabalho.

Sendo uma via de dominação por excelência, a exploração do trabalho no Brasil possui um marcador racial muito claro. Esse espólio da escravização é tanto material, mediante a transmissão geracional de propriedades, quanto simbólico, no qual há um componente autoritário e hierárquico muito forte. Este componente, por mais que seja evidente, tende a ser socialmente negado, conforme expõe a historiadora e antropóloga brasileira, Lília Katri Moritz Schwarcz:

E por que será que destacamos sempre a falta de hierarquia de nossas relações sociais quando nosso passado e nosso presente a desmentem? Não é possível passar impunemente pelo fato de termos sido uma colônia de exploração e de nosso território ter sido majoritariamente dividido em grandes propriedades monocultoras, que concentravam no senhor de terra o poder de mando e de violência, bem como o monopólio econômico e político. Por sinal, a despeito de o Brasil ser, cada vez mais, um país urbano, aqui persiste teimosamente uma mentalidade e lógica dos latifúndios, cujos senhores viraram os coronéis da Primeira República, parte dos quais ainda se encastelam em seus estados, como caciques políticos e eleitorais. (SCHWARCZ, 2019, p. 18)

Conforme ora mencionado, é o elemento racial que dá forma à dominação constante que fundamenta a branquitude brasileira. A negação do racismo caminha lado a lado com a recusa de que o brasileiro seja autoritário. Então a alegada cordialidade brasileira aliada à negação do racismo criou um fenômeno social que mina as ações de luta pela igualdade racial: o racismo cordial.

É possível dizer que começava a ganhar força então a ladainha das três raças formadoras da nação, que continuaria encontrando ampla ressonância no Brasil, pelo tempo afora. Vários autores repetiriam, com pequenas variações, o mesmo argumento. Sílvio Romero em *Introdução à história da literatura brasileira* (1882), Oliveira Viana em *Raça e assimilação* (1932), Artur Ramos em *Os horizontes místicos do negro da Bahia* (1932). De forma, dessa vez, irônica e crítica, mas mostrando a regularidade da narrativa, o modernista Mário de Andrade em *Macunaíma* (1928) retoma a fórmula na conhecida passagem alegórica em que o herói e seus dois irmãos resolvem se banhar na água encantada que se acumulara na pegada do “pezão do Sumé”, e saem dela cada qual com uma cor: um branco, um negro e outro da “cor do bronze novo”. Foi sobretudo Gilberto Freyre quem tratou, ele sim, de consolidar e difundir esse tipo de interpretação, não só em seu clássico *Casa-grande & senzala* (1933) como, anos depois, em livros sobre o lusotropicalismo, caso de *O mundo que o português criou* (1940). Assim, se foi o antropólogo Artur Ramos (1903-49) quem cunhou o termo “democracia racial” e o endereçou ao Brasil, coube a Freyre o papel de grande

divulgador da expressão, até mesmo para além de nossas fronteiras. (SCHWARCZ, 2019, p. 11 e 12)

Enquanto atores sociais, os teóricos do mito democracia racial estavam em consonância com os interesses institucionais postos em marcha. Dentre esses interesses, estava o incentivo à vinda de europeus, concomitantemente às políticas de Estado pelo extermínio da afrodescendência. A função alocativa da tributação brasileira não abarcou uma política educacional para a inclusão dos descendentes das pessoas espoliadas, negando as possibilidades institucionais de concessão da cidadania plena. A política fiscal adotada contemplou, como ainda contempla, prioritariamente os interesses dos grupos que herdaram as riquezas materiais e simbólicas da exploração (não tão) pretérita.

Por isso é fácil verificar, também na tributação, que os interesses privados permeiam a coisa pública ou se imiscuem nela. E, ao não exercer controle sobre quem deveria contribuir, o sistema tributário nacional é de fato o fiel guardião da branquitude. Então, na operacionalidade da tributação, vemos o conflito entre o que as funções da tributação exigem, e o que o desvio de finalidade enraizado na coisa pública entrega.

Diante desses grandes poderes personalizados e localizados, acabamos por criar práticas patrimonialistas, que implicam o uso do Estado para a resolução de questões privadas. Por outro lado, se durante os últimos trinta anos forjamos instituições mais consolidadas, ainda hoje elas dão sinais de fraqueza quando balançam em função dos contextos políticos.

Isso sem contar a prática da corrupção, que, como veremos, e a despeito das várias formas e nomes que recebeu, já era recorrente na época colonial e imperial e virou erva daninha na República, consumindo divisas e direitos dos brasileiros. (SCHWARCZ, 2019, p. 18)

Portanto, o desvio de finalidade e a deformação do uso da coisa pública inviabilizam a sua eficiência, conforme prossegue explicitando a autora, ao se valer das teses de Max Weber que conceituam o patrimonialismo, uma vez que:

quando o Estado faz uso desse tipo de expediente patrimonial e passa a ser entendido como mera extensão dos desejos daqueles que ocupam o poder, a máquina política acaba por se revelar, ela própria, ineficiente. Isto é, o Estado perde em racionalidade quando os interesses públicos deixam de ditar as normas de governo, e, ainda mais, quando se afirma o personalismo político: essa verdadeira colcha de arranjos pessoais que alimenta práticas de conchavo, de apadrinhamento, de mandonismo e de clientelismo, as quais se sobrepõem à regra pública. (SCHWARCZ, 2019, p. 59 e 60)

Na prática, o resultado desta cooptação do Estado pelos economicamente poderosos é que a tributação brasileira não onera as elites sob o crivo do princípio da capacidade contributiva e da progressividade fiscal. Por mais que os mais ricos aleguem que pagam impostos em demasia, isso não corresponde à realidade do Brasil. A verdade é que o erário seguiu sendo majoritariamente financiado pela exploração dos despossuídos, tanto direta quanto

indiretamente, enquanto que os grandes proprietários sempre se negaram a contribuir com a nação.

O momento no qual se desenhou essa contradição foi nas décadas que antecederam a abolição formal da escravidão, mediante a promulgação da Lei de Terras, que passava a conceder a propriedade das terras de forma bastante excludente, conforme ora explanado. Porém, os então proprietários não aceitavam a importunação de contribuir, mediante tributos, com a nação a qual explorava e que, por óbvio, continuaria explorando.

A opção pela forma assalariada de trabalho mostrou-se adequada à época da economia brasileira. Os frutos desta escolha, sobretudo a possibilidade de liberação do capital antes aplicado na aquisição de escravos, não tardaram a aparecer para o forte grupo cafeeiro do oeste paulista. A fundação do Partido Republicano, no ano de 1870, consagra um processo no qual as novas elites se arvoram na interlocução política das questões nacionais, fato que a chamada República Velha somente irá corroborar. Dentre os novos impostos cogitados mas que não passaram a vigor, temos um ensaio do Imposto de Renda, um primeiro precursor desta modalidade de tributo, que provoca, em sua gestação, o mesmo mal-estar que hoje pode ser percebido no momento de acerto de contas com o “leão”. O Imposto Predial – ancestral do nosso IPTU – também tem a sua gênese nos momentos que precedem à Guerra do Paraguai. No entanto, esta modalidade de tributo não era costumeiramente cobrada, uma vez que, no interior do confronto político que colocava os interesses provinciais em choque com aqueles do governo central, muitos proprietários de terras não pagavam esta taxa. Os impostos alfandegários continuavam a ser os principais fornecedores do numerário da receita orçamentária do país. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 216)

Assim, enquanto os proprietários de grandes territórios do país muito se beneficiam do Estado e pouco contribuem com as receitas públicas, os despossuídos são forçados a custear a nação ingrata que se construiu explorando os seus antepassados. O autoritarismo nacional tem o marcador racial evidente, o qual aponta facilmente qual grupo goza da proteção e qual segue subjugado.

O próprio sistema de cobrança dos tributos em si sempre foi uma forma de subjugar, visto que os mais pobres não tinham meios de não os pagar, enquanto que os poderosos sempre buscavam se eximir do pagamento.

Essa resistência dos poderosos brasileiros ao cumprimento de obrigações tributárias vem mesmo antes da independência formal do Brasil, conforme se verificou na Inconfidência Mineira. Este movimento, composto majoritariamente pela elite nacional de Minas Gerais, basicamente se deflagrou, pois:

Havia a forma violenta com que esses devedores eram chamados a cumprir suas obrigações para com a Fazenda Real. O confisco de bens era inaceitável para pessoas que se consideravam tão importantes. Jamais admitiriam receber o tratamento dado aos setores populares. Sentiam-se, não com pouca razão, como integrantes do poder nas Minas Gerais. Apesar de alguns conflitos com autoridades burocráticas fiéis ao rei português, exerciam cargos importantes em Minas Gerais, assim como em outras capitanias. [...]

Com o avolumar desses boatos de decretação da Derrama, que havia sido suspensa em 1773, parte da elite colonial, vinculada à mineração e concentrada entre Minas

Gerais e Rio de Janeiro, passou a se organizar no sentido de se defender da violenta cobrança fiscal. Em relação ao ano de 1789, os impostos atrasados atingiam a incrível quantia de 596 arrobas de ouro. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 158)

Da mesma forma, a diferença na punição dada aos abastados – praticamente todos os inconfidentes – e ao único de camada popular mostra como essa lógica de proteção às elites brasileiras vai até às últimas consequências. Joaquim José da Silva Xavier, que mais de um século depois viria a ser forjado como mártir nacional, foi o único condenado pela revolta que teve que cumprir a pena.

Entre os conjurados mais atuantes, sem dúvida, Tiradentes é o único que representava os setores não-elitizados da sociedade mineira. Era um alferes, baixa patente das forças militares sediadas na Colônia. Além disso, trabalhava como um prático dentista – sabia arrancar dentes e fazer próteses –, daí o seu apelido; ou seja, estava vinculado ao trabalho manual, coisa que causava espanto para aquela elite colonial escravocrata, que considerava trabalho coisa de negro. Ao mesmo tempo, apesar do posto de alferes, nunca atingiu cargos de maior importância social. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 159)

Assim como existem as diferenças de tratamentos dentro do mesmo movimento revoltoso, há as diferenças cristalinas que são dispensadas para as revoltas da elite e para as revoltas populares. Exemplo disso é que a Conjuração Baiana, um movimento popular o qual tinha como uma das reivindicações a redução dos impostos – que, como de costume, pesava mais sobre as camadas mais pobres da população baiana –, foi duramente reprimida; diferentemente do que aconteceu com a Inconfidência Mineira, as duras punições foram aplicadas à totalidade dos insurretos (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 171).

O fator regional também deflagra o quanto as desigualdades de tratamento verificadas possuem caráter racializado. Não à toa, as regiões onde se estabeleceram as elites oligárquicas e as que receberam mais imigrantes europeus foram as mais beneficiadas financeiramente pelo Estado. É dessa forma que o racismo se sustenta ciclicamente dentro desses sistemas que reforçam as desigualdades.

Até o ano de 1930, quando se abre uma nova fissura na estrutura do governo brasileiro, houve um consenso que permitiu que paulistas e mineiros se alternassem no governo, prática que ganhou o nome de República do café-com-leite. De certa forma, a chamada Primeira República, ou República Velha, assinalava uma ordem política que vinha se perfazendo desde a década de 70 do século XIX. Os nossos primeiros presidentes civis eram, para o país, aquilo que os fazendeiros fluminenses representaram para o Segundo Reinado. Assim, os equívocos econômicos e seus graves desdobramentos sociais desta primeira fase devem-se, em grande parte, a esta nova liderança política. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 235 e 236)

Reforçando o quanto a proteção estatal aos conchavos oligárquicos era explícita e deliberada, cabe destacar que, em 1906, o Estado assinou o Convênio de Taubaté, em face à política de valorização cambial implementada no período, voltada para a deflação.

Em outras palavras, através do que ficará estabelecido em Taubaté, o governo brasileiro, isto é, a própria receita pública, assumiria os riscos dos negócios que envolviam a produção e a comercialização do café. De forma semelhante, com a troca de favores e privilégios típicos do Segundo Reinado brasileiro, a política dos governadores, no plano político, e a aceitação dos parâmetros expostos pelo Convênio de Taubaté terminavam por novamente equilibrar a balança de poder que, mais uma vez, pendia para os setores mais abastados do país. Quando pensamos que a receita pública, como o próprio nome diz, é composta basicamente pelos impostos cobrados da população, percebemos que os eventuais e reais prejuízos do negócio cafeeiro eram cobertos, por incrível que pareça, pelos contribuintes brasileiros, mesmo aqueles que não tivessem qualquer possibilidade de acesso aos lucros dessa atividade econômica. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 237)

Assim, a população mais pobre seguiu sustentando as receitas públicas, ao passo que os mais ricos só colhiam os benefícios da política tributária de arrecadação inversamente proporcional à capacidade contributiva.

Conforme exposto no tópico anterior, o imposto de renda demorou mais de cinquenta anos para ser implementado no Brasil. A razão de tamanha demora é até relativamente fácil de deduzir: houve uma ampla resistência das elites a serem cobradas pelos seus rendimentos. O acúmulo desproporcional, indiferente às necessidades do erário, era a consequência habitual do autoritarismo das elites brasileiras, cujos interesses privados sempre foram sustentados pelo Estado. Portanto,:

Inútil dizer que muito dificilmente se pensava, como já em outras nações do mundo, numa melhor divisão da renda produzida pelo país. Em nosso caso, a introdução do imposto sobre a renda, além de cumprir a função já exposta de melhora de receita fazendária, ajusta-se aos desejos de manutenção de uma situação favorável para os poucos que se integram junto ao poder. Qualquer semelhança com o ideário liberal difundido na Inglaterra ou Estados Unidos é mera coincidência. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 247)

Em um recente estudo que, desde 2020, reporta e classifica a qualidade das elites<sup>37</sup>, mediante dados comparativos de 151 países, e fazendo uso de 120 indicadores e parâmetros verificáveis, atualmente, vemos o que na prática é notório: a elite brasileira é nociva para o país. Os autores desses estudos são Tomas Casas, especialista em negócios internacionais, e o economista Guido Cozzi, ambos da “The Foundation for Value Creation” (FVC), uma fundação suíça sem fins lucrativos. Segundo uma reportagem que relata a iniciativa da fundação, na pesquisa de 2020:

Os autores destacam que, ao coordenarem as instituições, as elites moldam o desenvolvimento humano e econômico, determinando o destino e a riqueza das nações. É natural que criem modelos de negócios para acumular riquezas. Entretanto, há elites de “alto valor” cujos modelos de negócios geram mais valor para a sociedade do que essas elites retiram. E há elites de “baixo valor” quando essas extraem mais da sociedade do que geram para ela.

As elites de baixo valor concentram seus esforços e recursos na conquista de favores e privilégios. A postura é expressa pelo termo “rent-seeking” (rentismo).

<sup>37</sup> Os relatórios de 2020 a 2022 podem ser obtidos no site: <https://elitequality.org/downloads/>.

A elite brasileira foi classificada no grupo das rentistas. Um dos principais fatores que pesaram na classificação foi a extração de rendas da sociedade pelo Estado, devido a regressividade e distorções do sistema tributário, que permitem aos mais ricos pagarem proporcionalmente menos impostos do que os mais pobres. (O SISTEMA, 2020)

Situação que se aprofundou nos anos seguintes, visto que o Brasil teve uma considerável piora em 2021, seguida de uma discreta melhora em 2022, ocupando atualmente a posição 81 no *ranking* geral (CASAS; COZZI, 2022).

Por isso, não é exagero afirmar que a tributação é um instrumento da elite brasileira, que se conforma aos interesses dela, contribuindo para aprofundar as desigualdades. A política brasileira serviu, e ainda serve, às classes que definem a estrutura social e influenciam nos rumos nacionais.

Ainda quando existe um crescimento econômico no País, as elites cuidam de cooptar os benefícios para ganhos privados e solapar os interesses da nação. Tanto que, em que pese o crescimento industrial da Era Vargas (de 1930 a 1945),:

As revoltas, greves e explosões sociais deste período apenas corroboram a tese de que os grandes beneficiados do relativo enriquecimento do país ainda eram os grupos oligárquicos que, não por acaso, tinham os seus interesses satisfeitos pelos governos que se sucediam. Segundo a historiadora Jussara Parada Amed, em estudo que elaborou visando a mensurar a atuação do humor – especialmente no trabalho de Fernando Aparício Torelly, o Barão de Itararé – como meio de resistência aos desmandos dos governos da República Velha e do próprio Getúlio Vargas, “o corpo social possuía interesse às elites somente no momento em que era chamado às manobras econômicas e políticas, como pagamento de impostos, e na manipulação de voto por meio de elaboradas propagandas políticas, quando não pelo voto de cabresto.” (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 259)

Portanto, a liberdade demasiada, refletida no excesso de acúmulo deliberadamente provido pelo Estado às elites, perfaz a via mais eficiente de consolidação dos privilégios e de aprofundamento das desigualdades sociorraciais no Brasil.

Tendo em vista outro episódio histórico, mais uma vez resta explícito o quanto o desenvolvimento nacional pouco se beneficia dos ganhos obtidos com a exploração comercial do território. Ainda que não sendo parte do centro econômico nacional no início do século XX, a exploração do cacau baiano esteve no auge, mas:

As exportações deste produto levaram ao fortalecimento dos fazendeiros envolvidos nessa plantação. De uma maneira geral, servindo-se de uma estrutura produtiva muito próxima àquela que grassou no Brasil colonial, estas empreitadas, apesar de produzirem riquezas, não permitiram que estas fossem mais divididas entre a população local. Seguindo o modelo dos ciclos econômicos – propiciadores de uma acumulação restrita de capital e favorecendo um pequeno desenvolvimento comercial –, a decadência destas economias deixou poucos frutos para as populações das regiões envolvidas. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 257)

Atualmente, apesar de exaltada pela Constituição Cidadã, a ideia de redução das desigualdades não passa de uma ideia que, na prática, é deliberadamente sabotada pelas

instituições estatais, também na esfera tributária. Ou seja, em detrimento da arrecadação e dos princípios constitucionais, a tributação brasileira segue às avessas, mantendo os mais ricos fora do controle estatal e onerando mais pesadamente a subsistência dos que sobrevivem apenas do próprio trabalho. Por isso:

A desproporção material é um meio encontrado pelas elites brancas brasileiras de garantir um elevado nível de proteção pessoal e patrimonial. Essa concentração *ad infinitum* existe ainda hoje, mesmo em face de uma tendência mundial de busca por erradicação de pobreza e redução das desigualdades sociais. [...]

O estudo de Azevedo evidencia como o ideal de branqueamento nasce do medo, constituindo-se na forma encontrada pela elite branca brasileira do final do século passado para resolver o problema de um país ameaçador, majoritariamente não branco. (CARONE; BENTO, 2016, p.32)

Essa sanha intergeracional por acúmulo é, portanto, munida pelo medo do negro, assim como é consequência do ideal de branqueamento, tanto reforçado ao longo do século XX. Fazer uma nação branca, além de ser um plano eugenista, era o caminho de as elites brancas brasileiras não precisarem acertar as contas com o passado. É desse medo da perda de parte das riquezas e dos privilégios que vem a ação no sentido oposto, fazendo do Estado uma força eterna de proteção às elites. Em contrapartida, ao grupo para o qual é reservada a dominância social e econômica, qualquer óbice ao acúmulo desenfreado vira um problema de Estado.

O preço da usura e do egoísmo dessa pequena parte da nação é o comprometimento do desenvolvimento nacional, perpassando pela inviabilidade de mecanismos de redistribuição de riquezas, dos quais a tributação faz parte e tem um papel fundamental.

Em razão do princípio da legalidade tributária, a construção do Sistema Tributário Nacional é atribuição do Poder Legislativo; eis a profunda ligação da tributação com a edição de normas.

A legalidade tributária, por sua vez, agrega à garantia geral da legalidade um conteúdo adicional, qualificando-a em matéria de instituição e de majoração de tributos. [...]

Como se vê, a legalidade tributária exige que os tributos sejam instituídos não apenas com base em lei ou por autorização legal, mas pela própria lei. E só à lei é permitido dispor sobre os aspectos da norma tributária impositiva: material, espacial e temporal, pessoal e quantitativo. Daí porque muito já se falou em reserva absoluta de lei ou legalidade estrita. (PAULSEN, 2020, p. 180 e 181)

Por isso, estando as esferas de poder político cooptadas pelas elites nacionais, a aplicação dessas normas segue o objetivo precípuo de não onerar os mais ricos, ainda que isso implique em leis inconstitucionais e em uma arrecadação ineficiente.

O modo de organização política da nossa sociedade, na maioria das vezes autoritário, criou a cultura da impunidade e da injustiça diante de reivindicações, reclamações, denúncias de humilhação e maus-tratos de todo tipo. O objetivo dessa organização política é naturalizar a desigualdade para fortalecer a convicção de que não há nada a fazer. (SANTOS, G., 2009, p. 21)

Portanto, ao colocar a questão da desigualdade excessiva como obra do acaso – supostamente oriunda de uma fatalidade histórica insolúvel –, a naturalização das desigualdades é imposta e se torna uma forma de não assunção de culpa pela deficiente operacionalidade do sistema tributário.

O autoritarismo brasileiro, claramente refletido em leis que autorizam os mais ricos a não pagarem os impostos na proporção da capacidade contributiva deles, acentua-se ainda mais no fato de serem eles os que mais recorrem às vias ilegais<sup>38</sup> para não cumprir com as obrigações tributárias. E, tal como ocorreu na Inconfidência Mineira, pouco respondem pelos delitos que cometem contra o fisco.

Essas idéias parecem estar presentes em quase todos os discursos e debates sobre a questão tributária no país, mas, na hora de formular o novo modelo, não há consenso. Só em um ponto parece haver entendimento. É quanto à complexidade e anacronismo do atual sistema. Na verdade, desde a promulgação da Carta de 88, busca-se reformular a nossa política tributária, sem que se tenha obtido sucesso.

Enquanto a referida reforma não vem, os diversos segmentos da população brasileira sentem os efeitos danosos de uma legislação tributária confusa e injusta, que consagra um sistema regressivo de impostos, no qual temos um desnível cada vez mais acentuado entre os tributos diretos, correspondentes a menos de 1/3 da carga tributária, e os impostos indiretos, equivalentes a mais de 2/3 de toda a arrecadação do país. Portanto, o oposto das nações mais desenvolvidas, onde existe uma distribuição da renda mais justa.

Para agravar ainda mais essa desigualdade, a sonegação praticada por aqueles que podem pagar mais é um fato concreto. As isenções e a renúncia fiscal acentuam privilégios de alguns setores, enquanto outros pagam mais do que podem. E o que é pior: não vêem suas contribuições sendo revertidas em benefícios sociais. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 18)

A progressividade fiscal, ferramenta fundamental na prossecução dos objetivos constitucionais, é uma técnica tributária que consegue fazer com que os maiores rendimentos e patrimônio contribuam mais com o erário, ao estabelecer maiores taxas sobre montantes que refletem uma elevada disponibilidade financeira. O seu oposto é a incidência regressiva, na qual todos os contribuintes, independentemente de suas respectivas capacidades contributivas, pagam a mesma taxa. É o que ocorre com os impostos indiretos.

O caráter regressista é a marca essencial do sistema tributário brasileiro. Em português claro, quem tem mais paga menos. A maior penalização dos mais pobres é sintetizada pelos seguintes itens:

- O excesso de tributação sobre bens e serviços, de 18,8% do PIB, maior do que em qualquer país da OCDE, onde a média é de 11,6% do PIB.
- A isenção total de imposto de renda sobre lucros e dividendos distribuídos a acionistas de empresas, o inverso do que faz a maioria dos países.
- A possibilidade de se deduzir do lucro tributável uma despesa fictícia relativa aos chamados “juros sobre capital próprio”.

<sup>38</sup> Problema que se acentua devido à prática recorrente de perdão e refinanciamento irrestrito de dívidas tributárias, a qual acaba beneficiando os maus pagadores. Como os maiores (entenda-se mais ricos) inadimplentes não quitam as dívidas nem respondem adequadamente pelos crimes fiscais perpetrados, eis que surge, para estas pessoas, um sistema tácito de “sonegação premiada”.

Só o custo dessas duas últimas “jabuticabas”, na expressão de Rodrigo Orair, alcança R\$ 50 bilhões por ano. “Isso contribui para concentrar renda nos extratos superiores, já que o rendimento dessas famílias provém, principalmente, da propriedade do capital”, explica.

Por se tratar de fruta nativa do Brasil, a jabuticaba entrou no dicionário político-econômico como algo marcado pela excentricidade, um produto único e genuíno desta parte do mundo. (GOMES, M., 2016)

Na prática, se há uma taxa de 30% de imposto indireto sobre um produto, todos os contribuintes, dos mais pobres aos mais abastados pagarão a mesma taxa de 30% ao consumi-lo. E essa forma de tributar é um mecanismo de aumento das desigualdades e da concentração de riquezas; além de ser uma afronta direta ao princípio da capacidade contributiva. Não por acaso, o maior montante de impostos arrecadados no Brasil vem da tributação indireta, conforme expõe o economista Fabrício Oliveira, ao pontuar que:

outro desafio fundamental da reforma é alterar a composição da estrutura do sistema entre impostos diretos e indiretos, visando a tornar mais justa a distribuição de seu ônus entre os membros da sociedade e a contribuir para reduzir as desigualdades de renda, o que é essencial para o crescimento econômico. Enquanto nos países desenvolvidos, o peso da tributação direta representa, de modo geral, cerca de 70% da tributação, mesmo com as reformas realizadas à luz das novas propostas do pensamento ortodoxo, no Brasil essa relação se mostra diametralmente oposta, com impostos indiretos, incluindo os incidentes sobre a folha de salário, ultrapassando 70% da carga tributária. (FAGNANI, 2018, p.88)

Não há como a incidência de alguma tributação em nada alterar a dinâmica social ou econômica do meio em que atua – independentemente de a instituição do tributo ter como objetivo principal a obtenção de receita. Ao ser implementado um imposto, para além da finalidade arrecadatória, deve-se ter em vista os impactos sociais e econômicos advindos de sua cobrança; e estes precisam ser observados também no que concerne às injustiças raciais reproduzidas com a incidência dessa forma de tributação.

Nesse contexto de ineficiência naturalizada, naturalizam-se também as desigualdades sociorraciais e o racismo que permeia as instituições do Estado; e a construção institucional do racismo é feita mediante ação dos agentes, que igualmente o naturalizam.

Nesse sentido, o Estatuto da Igualdade Racial é bastante preciso quando traz que as ações afirmativas são “programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades”. A democracia racial, ainda que bastante tardia, precisa ser efetivada. Portanto, não basta contar somente com programas sociais assistencialistas, como o bolsa-família, para estancar a sangria sociorracial deixada por tantos séculos de escravidão cumulados com mais de um século de descaso estatal com os cidadãos negros e de perpetuação do racismo.

Neste âmbito, é preciso considerar que o Direito Tributário, enquanto agente ativo deste processo de sucessivas injustiças estatais, pode vir a atuar como um meio idôneo de promover

a democracia racial. Uma política fiscal que prioriza a tributação indireta em detrimento da direta, por exemplo, neutraliza as políticas assistencialistas.

Quando o Estado provê um auxílio para pessoas que auferem pouca ou nenhuma renda, todo esse dinheiro é gasto com consumo – o que faz com que boa parte dele volte ao erário na forma de impostos indiretos. Se uma significativa parte desse valor vai para impostos sobre consumo, então esse auxílio não está atingindo sua finalidade redistributiva. Portanto, ao se pensar em políticas assistencialistas ou de reparação social, necessariamente deve-se pensar conjuntamente na tributação voltada para a redução das desigualdades, sob pena de não haver redistribuição alguma.

O Brasil, como já destacado anteriormente neste texto, isenta totalmente os dividendos distribuídos de tributação de IRPF. Ademais, são relativamente poucas as faixas de alíquotas (quatro), assim como é relativamente baixa a alíquota marginal brasileira (27,5%). Os gráficos a seguir, obtidos em publicação da Receita Federal do Brasil de 2021, apontam que, em 2020, a alíquota efetiva máxima no Brasil se aproximou de 24% da renda tributável bruta. Essa alíquota efetiva máxima, contudo, não é obtida no topo da distribuição de renda. A partir de níveis de renda superiores a 160 salários mínimos nacionais, essa alíquota efetiva começa a recuar, atingindo cerca de 21% na última faixa divulgada pela Receita Federal.

Essa regressividade a partir de um determinado nível de renda individual fica ainda mais evidente quando se leva em conta no denominador, para além da renda tributável, os rendimentos isentos (como os dividendos) e com tributação exclusiva (como os JCP). Nesse caso, a alíquota efetiva atinge um máximo de cerca de 10,5% nas faixas de rendimentos de 15 a 40 salários mínimos nacionais, passando a recuar expressivamente em níveis de renda bruta superiores, aproximando-se de zero no topo da distribuição. (PIRES, 2022, p. 112)

E esse problema de não arrecadar adequadamente, para além dos prejuízos sociais, guarda em si uma flagrante ilegalidade no Sistema Tributário Nacional. A Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no art. 11, determina que “Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”. Com uma regressividade tão acentuada no que tange aos impostos diretos, essa efetiva arrecadação nos rendimentos mais elevados não se verifica. Ainda assim, a situação de ilegalidade e inconstitucionalidade patentes prossegue há décadas, e as desigualdades sociorraciais seguem cada vez mais profundas.

Pode-se, no entanto, arriscar uma interpretação admitidamente vaga, porém apta a servir de linha condutora para a investigação. Ela começa pelo reconhecimento de que a desigualdade tem um forte caráter inercial, por fatores estruturais e sobretudo por ser em grande medida ditada por aspectos institucionais, constituindo o resultado acumulado de muitas políticas e pequenas e grandes decisões, que, em seu conjunto, expressam determinado padrão de relacionamento entre o Estado e as elites econômicas. (SOUZA, 2016, p. 226)

É justamente na inação efetiva das instituições públicas, com as engrenagens que giram para manter as coisas como estão, que ficam assegurados os privilégios das elites econômicas do Brasil. Elites que, há incontáveis gerações, são truculentas e essencialmente autoritárias.

Por isso, explica o historiador Sidney Chaloub, que foi em três momentos de avanços sociais e ameaça ao *status quo* que houve grande reação de cunho conservador por parte dessas elites autoritárias (BARIFOUSE, 2022). A primeira foi a Proclamação da República, como retaliação dada à monarquia pela abolição da escravidão; acerca deste episódio, Chaloub até faz o adendo de que “A classe senhorial ficou bastante irritada com o apoio da monarquia a isso (abolição), principalmente onde a escravidão ainda tinha força econômica, nas Províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, as que mais se opuseram à emancipação”. A segunda foi o golpe de 1964, para conter a expansão dos direitos trabalhistas, iniciada em meados do século XX. E a terceira reação – que começou em 2013 e resultou no golpe contra o governo de Dilma Rousseff, em 2016 –, teve a sua gênese na implementação dos direitos civis de forma inédita, iniciada com a Constituição Cidadã, e que culminou na atual ascensão da extrema-direita.

Portanto, é o autoritarismo dessa minoria autoritária e reacionária que sempre deu o tom do tipo de nação que tem sido construída, desde antes mesmo do século XIX. Esta conformação social e política imposta violentamente pelos mais poderosos deformou e deforma, também no âmbito da tributação, o que deveria ser uma governança advinda do povo. Mas a história segue sendo escrita, e as ações para a mudança estão sendo buscadas, inclusas aquelas para que o Sistema Tributário Nacional seja o guardião da democracia, na verdadeira acepção da palavra.

Ter a tributação como uma aliada no combate às desigualdades é benéfica para a população como um todo, incluídos os mais ricos, se estes de fato são cidadãos brasileiros. Porque, a bem da verdade, aos verdadeiros cidadãos de um país, não existe benefício ou privilégio algum que justifique ou compense viver em um país que normalize e reforce o racismo, a miséria e as desigualdades extremas.

#### 4 A URGÊNCIA DE UMA TRIBUTAÇÃO CONSTITUCIONALIZADA E ANTIRRACISTA

Temos aqui, portanto, fundamentos e exemplos do quanto as pretensões e os objetivos dos agentes públicos e dos atores sociais brasileiros se efetivam com um amplo auxílio da tributação. Isso porque, se esse *modus operandi* foi suficiente para efetivar um modelo de acúmulo de riquezas, poder e privilégios ao longo dos últimos séculos, então esse mesmo modelo, se aplicado na direção correta, será capaz de reverter ou minorar esses acúmulos.

Partindo do atual arcabouço legislativo e constitucional, o sistema tributário se mostra como um meio idôneo de reduzir a concentração de rendimentos existente no Brasil. Sendo este o efeito direto das medidas políticas inclusivas, vale pontuar ainda os efeitos indiretos, tais como a diminuição da criminalidade, a melhoria no bem-estar social e o aumento da produtividade do País; mas, acerca dessas decorrências colaterais, não haverá aqui maiores aprofundamentos.

O ponto central ao qual a pesquisa busca se ater é de que a incidência tributária sem distorções inconstitucionais perfaz um caminho viável para resolver o gritante problema social da iniquidade brasileira. Problema esse que já passou da hora de ser solucionado, mas que só se agrava, por força de uma conjuntura estatal de poder que trabalha em prol da perpetuação dos privilégios de uma parcela ínfima da sociedade.

A constituição do Sistema Tributário Nacional depende também da concepção de Estado que uma sociedade adota: qual é o modelo de Estado que desejamos construir? Um Estado mínimo ou um Estado de Direito Democrático e Social, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna? É exatamente este último modelo de Estado que os constituintes de 1988 definiram para a sociedade brasileira. Contudo, a legislação tributária infraconstitucional caminha em sentido contrário ao que foi estabelecido na Carta Magna. (SINDIFISCO, 2018, p. 10)

Na perspectiva jurídica, observa-se, em regra, uma omissão decorrente de um Direito Tributário majoritariamente branco e que se resguarda sob a égide de uma prática acadêmica eminentemente técnica, a serviço das finanças públicas e do tecnicismo tributário. Quase não havendo, por consequência, pressão doutrinária no sentido de fazer coro e impulsionar os legisladores e as autoridades tributárias a tomarem medidas eficazes e efetivas em prol das ações redistributivas.

Assim, a falsa neutralidade é disputada como conteúdo do direito. Levantar os aspectos de abstração, generalização e universalização da norma jurídica foi importante para denotar que, se de um lado o direito é um instrumento segregacionista, há, por outro lado, recursos que adensem a memória jurídica da população negra, especialmente suas lutas pela promessa de universalização dos direitos. A naturalização dos conteúdos que informam o direito corresponde aos valores sociais que sustentam o privilégio branco (CONCEIÇÃO, 2009, p. 25). Quando Ana Flauzina

(2006) evidencia a morte negra como resultado do sistema penal brasileiro, fica mais explícita essa dimensão de inviabilização da negritude como repercussão simbólica do direito informado pelo racismo (FLAUZINA, 2006, p. 135). Essa face perversa do direito de acionar imagens de inferiorização para controle do corpo político negro deve ser observada para além da via penal.

É importante observar como ambos – arcabouço normativo racista e a suposta desracialização do discurso jurídico – afetam o autorreconhecimento de uma pessoa negra como agente política no campo do direito. A relevância da identidade no enfrentamento ao racismo está relacionada ao fato de que no campo jurídico os significados históricos e sociais que foram (auto)atribuídos aos sujeitos são determinantes para o processo de normatização. (GOMES, R.P., 2022, p. 106 e 107)

Imbuindo-se de um olhar crítico, é possível compreender além do que a superfície dos conteúdos nos oferece. No caso da tributação, como quase toda a arrecadação indireta vem do consumo, que em geral não mensura a real capacidade financeira dos contribuintes, verifica-se que o peso desta carga tributária necessariamente prejudica as pessoas mais pobres, as quais são majoritariamente negras. Essa realidade é facilmente verificável, conforme pontua Silvio Almeida, ao discorrer que:

a carga tributária torna-se um fator de empobrecimento da população negra, especialmente das mulheres, visto que estas são as que recebem os menores salários. Segundo o relatório da pesquisa *As implicações do sistema tributário na desigualdade de renda*, sendo a carga tributária brasileira regressiva, [...]pois mais da metade dela incide sobre o consumo, isto é, está embutida nos preços dos bens e serviços, a consequência é que as pessoas com menor renda (por exemplo, as mulheres negras) pagam proporcionalmente mais tributos do que aquelas com renda mais elevada (ALMEIDA, 2019, posição 1704-1708).

Assim, a renda dos contribuintes mais pobres – mulheres negras, em sua maioria, conforme pontua o autor – é transferida para o erário em uma proporção muito maior que a dos mais ricos – homens brancos, predominantemente. Ou seja, os mais pobres contribuem majoritariamente com a receita do Estado, o qual é o grande responsável por garantir a conjuntura jurídico-política que favorece sobretudo os interesses das elites. Essa lógica de Robin Hood às avessas só terá termo quando a tributação sobre patrimônio, rendas e proventos for verdadeiramente progressiva, e os impostos indiretos não tenham mais tanto peso sobre a arrecadação, nos termos da Constituição Federal.

O alcance da progressividade efetiva depende, não apenas da isonomia de tratamento entre as rendas, mas também de uma nova configuração da tabela de alíquotas progressivas, cujos contornos devem ser definidos tendo em conta o contexto de profunda desigualdade de renda que coloca o Brasil entre os países mais desiguais do planeta. Busca-se, portanto, construir um sistema que promova a redução efetiva da desigualdade social, onerando mais as rendas das parcelas mais ricas da população e aliviando a carga tributária sobre os mais pobres.[...]

O combate às desigualdades econômicas e sociais também requer um sistema tributário efetivamente progressivo, condição comprovada pelas experiências históricas dos países que lograram estabelecer um Estado de Bem-Estar social. (FAGNANI, 2018, p.276 e 278)

Outro ponto altamente discrepante na tributação brasileira é a isenção para lucros e dividendos, que ocorre há mais de 25 anos, por força da lei nº 9.249/95. O que configura mais

uma forma de “negligência” com o princípio da capacidade contributiva, já que esta cobrança viria a fazer com que as pessoas com maiores rendas – que são os maiores beneficiários de lucros e dividendos – contribuíssem mais com as receitas públicas.

Essa decisão político-legislativa, eivada de ilegalidades e de inconstitucionalidades, só reforça a conformação da incidência tributária brasileira à conveniência dos mais ricos. A justificativa para implementar essa isenção era o aumento dos investimentos – sendo que, curiosamente, não houve verificação se de fato isso ocorreu ao longo dessas mais de duas décadas.

Na prática, o que seguramente ocorreu foi o beneficiamento fiscal das pessoas mais abastadas, já que praticamente todo o rendimento desse grupo é oriundo de aplicações financeiras e lucros de suas empresas. Um exemplo foi o caso de Joesley Batista, dono da empresa JBS, cuja quebra do sigilo fiscal mostrou que ele recebeu, em 2016, R\$ 105 milhões, mas pagou apenas R\$ 340 mil de Imposto de Renda (ou seja, 0,3%); isso porque 95% da renda dele veio de lucros e dividendos distribuídos, que não são tributados (TRIBUTAÇÃO..., 2017).

Essa incoerente opção tributária de isentar lucros e dividendos – que ocorre em praticamente nenhum outro país –, além de aumentar a concentração de renda, termina por impactar negativamente a arrecadação e produzir ainda mais distorções. Então é, por tabela, uma sabotagem ao erário. Ou seja, o interesse público é atassalhado por medidas políticas em defesa dos interesses privados dos segmentos mais ricos da população. A consequência é que o combate às desigualdades nunca se efetiva, e a eficiência tributária perde espaço para as demandas gananciosas dos detentores do capital.

Por fim, dentre as principais distorções tributárias, que acabam por solapar a tão necessária redução das desigualdades, seguramente está a opção legislativa por não implementar a cobrança do Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF. Ora, como reduzir as desigualdades sem tributar as grandes fortunas de um país tão desigual, em que 1% dos mais ricos, em 2017, ganharam 36 vezes o que recebeu 50% da população<sup>39</sup>? E há algo que demonstra maior capacidade econômica do contribuinte do que a titularidade de uma grande fortuna?

Nesse aspecto, o texto constitucional é explícito no §1º do art. 145, ao determinar que “sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte”. Portanto, inclusos patrimônio e renda, a Constituição é clara acerca da aplicação da progressividade tributária em face da capacidade contributiva dos cidadãos.

---

<sup>39</sup> Esses números são parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no início de 2018.

Ademais, havemos de convir que não existe impossibilidade alguma em identificar as grandes fortunas do Brasil: o abismo da desigualdade sociorracial, deixa bem claro exatamente onde elas estão<sup>40</sup>. E é impossível desvincular essa realidade do racismo brasileiro, conforme exposto pelo professor Hélio Santos, cofundador do Instituto Brasileiro da Diversidade:

Estamos juntos com EUA, China, Alemanha, Japão, França e outros; e por outro lado, fazemos parte do rol dos países mais desiguais do mundo. Nesse grupo estamos juntos com a África do Sul, Zâmbia, Lesoto, Moçambique, Namíbia, e nos posicionamos atrás de Botsuana em 7º lugar. Ninguém há de nos tirar o galardão de sermos o país mais desigual do mundo. Explico: daqui há 2 anos o Brasil completará o bicentenário de sua independência, a África do Sul que aparece como o mais desigual, conquistou sua autonomia há apenas 25 anos e outros países, como Moçambique, ainda não completou meio século de libertação do colonialismo.

A explicação para essa assimetria é simples: Dentre os 10 mais ricos, somos o único de maioria negra. A desigualdade tem cor e história e no atual governo caminha para uma posição aguda como revelaram estudos recentes do DIEESE e IBGE. (SANTOS, H., 2020)

Portanto, os privilégios inerentes à branquitude brasileira concentram as riquezas produzidas pela nação na esfera jurídica das pessoas brancas. A não concentração cíclica depende de mudança que verse sobre medidas tributárias de não concentração, tanto das riquezas atuais quanto das futuras. Com base neste raciocínio, o qual possui o respaldo da Constituição Cidadã, segue-se o capítulo final, que se propõe a responder uma pergunta crucial: como finalizar esse ciclo vicioso criado pelo nosso processo histórico e mantido pelo racismo nas instituições do Estado?

Para intervir na estrutura racista da nossa sociedade, a princípio, é indispensável que pessoas brancas participem ativamente no processo de combate ao racismo. Por exemplo, tendo em vista que as instituições jurídico-políticas de poder no Brasil são majoritariamente formadas por pessoas brancas, a movimentação destes atores sociais no combate aos privilégios raciais que os favorece seria bastante relevante.

Para compreendermos as formas com que a brancura pode ser desvinculada da branquitude, invoco os estudos da antropóloga afro-americana France Winddance Twine (2004, 2006, 2007) que cunhou o conceito de “Racial Literacy” para ser usado na compreensão de como os sujeitos brancos adquirem consciência dos privilégios da branquitude, da estrutura racista da sociedade e como negociam sua branquitude. Portanto, sujeitos brancos agem em seu cotidiano para desconstruir o racismo de suas identidades raciais brancas, abrem novos lugares, produzem novos sentidos ao ser branco, desidentificando a brancura da branquitude. Twine propõe que para que haja uma real desconstrução do racismo nas identidades raciais brancas é preciso que os sujeitos brancos se percebam racializados e adquiram o que ela irá chamar de Racial Literacy que, para autora, é caracterizado como:

“Racial Literacy é um conjunto de práticas que pode ser melhor caracterizado como uma “prática de leitura” – uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social – que inclui o seguinte: (1) um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; (2) a definição do

---

<sup>40</sup> Além, claro, da viabilidade técnica da implementação, que poderia lançar mão das bases de dados que já existem para a cobrança de outros tributos.

racismo como um problema social atual, em vez de um legado histórico; (3) um entendimento de que as identidades raciais são aprendidas e um resultado de práticas sociais; (4) a posse de gramática e um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e anti-racismo; (5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de nossa sociedade e (6) uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade.” (SCHUCMAN, 2012, p. 103 e 104)

Trata-se de um ponto de partida o qual precisa igualmente fazer parte da construção institucional do País. A linguagem precisa se transmutar em aplicações políticas e jurídicas para que sejam suficientemente efetivas na busca pela democracia racial. E isso perpassa por compreender a branquitude brasileira e findá-la.

Giroux (1997) entende que brancos tem que apreender a conviver com a branquitude deles, não tem que negá-la ou tentar ser preto, mas assumi-la fazer um auto-crítica e buscar mudanças. Eles têm que desaprender ideologias, estórias que os ensinaram a colocar o outro em lugar estético onde os valores morais não estão vigindo. Ele ressalta que branquitude tem que ser articulada como uma redefinição de cidadania onde esteja incluída a discussão referente à distribuição de recursos e a questão da propriedade. Questões como falta de oportunidades, falta de trabalho, políticas de imigração, acordos de comércio internacional, racismo ambiental tem que ser discutidas, porque nessas áreas os brancos sempre tiraram vantagens sobre os negros. (BENTO, 2002, p. 163)

Porque, por mais que a sociedade entenda, por exemplo, que as cotas raciais são necessárias e seja a favor delas, mas um concurso público não habilite meios de impedir fraudes, ou algum Juízo venha a dar uma decisão favorável a um fraudador das cotas que obteve cargo público, as estruturas sociais da luta antirracista podem ruir. Da mesma forma, a implementação de políticas de transferência de renda sem corrigir as distorções na tributação reduz os resultados pretendidos na redução das desigualdades sociorraciais.

Além das medidas tributárias elencadas, é preciso ainda desconstitucionalizar os privilégios da branquitude, desfazendo, por exemplo, o atual orçamento de castas (PINTO, 2018), que segue firmemente protegido pela Emenda Constitucional nº 95, o qual limita os gastos com as despesas primárias, priorizando as despesas financeiras em detrimento dos investimentos públicos em serviços sociais. Da mesma forma que urge rever as normas que blindam irrestritamente o pagamento do serviço da dívida, tais como o artigo 166, §3º, II, b), da Constituição, e os artigos 9º e 17, §6º, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

#### 4.1 A ESSENCIALIDADE DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E DA IGUALDADE RACIAL PARA A DEMOCRACIA

A Carta Magna brasileira, promulgada sob um espírito democrático despontado após décadas de um regime ditatorial, traz logo de início os princípios fundamentais da República.

Vê-se no artigo 3º um instrumento para a redução da desigualdade: o legislador originário elencou os pontos principais de uma política social eminentemente inclusiva, voltada para a consecução de valores compatíveis com uma democracia livre, justa e solidária, que busca o bem-estar de todos os seus cidadãos.

Sob a égide da nova constituinte, ficou firmado o pacto democrático pelo combate à pobreza e às desigualdades regionais e sociais. Essa redução das desigualdades mostra-se um ponto tão proeminente na Constituição que se repete no Título VII (Da Ordem Econômica e Financeira, art. 170, VII), como um dos princípios gerais da atividade econômica. Ou seja, além de surgir como princípio fundamental da República Federativa do Brasil, explicitando ser este um objetivo sob todos os aspectos possíveis da atuação pública, o texto constitucional vem reforçar, no âmbito da atividade econômica, a prossecução da redução das desigualdades regionais e sociais.

Por conseguinte, cabe às instituições e aos agentes públicos competentes buscar atingir, dentro das suas respectivas esferas de atuação, os referidos mandamentos constitucionais. Logo, os três poderes devem pautar as atividades públicas com base nos interesses democráticos impostos pelo pacto constitucional.

A questão da desigualdade social é igualmente racial, tanto por conta do passado escravista quanto pelo racismo permeado socialmente e institucionalmente, conforme ora exposto. E esse ponto foi fundamental para que a Constituição fosse realmente cidadã.

No caso da população negra, foi substancial a atuação de frentes do movimento negro entre as décadas de 70 e 80, para a inscrição de instrumentos antirracistas na Constituição Federal de 1988. A sua agência, tanto no campo acadêmico como no político, produziu esforços voltados à ruptura dos mitos racistas que conformavam os arranjos sociais e institucionais no Brasil, desde o pós-abolição. (GOMES, R.P., 2022, p. 96 e 97)

Por isso, foram substanciais as articulações para a Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988), indicando o estabelecimento desta agenda antirracista também na disputa institucional. As negociações que desaguiaram no processo constituinte, apesar de fortemente gestadas no sistema de hierarquia racial, foram atravessadas por essa litigância político-acadêmica de lideranças negras.

Nessas pesquisas temos como principal resultado teórico a denúncia do racismo, enquanto sistema de valores e práticas que impede a realização dos direitos fundamentais da população negra no pós-abolição. Com isso, a problematização inaugural do “silêncio dos juristas” sobre o racismo alcança como tese a compreensão de que a população negra não é reconhecida como sujeita de direitos no Brasil. Tanto que esta formulação tem repercussão no reconhecimento do negro como sujeito constitucional e a mobilização por instrumentos de enfrentamento ao racismo. Já em termos teóricos estes textos inaugurais dão abertura a agendas de pesquisa que constituirão o trajeto do movimento Direito e Relações Raciais por outras gerações formadas nas contribuições que Eunice Prudente e Dora Bertúlio elaboraram em suas pesquisas. (GOMES, R.P., 2022, p. 101)

Em observância à Constituição, promulgada mediante pressão e articulações dos movimentos negros, o Estado tem a obrigação de enfrentar o racismo, buscando meios de diminuir a desigualdade sociorracial e de efetivar medidas para cessar a exclusão social dos descendentes de pessoas que foram escravizadas e que, atualmente, sofrem igualmente em decorrência do racismo, direta ou indiretamente.

No que tange à prossecução desses objetivos elencados no texto constitucional, estes são pontos cruciais para que seja respeitada, na prática, a vontade do legislador originário, e efetivar os desígnios da democracia.

Neste aspecto, a intervenção jurídico-institucional, especialmente mediante educação jurídica e fundamentação doutrinária, faz parte da mudança no Sistema Tributário Nacional. Esta intervenção é o que viabiliza formalmente os parâmetros da justiça tributária e a persecução direta e indireta dos objetivos constitucionais. Ainda que, de 1988 até os dias atuais, muito tenha sido discutido em matéria de mudanças efetivas na tributação, as mudanças necessárias para a redução das desigualdades não se realizaram.

A democracia pressupõe, por conseguinte, a igualdade racial, mediante a efetivação da isonomia. Não se pode admitir que, em um país com maioria de pretos e pardos, o governo do povo atue de forma a desproteger os direitos desta maioria. No que tange a este aspecto, o professor Hélio Santos explicita ainda que:

24 anos depois, o Movimento Social Negro, unificado pela unidade exemplar da COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, popularizou o jargão: “Não há Democracia com Racismo”. Trata-se da “democracia substantiva” a que me referi e pela qual ainda lutamos. A força dessa verdade tornou-se um mantra revelador daquilo que impede que sejamos, de fato, uma democracia. Essa afirmação segura foi quem alentou a sociedade brasileira em operar em conjunto contra a inercialidade sistêmica do racismo brasileiro. (SANTOS, H., 2020)

Essa inércia suscitada nada mais é do que a afirmação do *status quo*, cujo objetivo primordial é manter a estrutura racista de poder que sustenta os privilégios das elites brasileiras. Da mesma forma que o compromisso com a branquitude, mediante baixa tributação daqueles com maior capacidade contributiva, compromete a eficiência arrecadatória; e este mesmo compromisso é o que inviabiliza a democracia brasileira – são faces da mesma moeda.

Acrescido a isso, temos a indiferença geracional ao sofrimento e à falta de dignidade de uma parcela significativa dos cidadãos brasileiros. A deliberada exclusão geográfica – representada pelas favelas, pelas moradias precárias e inseguras e pelo *apharteid* geográfico, no qual os lugares de pessoas pobres representam a negritude, enquanto que os redutos dos ricos são permeados por rostos eurodescendentes – ilustra bem o compromisso público em viabilizar

o privilégio de um grupo em detrimento de outro, ao invés de cumprir mandamentos constitucionais basilares.

Dessa forma, exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento de outro. Nesse caso, é importante focalizar uma dimensão importante da exclusão: a moral, que é quando indivíduos ou grupos são vistos e colocados fora do limite onde estão vigindo regras e valores morais. Os agentes da exclusão moral compartilham de características fundamentais, como a ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos. (CARONE; BENTO, 2016, p. 29)

Ou seja, como o caminho mais fácil é imputar às vítimas o ônus de solucionar a problemática do racismo e da exclusão racial, o Estado segue omissivo, juntamente com a maioria das pessoas brancas, as quais são beneficiárias diretas desta omissão. Sob todos os aspectos, a inação é a confirmação da branquitude; é a normalização da mentira de que a situação de privilégio das elites, sob o crivo da branquitude, nada tem a ver com a pobreza e o racismo sistêmicos que relegam a cidadania das pessoas negras. Por isso que:

Quando pessoas brancas voltam-se para o racismo, tendem a vê-lo como um problema de negros e não como um problema que envolve e implica a todos. Desta forma, brancos podem ver o trabalho anti-racista como um ato de compaixão pelo “outro”, um projeto esporádico, externo, opcional, pouco ligado às suas próprias vidas, e não como um sistema que modela suas experiências diárias e seu sentido de identidade. (BENTO, 2002, p. 164)

A grande questão, portanto, é que o prejuízo à população negra advém das ações reiteradas do Estado em beneficiar e proteger as elites brasileiras. Desde o plano nacional de branqueamento, o desmerecimento à negritude esteve vinculado ao projeto de marcar a suposta superioridade das pessoas brancas. Da mesma forma que o plano de genocídio da existência negra no Brasil teve por trás o interesse privado das elites escravagistas de que o Estado nunca precisasse reparar os descendentes de pessoas escravizadas, nem que fosse mediante políticas públicas redistributivas mínimas, que serviriam apenas para reduzir as desigualdades sociorraciais.

Como os recursos são escassos, a prioridade alocativa do Estado brasileiro sempre pendeu para as elites que se perpetuaram no poder instrumentalizando as instituições públicas em prol dos próprios interesses, ainda que comprometendo sobremodo o desenvolvimento nacional. Por isso, pode-se dizer que a questão nuclear do orçamento atual está no fato de que a garantia dos juros é a maior despesa obrigatória que nunca é contingenciada e que não sofre restrições fiscais, estando priorizada em manifesto prejuízo à garantia de direitos sociais básicos das populações mais vulneráveis (SCAFF, 2022).

Assim, observar como a branquitude enquanto lugar de poder, se articula nas instituições que são por excelência conservadoras, reprodutoras e resistentes às mudanças constitui um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades.

As organizações são um campo fecundo para a reprodução das desigualdades raciais. E isto ocorre marcado pelo silêncio e neutralidade. As instituições apregoam que “todos são iguais perante a lei”, e asseguram que todos têm a mesma oportunidade, basta que a competência esteja garantida. As desigualdades raciais persistentes evidenciam que alguns são menos iguais que outros. Mas sobre isto há um silêncio. (BENTO, 2002, p. 166)

Com nuances mais pessoais, a jornalista Eliane Brum traz o termo “existir violentamente” como forma de explicar do que se trata obter privilégios mediante um sistema feito para ser racialmente desigual. Ao afirmar que “Quando ao meu redor os negros têm os piores empregos e os piores salários, a pior saúde, o pior estudo, a pior casa, a pior vida e a pior morte, eu, na condição de branca, existo violentamente mesmo sem ser uma pessoa violenta” (BRUM, 2017), a jornalista relaciona a branquitude com essa existência imbuída de violência. A outra face do privilégio racial dos brancos é a violência que os negros invariavelmente sofrem.

Segundo o IBGE (2022b), em 2021, a média nacional de rendimento das pessoas brancas foi de R\$3.202,00, ao passo que das pessoas pretas é de R\$1.803,00, e das pessoas pardas, R\$1.857. Portanto, em 2021, as pessoas brancas receberam em média cerca de 75% a mais do que as pessoas negras. E, fazendo um comparativo entre os anos de 2012 a 2021 (IBGE, 2022b), verifica-se que há uma estabilidade na desigualdade racial dos rendimentos, e que o aumento dos rendimentos médios em pouco altera a superioridade de rendimento que a população branca recebe.

A tributação, quando feita mediante um sistema que não aplica o princípio da capacidade contributiva, privilegia a raça que teria mais capacidade de contribuir, ao passo que onera mais aquela que possui os menores rendimentos e menos propriedades. Por isso que o Sistema Tributário Nacional faz parte das violências sobrepostas que minam as possibilidades de igualdade racial no Brasil.

Então, se a desigualdade social converge com a desigualdade racial, não há possibilidade de combatê-la sem combater igualmente o racismo; da mesma forma que não é possível resolver a problemática da desigualdade sociorracial sem lançar mão das políticas redistributivas universalistas. A tributação, mediante ferramentas que impliquem em tributação maior aos que possuem mais propriedades e maiores rendimentos faz parte destas políticas redistributivas. Porque, se da geração de riquezas privadas não ocorre a redistribuição de forma a reduzir as desigualdades sociorraciais, então é preciso que o Estado intervenha.

#### 4.2 A TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA E A SELETIVIDADE TRIBUTÁRIA

Como até hoje a maioria dos tributaristas não entendem o próprio papel no enfrentamento do racismo, as pesquisas em relações raciais no âmbito da tributação são

instrumentos fundamentais para despertarmos para essa realidade. Estar indiferente é ser conivente com a estrutura, ou, como explicita Lélia Gonzalez (2020, p.141), trata-se de “racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e colonialista”. O que não é por acaso, tendo em vista que:

As ideologias racistas são o problema fundante do movimento jurídico crítico sobre o racismo no Brasil, sendo central nas pesquisas desenvolvidas por Eunice Prudente (1975-1980) e Dora Bertúlio (1985-1989). As obras dessas autoras denunciaram o aparato legal e o pensamento jurídico conformados pelo racismo científico e pela política nacionalista. Desse modo, uma preocupação dessas pesquisas foi desconstruir os aspectos de neutralidade e imparcialidade conferidos ao direito, ou seja, enfrentar o apagamento da ideia de raça e racismo. A partir desse marco, a produção crítica no direito brasileiro passou a ser responsabilizada, nos anos de 1980, por sua omissão quanto à problemática do racismo na estruturação da cultura jurídica. (GOMES, R.P., 2022, p. 97)

Sabendo que a incidência de tributos no Brasil tem como fundamento e essência a díade conveniência das elites e controle da subsistência dos pobres, foi por meio de um arcabouço normativo de fundo segregacionista que a tributação brasileira se fez. Por coerência, é através dessa mesma estrutura que se formam as propostas de reforma tributária aos moldes dos interesses das elites. Ou seja, independentemente das recomendações de auditores fiscais ou de organismos internacionais, a exemplo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as mudanças só se instauram se não houver risco de redução dos privilégios dos mais abastados.

Desde o final do século XX, houve muitas propostas de reforma, como ainda há, que buscam dirimir a problemática da complexidade e da sobreposição dos impostos sobre consumo. Às vésperas do presente século, por exemplo, esteve em tramitação uma proposta que buscava unificar os impostos estaduais e federais sobre o consumo, buscando um imposto único equivalente ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA), existente há décadas na Europa.

O ponto mais polêmico da proposta de reforma em processo de tramitação está relacionado com a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como um tributo da Federação, com legislação de abrangência nacional, arrecadação e administração a cargo dos Estados, com receita compartilhada entre Estados e União. Esse IVA substituiria os ICMS estaduais, que possuem 27 legislações diferentes, os ISSs municipais e os tributos federais: IPI, CPMF, Cofins, PIS/Pasep e CSLL. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 302)

Essa pauta, de patente relevância para a simplificação do sistema, encontrava o impasse de não haver um consenso de como seria efetivada a distribuição da receita entre os entes federados. Enquanto isso, em patente prejuízo à arrecadação global, a “guerra fiscal” entre os entes federados se prolonga.

Para complicar este quadro repleto de problemas, a maioria dos Estados brasileiros, nos últimos anos, passou a praticar a chamada “guerra fiscal”, abrindo mão de impostos em favor de grupos empresariais, com a justificativa de atrair investimentos industriais, sem considerar os prejuízos causados à população e os efeitos perversos

de uma concorrência predatória entre empresas de um mesmo ramo da produção. É fácil perceber que se trata de uma guerra sem vencedores, exceto os grupos beneficiados, que usam os mecanismos oferecidos por essa guerra para reduzir custos privados de produção às expensas do Estado e da sociedade. (AMED; NEGREIROS, 2000, p. 18)

Atualmente tramitam no Legislativo duas Propostas de Emenda Constitucional (PEC 45/19 e PEC 110/19) para a criação de um imposto unificado, equivalente ao IVA, chamado de Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS).

Por mais que a unificação não afete substancialmente os interesses das elites, a ideia de uma mudança possui um relevante impacto no funcionamento das receitas dos estados e da relação entre os entes, podendo ser este um caminho para a redução das desigualdades regionais. Por isso, no subgrupo das elites, a resistência à implementação da proposta é reflexo do medo de haver redução dos privilégios regionais, os quais perfazem manifesta desobediência ao artigo 3º, III, da Constituição.

Mas, ao tratar das propostas atuais de reforma, pouco se comenta sobre a necessidade de mudar a composição do sistema tributário, buscando aumentar a incidência dos impostos diretos, como meio de reduzir a arrecadação mediante tributação indireta. Assim,:

Vale notar que nenhuma das reformas tributárias que têm sido discutidas com maior notoriedade na agenda pública propõem uma estratégia conjunta que caracterize uma reforma verdadeiramente ampla, isto é, que combine modificações na tributação da renda e do consumo, conjuntamente. Este estudo não analisa e não propõe nenhuma reforma e nem tem essa intenção, mas procura contribuir trazendo subsídios para que essas duas partes que configuram o todo da tributação sejam pensadas em conjunto, de forma a amplificar os efeitos distributivos de uma potencial reforma e fazer com que o sistema tributário seja um mecanismo de justiça, não o contrário.

Vale ponderar que outros desenhos de modificações nessas duas esferas da tributação podem ser pensados, inclusive com maior potencial redistributivo. Uma escolha criteriosa de bens e serviços que afetam mais a cesta de consumo dos mais pobres para absorverem maiores reduções de alíquotas poderia ser uma opção interessante de estudo. Ou mesmo um mecanismo de devolução de tributos sobre o consumo aos mais pobres, como uma espécie de transferência, a partir de uma maior tributação direta no topo da distribuição. Esse tipo de política, ao ser focalizada, poderia gerar impactos distributivos mais expressivos. (PIRES, 2022, p. 267)

Garantir o entendimento do quanto os contribuintes pagam de tributos ao consumir produtos e serviços é uma forma de viabilizar o exercício da cidadania; quando a população está alheia ao fato de que mais da metade dos salários mais baixos servem para pagar impostos indiretos, o direito de reivindicar diretamente pela justiça tributária é tolhido, por conta desta ausência de informação. Ademais, a simplificação e a maior transparência na incidência de um imposto único sobre o consumo facilitariam reduzir a carga de impostos indiretos, desonerando os menores rendimentos, e possibilitando aplicar a seletividade tributária com eficácia.

A seletividade se presta para a concretização do princípio da capacidade contributiva ao implicar tributação mais pesada de produtos ou serviços supérfluos e, portanto, acessíveis a pessoas com maior riqueza. Certo é, em regra, que os produtos essenciais

são consumidos por toda a população e que os produtos supérfluos são consumidos apenas por aqueles que, já tendo satisfeito suas necessidades essenciais, dispõem de recursos adicionais para tanto. A essencialidade do produto, portanto, realmente constitui critério para diferenciação das alíquotas que acaba implicando homenagem ao princípio da capacidade contributiva. Para FÁBIO CANAZARO, a essencialidade que orienta a seletividade constitui princípio promotor da igualdade, na medida em que esta exige “tratamento equânime para contribuintes que possuam a mesma capacidade para suportar o encargo fiscal” e “tratamento diverso para contribuintes com capacidades diversas” (PAULSEN, 2020, p. 226)

Esta homenagem ao princípio da capacidade contributiva deve vir de todos os tributos, como forma de garantir a aplicação dos princípios constitucionais mais caros. A busca pela equidade social, além de ser um mandamento constitucional, perfaz a força motriz do Estado Democrático de Direito, uma vez que viabiliza a dignidade e a cidadania plena de todos os cidadãos.

Aplicar a seletividade é também uma forma de progressividade fiscal, só que aplicada ao consumo. Explico. Se na técnica da progressividade é a base de cálculo – rendimento ou patrimônio – que indica que deve haver o aumento da taxa do imposto, na seletividade é o tipo de produto que indica qual consumidor possui maior ou menor capacidade contributiva. Por isso, igualmente explana Paulsen (2020, p. 102), que:

Tanto a progressividade como a seletividade (considerada na perspectiva dos seus conteúdos materiais de seleção, em que predomina a essencialidade) podem ser consideradas subprincípios da capacidade contributiva, conforme destaca o professor RICARDO LOBO TORRES. Mas vale destacar que FÁBIO CANAZARO opta por dar à essencialidade autonomia adiante da capacidade contributiva, considerando a própria essencialidade como subprincípio da igualdade. Afirma: “A essencialidade tributária é princípio. É norma que orienta o intérprete na promoção da igualdade, no que tange à distribuição do ônus nos impostos sobre o consumo”. O princípio da capacidade contributiva tem papel extremamente importante, ainda, na adequada interpretação das bases econômicas dadas à tributação e da própria norma tributária impositiva, particularmente quanto ao seu fato gerador e à sua base de cálculo.

Assim, para haver a progressividade tributária aplicada aos impostos indiretos, não é nos produtos essenciais que o erário deve arrecadar mais, devendo estes ser onerados a taxas bastante inferiores às dos produtos que compõem os hábitos de consumo dos que possuem maior capacidade contributiva. Mas como, há bastante tempo, no cotidiano dos brasileiros ocorre a inversão da lógica da capacidade contributiva, o peso maior da arrecadação vem dos impostos indiretos, sejam eles essenciais ou não. Resultado: ao invés de progressivo, o sistema fica vertiginosamente regressivo, como o é há décadas.

No Brasil, porém, até hoje, a atenção dos governos se tem concentrado quase só na aplicação do imposto indireto, sob a sua manifestação mais trivial, mais fácil e de resultados mais imediatos: os direitos de alfândega. E do imposto sobre a renda, por mais que se tenha falado, por mais que se lhe haja proclamado a conveniência e a moralidade, ainda não se curou em tentar a adaptação, que nossas circunstâncias permitem e as nossas necessidades reclamam. (Comissão de Reforma do Ministério

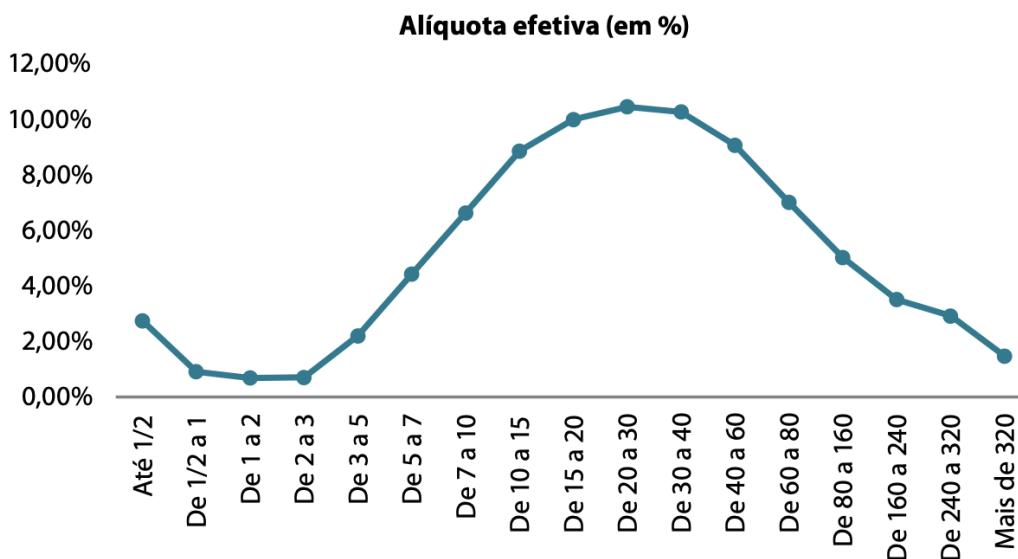
da Fazenda, *Evolução do Imposto de Renda no Brasil*, Rio de Janeiro, 1966, nº 25, p. 10 *apud* AMED; NEGREIROS, 2000, p. 252)

Demonstração clara da regressividade do sistema está no fato de que “o IRPF, da forma que está estruturado, é insuficiente para compensar a alta regressividade dos tributos indiretos, tendo sua capacidade redistributiva limitada, principalmente, pelo pequeno peso desse imposto na carga tributária total” (PIRES, 2022, p. 244). E que:

A predominância é dos impostos indiretos, especialmente daqueles que incidem sobre bens e serviços. Em 2019, da CTB [Carga Tributária Bruta] de 33,19% do PIB, 14,4% do PIB couberam aos tributos indiretos sobre bens e serviços; 9,2% à folha de salários; 7,5% aos tributos diretos sobre a renda, sendo o IRPF 3,1% do PIB; 1,6% sobre a propriedade e 0,6% sobre as transações financeiras. (PIRES, 2022, p. 246)

O resultado é que, no topo das faixas de rendimento, o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) fica regressivo. Ou seja, a partir de 20 a 30 salários mínimos de rendimento, existe um ponto de inflexão; então, os com maior capacidade contributiva contribuem gradativamente menos do que os das classes com rendimentos menores.

Gráfico 1 – **Características das declarações do imposto de renda de pessoa física (IRPF), por faixas de salário mínimo mensal, ano-calendário 2019**



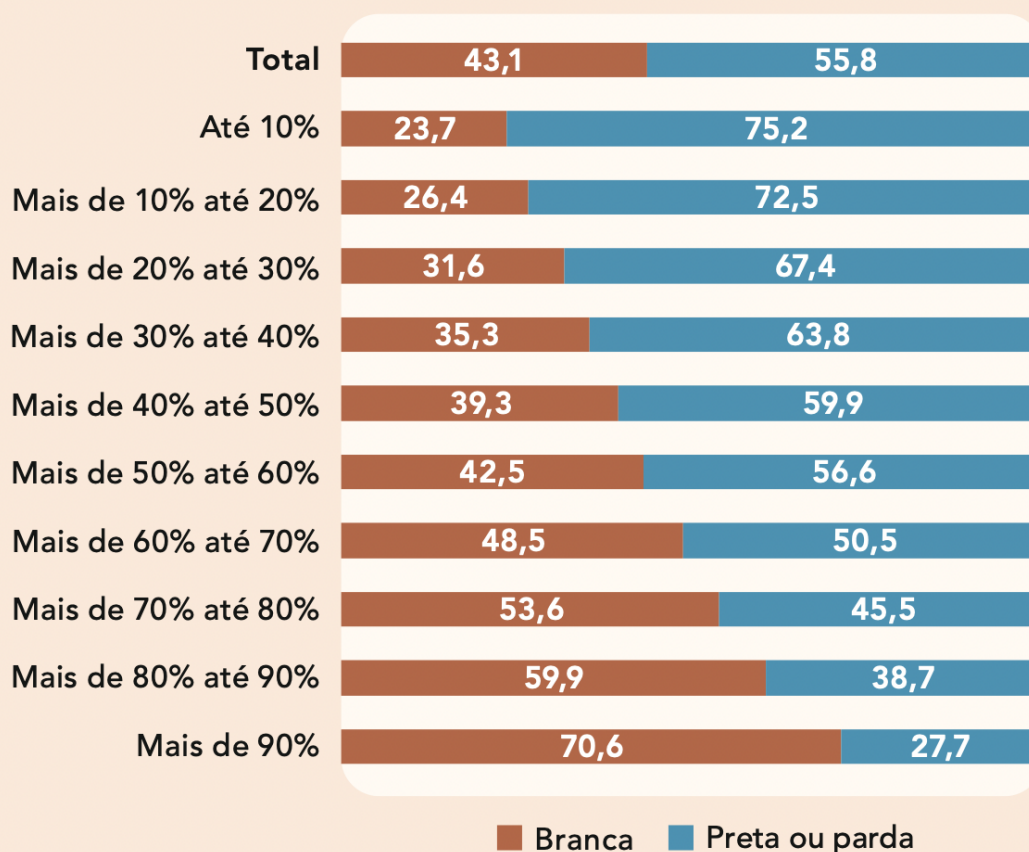
Fonte: PIRES, 2022, p. 248.

Portanto, considerando que a tributação indireta corresponde à maior parte da arrecadação e que a tributação direta não compensa a regressividade dos impostos indiretos – pelo contrário, como acontece com o IRPF que se torna regressivo a partir de um ponto, conforme explicitado no gráfico acima –, o sistema é ainda mais regressivo. Situação que, aliada ao fato de que a maior parte dos gastos federais é realizada no mercado financeiro e aos elevados

juros atuais, resta a conclusão de que o Estado brasileiro ainda atua pelo agravamento das desigualdades e favorecendo os mais ricos (MEDEIROS, 2015, p. 116).

Lançando mão de um olhar racializado para a tributação, verifica-se o quanto essas vias insidiosas de manter privilégios no Sistema Tributário Nacional afetam sobremaneira a vida da população negra, que segue como principal contribuinte da elevada cadeia de tributos indiretos. É preciso enxergar que os vencedores dessa e de outras guerras sociais são os beneficiários da branquitude, em prejuízo dos que menos têm capacidade contributiva; os quais, repito, são majoritariamente pessoas negras, conforme expõe o gráfico da distribuição racial por grupos de rendimentos reproduzido a seguir:

### **Distribuição da população segundo as classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita* (%)**



Fonte: IBGE, 2019.

A exemplo de muitas instituições que levantaram possíveis soluções para se ter uma tributação que busque a redução das desigualdades sociais – portanto antirracista –, o Oxford Committe for Famine Relief Brasil (Oxfam Brasil) indica os seguintes cinco pontos principais:

1. Simplificação e redução da tributação sobre o consumo.
2. Equidade no imposto de renda pessoa física com o fim da isenção de lucros e dividendos e maior distribuição das faixas de renda e alíquotas para tributação.
3. Equidade no imposto de renda pessoa jurídica para evitar que grandes empresas terminem pagando menos impostos que as pequenas e médias em razão do uso de diferentes regimes fiscais.
4. Aplicação do ITR – o “IPTU rural” – nas suas funções social e de preservação ambiental, além da sua capacidade arrecadatória de grandes propriedades.
5. Adoção do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) sobre o 0.1% de pessoas com maior riqueza acumulada no país. (TEIXEIRA, 2022)

Vale destacar, no que tange aos tributos indiretos, que a incidência destes precisa ser reduzida, tendo em vista a sua tendência à regressividade tributária que, ao contrário da progressividade, implica em cobrar relativamente mais impostos de quem ganha menos – o que tende a aumentar as desigualdades sociais e regionais. Nos casos em que, em tese, seja indispensável a sua aplicação, que haja a máxima seletividade possível – ou seja, que os produtos mais essenciais às necessidades básicas da população tenham carga tributária indireta baixa. Nesse sentido, pontua o jurista Henrique Napoleão Alves (2012), que:

Para que o Estado retome o seu compromisso com a equidade tributária e torne mais eficaz as suas ações voltadas à justiça social e à proteção dos mais pobres, a observância das seguintes diretrizes gerais impõe-se como necessária em qualquer debate sobre a reforma da legislação tributária: (i) diminuir, ao máximo, o peso da carga tributária indireta; (ii) conferir, à incidência tributária direta, a maior progressividade possível; (iii) conferir, à incidência tributária indireta, a maior seletividade (em função da essencialidade dos produtos) possível.

No caso específico dos impactos sociais dos impostos indiretos, incumbe ao Estado observar os seus efeitos extrafiscais também quando eles não são pretendidos. Porque, mesmo que com fins eminentemente arrecadatórios, é preciso verificar se existe uma cobrança no sentido de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Caso contrário, tratar-se-á de tributação na contramão dos objetivos constitucionais.

Com o intuito de demonstrar o quanto a composição tributária impacta a vida dos contribuintes e a economia, um grupo de pesquisadores fez uma simulação alterando a incidência de impostos indiretos e diretos. Os resultados indicaram que:

uma maior participação de tributos diretos, que levam em conta a capacidade de pagamento dos contribuintes, associada a uma menor participação dos tributos sobre o consumo das famílias, que tributa igual desiguais, com efeito neutro na magnitude da carga tributária total, teria efeitos de redução da desigualdade no país. (PIRES, 2022, p. 262)

Neste estudo, apenas ao simular a redução dos impostos indiretos mediante a implementação do imposto sobre lucros e dividendos – isentos há mais de 25 anos, por força

da lei nº 9.249/95, conforme ora mencionado – com alíquotas de 15% e 20%, verificou-se a redução do Coeficiente de Gini<sup>41</sup>, tornando a sociedade menos desigual, assim como um impacto positivo no mercado de consumo, com um beneficiamento econômico para os produtos de primeira necessidade (PIRES, 2022, p.262 a 265).

Mediante os dados, que corroboram o quanto a progressividade tributária impacta na redução das desigualdades sociais e contribui para a melhoria na qualidade dos estratos mais pobres da sociedade, foi observado igualmente que:

São muitos os problemas do sistema tributário brasileiro, sendo premente uma reforma tributária justa que atue sobre diversos aspectos do sistema, mas que prime por maior justiça social, de modo que a tributação possa ser utilizada como instrumento de mitigação das nossas profundas desigualdades sociais e não como reforçadora dessa condição. Os resultados deste estudo sugerem que uma modificação na composição da carga tributária pode ser uma agenda de política pública importante, com efeitos distributivos. Sugerem também que, em um contexto de restrição fiscal e demandas sociais crescentes e urgentes, mais importante do que discutir potenciais reduções da carga tributária, seria discutir uma mudança adequada e ponderada em sua composição. (PIRES, 2022, p. 266)

Buscar mudanças na tributação para alcançar melhorias sociais e econômicas perfaz, portanto, um objetivo lógico, voltado para maior arrecadação fundada na justiça fiscal. Tanto é assim que, há décadas, desde a última redemocratização, as soluções estão postas.

Além da dificuldade de entendimento entre as autoridades públicas, o consultor Amir Khair acrescenta que grupos de interesse dificultam mudanças no sistema. “Houve várias tentativas de reforma tributária desde 1988. Discute-se sempre sobre quem vai ficar com os recursos, mas nunca sobre quem é que pagará a conta”, diz ele, que foi secretário de Finanças da prefeitura de São Paulo (1989-92).

Para Orair, do Ipea, a conta deve ser paga pelas camadas de maior renda da população, através de reformas rumo a uma maior progressividade. O economista defende como fundamental o retorno da tributação sobre lucros e dividendos, aumentando o poder distributivo do sistema tributário.

Sem isso, ele calcula que a “pura e simples” criação de alíquotas adicionais do imposto de renda da pessoa física não atingiria os mesmos resultados em termos de progressividade e igualdade. “Muitos defendem que, para tributar as pessoas físicas, basta aumentar as alíquotas, mas dois terços da renda dos milionários simplesmente não são tributados na pessoa física, pois chegam via lucros e dividendos”, diz. (GOMES, M., 2016)

Então, por que a reforma em prol da arrecadação e da justiça fiscal nunca se efetivou? Bem, se colocarmos as lentes racializadas sobre a tributação brasileira, veremos que a resposta é mais simples do que parece: a exploração da mão de obra pretérita prossegue, em outros moldes, mas com a mesma essência. Da mesma forma que se tinha noção, à época, de que o erário era suportado pela dinâmica escravocrata, hoje está evidente que a opção do Estado é que os mesmos negros e negras prossigam, com o seu trabalho desproporcionalmente explorado

---

<sup>41</sup> O Coeficiente de Gini, que mede as desigualdades sociais de uma dada população, é um indicativo do quanto a sociedade é igualitária (valor mais próximo de zero) ou desigual (mais próximo de 1).

pelos donos do capital e dos meios de produção, contribuindo sobremodo com as receitas do Estado.

Portanto, é preciso valer-se de outros campos de conhecimentos e de fontes externas ao direito como forma de desenvolver o estudo das relações raciais no direito, tendo em vista que:

A construção de uma crítica transdisciplinar sobre o direito tem como suporte nas pesquisas: i) a historicização dos estudos raciais no Brasil, com destaque às obras do campo sociológico, antropológico e historiográfico; ii) o manejo de discursos oficiais que fundamentaram a construção da nacionalidade, associados à produção literária e jornalística; iii) a análise racializada dos aparatos normativos no período escravista e no pós-abolição – constituições e legislações civis, penais e administrativas; iv) e a mobilização de fontes que dimensionem a memória jurídica da população negra, dentre as quais, as histórias de vida, a oralidade e os registros pessoais. (NUNES, 2022, p. 100)

Por conseguinte, e ao observar criticamente a história do Brasil, verifica-se que é indispensável que o Estado se proponha a ajustar as contas com os despossuídos, cujos antepassados, ironicamente, construíram as bases da nação brasileira.

Ancorando-se novamente na psicologia social ao tratar da branquitude, não se pode perder de vista o quanto o silêncio, em especial no âmbito das instituições públicas, possui o poder comissivo de excluir e reforçar as desigualdades, quando se está diante de uma situação posta de extrema assimetria entre os cidadãos.

Para Orlandi (1995), a proposta que melhor define a análise de discurso é a que a entende como um programa de leitura específica: a que vê em todo texto a presença de um outro texto necessariamente excluído, mas que o constitui. Ou seja, se tencionamos compreender um discurso, devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala”. O silêncio não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras. Desta forma, a ideologia está em pleno funcionamento no que obrigatoriamente se silencia. Assim, quando destacamos que branquitude é território do silêncio, da negação, da interdição, da neutralidade, do medo, do privilégio, enfatizamos que trata-se de uma dimensão ideológica, no sentido mais pleno da ideologia: com sangue, calor, entusiasmo, veneração, porta-voz, emblemas, iconografia, com seus santos e seus heróis. E igualmente nas falsas representações, nas armadilhas em que todos caem e se debatem, na ânsia de sair justamente do calor e do sangue com os quais temos de viver cotidianamente. (BENTO, 2002, p. 167)

Por isso que todos nós, independentemente da raça, precisamos despertar para a urgência antirracista e não-excludente que temos atualmente no que tange ao sistema tributário brasileiro; o qual, há bastante tempo, encontra-se em estado de coisas inconstitucional. E é inconstitucional porque é racista e, por ser racista, é inconstitucional. De uma forma ou de outra, este ciclo precisa acabar.

### 4.3 POR UM SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL DEMOCRÁTICO, NÃO-EXCLUDENTE E ANTIRRACISTA

Tratar da verdade dos fatos e usar adequadamente das palavras são indispensáveis para a construção da nossa realidade presente e futura. Quando refletimos acerca da situação das pessoas negras no Brasil, fica evidente que se trata de um processo histórico de exclusões reiteradas e deliberadas.

As desigualdades raciais e o racismo são as maiores sequelas do plano de extermínio da negritude brasileira. Por isso, não estamos diante de uma fatalidade, na qual, por acaso, as condições de vida mais precárias têm cor. A negação de oportunidades materiais dignas é um processo ativo, não é condição estática, e é preciso estabelecer as mudanças para acabar com este quadro. Por conseguinte, não cabe dizer que é preciso incluir essas pessoas; o que se faz necessário é justamente deixar de excluir. Assim, implementar uma tributação que deixe de ser inconstitucional e que não seja regressiva não é inclusão: é, na verdade, não-exclusão.

O processo ativo de cercear a subsistência e a cidadania plena das pessoas negras com o objetivo de controlá-las ou eliminá-las perfaz exclusão deliberada e inconstitucional, que precisa cessar; da mesma forma que a baixa tributação reservada às elites como forma de perpetuar privilégios seculares não se sustenta em um Estado democrático de direito, sob a Constituição Cidadã.

Por ser uma questão que antecede a tributação, vale reforçar – como foi mencionado ao longo do texto – que existe um orçamento de castas no Brasil. Consequentemente, para custear esta elite que se beneficia sobremaneira do erário, é preciso sempre reduzir a política do Estado de bem-estar social, com o mister de não precisar aumentar as verbas públicas que a subsidiam. No plano normativo, a solução usual para a implementação deste modelo de orçamento iníquo é a existência recorrente de dispositivos orçamentários voltados para resultado primário, sempre com um mister de garantir que este seja superavitário<sup>42</sup>.

E, nesse processo, a Carta Magna é recorrentemente submetida a uma erosão, no que tange aos direitos fundamentais, como saúde e educação, resultando em desproteção para os cidadãos mais vulneráveis. Eis que a precarização do trabalho e o aumento da informalidade impactam a sociedade globalmente, comprometendo inclusive a Previdência Social. Acerca do comprometimento da estrutura da Seguridade Social, cabe mencionar que a Desvinculação das Receitas da União (DRU) é igualmente uma forma de erosão fiscal do orçamento da Seguridade

---

<sup>42</sup> Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros – portanto a meta deste resultado, que guia a agenda política nacional, é garantir recursos para pagar os juros da dívida pública, ainda que signifique deixar de fazer investimentos públicos essenciais.

Social, mediante esvaziamento do tripé assistência social, previdência e saúde. Assim, sem a pretensão de esgotar a problemática das despesas financeiras, fica a reflexão de que existe um problema em aberto – o qual está intimamente ligado à tributação, já que o congelamento das despesas primárias significa prescindir voltar-se para soluções que efetivem a eficiência e a equidade fiscais; então a liderança estatal na mobilização de recursos com base no princípio da capacidade contributiva recua, deixando de aplicar a política fiscal que seria compatível com o mandamento do artigo 3º da Constituição.

Por isso que o Sistema Tributário está em constante disputa, e muito do que há de iníquo e inconstitucional é resultado da vitória das elites usurárias, que não querem ser chamadas a contribuir com o erário, do qual tanto se beneficiam, tanto legal quanto ilegalmente.

Inevitavelmente, a mudança deste panorama perpassa também pela revisão das regras tributárias, como forma de não mais premiar mais os maus pagadores – mediante o atual sistema tácito de “sonegação premiada” –, bem como findar os desvios, que subsistem na aplicação irrestrita do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e em renúncias fiscais contrárias ao interesse da administração pública. Em última instância, o mínimo esperado é a aplicação do artigo 14 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual determina que a concessão de benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Em suma, cabe às instituições do Estado, que são agentes de transformação social por excelência, mensurar os efeitos extrafiscais da configuração tributária adotada e colocarem em marcha um amplo processo de não-exclusão, o qual necessariamente inclui a justiça fiscal e a redução das desigualdades sociorraciais, nos termos do artigo 3º da Constituição.

A atuação jurídica que serviu à branquitude, mediante viabilização de acúmulos geracionais de riquezas e poder, precisa ser o instrumento de mudança, garantindo a igualdade material entre todos os cidadãos. Negar a existência do racismo nunca foi a solução para resolvê-lo, então não é aceitável fechar os olhos para o racismo no direito; é preciso agir para que as normas não perpetuem o problema.

Nas palavras de Florestan Fernandes, o brasileiro teria “uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito”, uma vez que preferia negar a reconhecer e atuar. Foi também Fernandes quem chamou a já velhusca história das três raças de “mito da democracia racial”, revalidando, ao mesmo tempo, a força de tal narrativa e as falácias de sua formulação. O golpe de misericórdia foi dado pelo ativismo negro, que, a partir do fim da década de 1970, mostrou a perversão desse tipo de discurso oficial, o qual tinha a potencialidade de driblar a força dos movimentos sociais que lutavam por real igualdade e inclusão. Mas, apesar dos esforços, mais de um século depois a imagem da mistura das águas continuava a ter impacto no Brasil e soava como realidade! (SCHWARCZ, 2019, p. 13)

Para atuarmos contra os desdobramentos provocados por este mito, a busca pela equidade racial deve dar a tônica da prática e dos estudos jurídicos em todos os ramos. Urge que o estudo do racismo e das relações raciais componha o repertório essencial da formação jurídica no Brasil, assim como esta disciplina precisa dialogar com os ramos que, até então, têm se mantido silentes e relativamente alheios a esta profunda problemática; como seguramente é o caso do direito tributário.

É fundamental enfrentar as normas tributárias que impedem, tanto direta quanto indiretamente, a viabilidade da igualdade sociorracial. Com fundamento na Constituição Federal, o Sistema Tributário Nacional se mostra como um meio idôneo de reduzir a concentração de riquezas existente no Brasil. Mediante a efetivação da justiça tributária, e de uma consequente política redistributiva, o Estado contribuiria com a inclusão social das populações cujo excesso de pobreza as priva de exercer a cidadania plena e viver com dignidade. Trata-se de um desdobramento que ancora a justiça racial.

Nesse sentido, a noção de justiça racial que a cultura jurídica da diáspora negra nos oferece têm como premissas: i) o entendimento de que legalidade e a ilegalidade tem sido no sistema de direito brasileiro um privilégio branco, portanto, é fundamental o desencobrimento do aparato racial desta ordem jurídica; ii) a repactuação da democracia compreende o reconhecimento do genocídio como resultado do atual regime político-jurídico, para que a mediação política da população negra não configure mera retenção à violência racial e sexista legitimada pelo direito; iii) a memória jurídica da diáspora negra é uma agenda composta por registros do passado e experiências do presente, articuladas para reconciliação da negritude à subjetividade, enquanto tradução radical de um projeto, a vida negra (PRUDENTE, 1980; BERTÚLIO, 1989; FLAUZINA, 2006; CONCEIÇÃO, 2009; 2014; PIRES, 2019 *apud* GOMES, R.P., 2022, p. 113 e 114)

Ou seja, o racismo é a razão pela qual falta a adequação da incidência dos tributos em consonância com a redução das desigualdades – portanto, inconstitucional – e, pelo fato da incidência tributária não combater as desigualdades, o racismo e os danos deste perduram, visto que este combate perpassa necessariamente pela adoção de uma política universalista de redistribuição de riquezas, sobre a qual o direito tributário possui expressiva ingerência, pois:

Se o direito é produzido pelas instituições, as quais são resultantes das lutas pelo poder na sociedade, as leis são uma extensão do poder político do grupo que detém o poder institucional. O direito, nesse caso, é meio e não fim; o direito é uma tecnologia de controle social utilizada para a consecução de objetivos políticos e para a correção do funcionamento institucional, como o combate ao racismo por meio de ações afirmativas, por exemplo. (ALMEIDA, 2019, posição 1338-1341)

Ademais, vale pontuar que urge enfim resolver o problema da crescente concentração de patrimônio e renda – sendo uma das principais causas a política tributária atual –, a qual sabotaria qualquer política pública voltada para a redistribuição de riquezas. Essa questão só se agrava por força da conjuntura estatal de poder que trabalha em prol da perpetuação dos privilégios de parcela minoritária da sociedade.

O elo de todos os pontos, conforme exposto nos capítulos anteriores, está no fato de que a tributação brasileira surgiu com a função precípua de controlar e dominar indivíduos racialmente marcados, não cabendo ela às elites brasileiras. Tendo em vista que a mudança precisa se estabelecer, então que seja gradualmente, alterando os sistemas que operam na contramão da redução das desigualdades, pois:

Como ninguém deseja passar por choques violentos, cabe ao Brasil então o desafio de inventar uma receita inédita caso a redução da desigualdade para níveis moderados seja realmente uma prioridade política. Como o traço distintivo de nossa distribuição de renda é a concentração no topo, isso só poderá ocorrer se, em algum momento, políticas redistributivas forem capazes de impor perdas absolutas ou relativas aos mais ricos. (SOUZA, 2016, p. 326)

Este movimento gradual seria um caminho de evitar rupturas ou revoltas populares, como tem sido bastante comum ao longo da história do País. Com a perda de acúmulo no topo da pirâmide, mediante uma tributação realmente progressiva, tornar-se-ia viável reduzir a carga tributária na base, aplicando o princípio da capacidade contributiva como deve ser. A aplicação atual deste princípio às avessas é reflexo de uma classe alta autoritária, que nunca foi instada a contribuir adequadamente com a nação, e a branquitude é o aporte que deu e ainda dá ares de normalidade a esta distorção inconstitucional. Nesse contexto às avessas, os privilégios dos brancos viram direitos e os direitos dos negros são vistos como benesses.

Já a tecnologia de poder que assegura a normalidade do *apartheid* à brasileira, em que tacitamente se estabeleceram na sociedade os “lugares dos brancos” e os “lugares de pretos”, é o racismo. Não se pode perder de vista que o racismo, ao longo da história, tem se estabelecido como uma dinâmica que orienta o pensamento e a prática do direito no Brasil.

Desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República, temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por políticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência. A despeito de vivenciarmos, desde 1988, e com a promulgação da Constituição Cidadã, o mais extenso período de vigência de um estado de direito e de uma democracia no Brasil republicano, não logramos diminuir nossa desigualdade, combater o racismo institucional e estrutural contra negros e indígenas, erradicar as práticas de violência de gênero. Nosso presente anda, mesmo, cheio de passado, e a história não serve como prêmio de consolação. No entanto, é importante enfrentar o tempo presente, até porque não é de hoje que voltamos ao passado acompanhados das perguntas que forjamos na nossa atualidade. (SCHWARCZ, 2019, p. 19)

Por isso que, em que pese seja indispensável partirmos da Carta Magna para estabelecermos os próximos passos, não pode haver o apagamento dos impactos do racismo no campo jurídico, devendo ser revisitada a cadeia sociológica e legislativa que embasou e ainda embasa os nossos sistemas institucionais.

Olhando para o contexto atual, podemos dizer que as diretrizes e os princípios dados pela Constituição Federal são suficientes para que o Sistema Tributário Nacional se estruture a

serviço do princípio da capacidade contributiva, aplicando-se técnicas e tributos voltados para a redução das desigualdades. Porém, se os desígnios das elites infiltradas na esfera pública ainda impedem que a legislação tributária esteja em consonância com fundamentos e princípios norteadores da eficiência arrecadatória, e ainda operando em sentido oposto ao que determina a nossa Carta Magna, então é dever das instituições jurisdicionais agirem, porquanto:

A lei fundamental não confere ao legislador nenhuma procuração em branco para leis de conteúdo arbitrário. Ela vincula o poder da maioria democrático-parlamentarista aos direitos fundamentais, transformando a Democracia ao mesmo tempo em Estado de Direito. Impedir uma legislação, que abandone os limites do Direito, nomeadamente os princípios da Justiça do caso concreto [*Prinzipien der Sachgerechtigkeit*], de modo injustificável, é tarefa do Tribunal Constitucional Federal. O Tribunal Constitucional Federal é também o guardião da moral impositiva [*Bestimmungsmoral*], o vigilante dessa moral. O quanto intensivamente tutele sua tarefa de proteção ou vigilância depende de sua opção pelo *judicial self-restraint* ou *judicial activism*. (TIPKE, 2012, p.89)

Quando todos os poderes do Estado falham em tutelar, ainda que de forma moderada, o que prevê a Constituição Federal – especialmente no que concerne aos princípios fundamentais –, é sinal de que existe uma questão se sobrepondo ao pacto constitucional. Se temos no Sistema Tributário Nacional um guardião silencioso da branquitude brasileira, é preciso ser questionado qual é o pacto que tem verdadeiramente orientado a atuação do Estado ao tributar.

Acerca deste aspecto, cabe revisitar o que a psicóloga social, Maria Aparecida da Silva Bento, define como pacto narcísico da branquitude no poder público. Se a branquitude é “um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade” (BENTO, 2002, p. 7), então os seus beneficiários, em nome deste pacto tácito, negam o problema do racismo, eximindo-se da responsabilidade, e reforçam os ciclos de exclusão, sob a tutela das instituições públicas.

Ainda que alguns estudos em tributação tangenciem a problemática das desigualdades raciais, o que predomina é a ausência de questionamentos que deem conta de incluir as relações raciais no direito tributário.

O que se pode observar é que, na questão racial brasileira, não é coincidência o fato de que os estudos se refiram ao “problema do negro brasileiro”, sendo por tanto sempre unilaterais.

Ou bem se nega a discriminação racial e em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o “negro” aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios.

Assim, não é à toa que mesmo os pesquisadores mais progressistas não percebam a si mesmos nem ao seu grupo racial, implicados num processo indiscutivelmente relacional. Não é por acaso a referência apenas a problemas do outro, o negro,

considerado diferente, específico em contraposição ao humano universal, o branco. (BENTO, 2002, p. 46)

Como o resultado mais tangível da branquitude é a manutenção sistemática dos privilégios materiais, o Sistema Tributário Nacional tem sido guardião destes privilégios e, por conseguinte, da branquitude. Aliado às prioridades alocativas explicitamente em prol das elites, o que antecede a tributação – conforme restou explícito com o corte drástico nas despesas primárias feito pela Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>43</sup> –, o custo financeiro e social que esta dinâmica tem, em especial na subsistência da maioria da população, é altíssimo. Como existem intensos conflitos distributivos, no que tange às escolhas alocativas, é fundamental viabilizar uma gestão da dívida pública mais equitativa, sem perder de vista o papel constitucional do Estado e as necessidades prementes da maioria da população, o que implica igualmente, conforme ora mencionado, discutir as despesas financeiras.

No que tange ao aspecto macroeconômico, claro que é preciso controlar a inflação, mas é irracional fazê-lo sem o estudo cuidadoso e verdadeiramente econômico – e não político – do que a causou. Por isso, nada justifica comprometer o papel do Estado como garantidor de políticas públicas amplas e fundamentais sob o pretexto de conter a inflação, até porque se a intervenção governamental – ao investir no aumento do consumo privado e aplicar políticas redistributivas<sup>44</sup> – tem como objetivo atingir o pleno emprego<sup>45</sup>, mas é freada um pouco antes da demanda efetiva ultrapassar a marca de pleno emprego, não há necessidade de ter medo da inflação (KALECKI, 1943).

Voltando-se para o estudo do contribuinte, é de se estranhar que os tributaristas teorizem as questões referentes às inconstitucionalidades tributárias presentes de forma completamente alienada da história e da herança da escravidão brasileira. Ou, quando problematizam as questões referentes a estes indivíduos, o limite do senso crítico é tratar da pobreza, concluindo que a tributação, mediante o predomínio dos impostos indiretos, reforça-a. Porém, pouco se

---

<sup>43</sup> Na prática, a forma que o Estado maneja a taxa de juros remunera de forma invisibilizada e ilimitada a riqueza subtributada da elite. Portanto, se antes a elite foi remunerada pelos frutos do regime escravocrata, hoje, mediante um orçamento igualmente escravista, essa mesma elite segue se beneficiando dos juros.

<sup>44</sup> Michael Kalecki traz o aumento dos gastos públicos como uma forma de atingir o pleno emprego ao expor que: “Or, alternatively, the Government would increase mass consumption by granting family allowances, old-age pensions, etc., by reducing indirect taxation, and by subsidizing the prices of necessities. In either case the additional expenditure (or the fall in revenue) would be financed without increasing the existing taxes so that the rise in public investment and subsidized consumption would not be offset by the fall in private investment and unsubsidized consumption; the resulting budget deficit will have the same repercussions upon employment as a rise in private investment with a balanced budget”. (KALECKI, 1945, p.88)

<sup>45</sup> O pleno emprego é o conceito que indica a utilização da capacidade máxima de produção de uma sociedade, capital e trabalho, em uma situação de equilíbrio entre a oferta e a procura.

discute em matéria tributária a interseccionalidade que se desdobra a partir da problemática da desigualdade social. Tanto a origem quanto as consequências das distorções tributárias verificadas, que reforçam as desigualdades sociais, possuem o elemento racial; as desigualdades raciais e sociais no Brasil são problemas sobrepostos.

Mesmo setores considerados progressistas, que defendem ideais mais democráticos e empreendem ações para combater a pobreza e a exclusão, não escapam ao embaraço quando se deparam com a dimensão racial do problema. Na maioria das vezes, reconhecem as desigualdades e atribuem-nas a um passado de escravidão, do qual os brancos parecem ter estado ausentes, uma vez que não falam de um legado do grupo branco mas, apenas do grupo negro. Não raro ouvimos importantes personalidades públicas, pessoas bem reputadas e informadas (tais atributos poderiam permitir a interpretação de que em algum momento de suas vidas, teriam tido acesso à informação da existência de um problema de natureza racial na sociedade brasileira) insistirem na argumentação de que trata-se de um problema de classe, de pobreza. (BENTO, 2002, p. 1)

Quem está na pobreza no Brasil majoritariamente faz parte da população negra; mas as vítimas do racismo no Brasil não são exclusivamente pessoas pobres. Por isso a necessidade da sobreposição das políticas públicas objetivando extinguir as desigualdades sociorraciais; ou seja, o foco é libertar a população negra tanto da pobreza endêmica quanto do racismo.

No outro lado, a concentração de poder, rendimentos e patrimônios igualmente tem cor. Por isso que, ao aplicar as ferramentas estatais que reduzem a disponibilidade financeira dos mais ricos, estamos combatendo a branquitude e todos os efeitos nefastos que ela tem sobre a nossa democracia.

Se, ao aplicar políticas redistributivas, os negros são os que mais se beneficiam – uma vez que a pobreza no Brasil também tem cor –, então esta é uma forma indireta de política de ação afirmativa, com o intuito de reduzir as desigualdades sociorraciais. Enquanto que, ao aplicar políticas de ação afirmativa diretas, que buscam incluir pessoas negras nas esferas de poder, de oportunidade e de decisão, estamos diante de uma forma de enfrentamento ao racismo e aos seus efeitos excludentes.

O século XXI iniciou-se presenciando um patamar inédito de reconhecimento, por largas parcelas da população, de que a sociedade brasileira convive com o racismo. A persistente leitura das desigualdades raciais como resultado da pobreza, do acúmulo de carências da população negra e de seu despreparo para participar do mercado de trabalho moderno, havia se consolidado gradativamente no país, mas começava a ser contestada. Longe de meras heranças acumuladas, as desigualdades raciais brasileiras passaram a ser amplamente reconhecidas como sendo legitimadas pelo racismo (difuso ou ativo), e como sendo influenciadas por mecanismos ativos de discriminação racial. (THEODORO, 2014, p. 210)

Por serem problemas sobrepostos, são necessárias ações sobrepostas: por um lado, combatendo as desigualdades sociorraciais e a pobreza, e, concomitantemente, instaurando medidas que ataquem o racismo. Para o fim das desigualdades sociorraciais é preciso tratar os

problemas sobrepostos da extrema desigualdade social juntamente com o combate aos mecanismos sociais e institucionais que reforçam os ciclos do racismo. Dentre esses problemas, cabe asseverar, estão as distorções que permeiam o Sistema Tributário brasileiro.

Tais dados permitem distinguir os diversos processos que sustentam a reprodução da desigualdade no contexto da dinâmica de produção e reprodução da desigualdade social e racial brasileira. A ausência de negros em postos de chefia e direção, seja no governo, seja na iniciativa privada, nos altos postos das instituições de hierarquias mais formalizadas, como Forças Armadas, Igreja, área de Relações Exteriores, compõe um mosaico característico do Brasil.

Aos negros, no Brasil, o legado da pobreza e o lugar cativo nos estratos sociais inferiores. As penas mais pesadas no Judiciário, o maior assédio policial, a absoluta falta de oportunidades de ascensão social. Todo esse processo tem como elemento fulcral a existência do racismo. O racismo como relação social que molda e determina o perfil da sociedade brasileira. O racismo e seus desdobramentos, na forma da discriminação e do preconceito devem ser o alvo principal não apenas das políticas de promoção da igualdade racial, como de resto, da toda política social brasileira. (THEODORO, 2014, p. 214)

No que concerne ao alcance das políticas de ação afirmativa pela tributação, além das previsões constitucionais que determinam o caminho a ser adotado, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288 de 2010) implementa as diretrizes para a efetivação da igualdade racial. Em sendo uma norma abrangente, a qual determina caber ao Estado atuar amplamente para pôr termo às exclusões que acometem a população negra brasileira, este diploma legal específico dispõe que:

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;

IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada; [...]

Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.

No que tange à tributação, fica evidente que são necessários ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação e às desigualdades institucionais, uma vez que, da forma como está desenhado o sistema, ela só agrava a problemática das desigualdades.

Mediante observação sociológica e histórica, é igualmente patente que, com a correção da tributação – para que esta atue constitucionalmente em prol da redução das desigualdades, ao invés de reforçá-las –, está um meio idôneo de reparar as distorções e desigualdades sociais

e práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, tanto atualmente quanto durante o processo de formação do País. Por isso:

A perspectiva deve ser de que a Política de Igualdade Racial deve enfrentar as causas e não apenas as consequências dos fenômenos. Nesse sentido, o foco deve ser o enfrentamento do racismo notadamente em sua vertente do preconceito racial. Desse modo, seu principal instrumento de atuação se dá mediante a adoção das chamadas ações afirmativas. Trata-se de ações de cunho valorativo, políticas de cotas, além de arranjos institucionais cujo objetivo é a reversão de estereótipos. As ações afirmativas combatem diretamente o preconceito, a faceta mais perversa do racismo. Esse é o campo de ação das Políticas de Igualdade Racial. (THEODORO, 2014, p. 216)

Dentro de um Estado de bem-estar social, existe a intenção perene de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, como forma de eliminar os outros problemas sociais advindos destes. Nos países que adotam de fato esse tipo de política de Estado, a tributação funciona como uma ferramenta de transferência de renda e de redução do acúmulo de rendimentos e propriedades.

No caso do Brasil, como a desigualdade social é igualmente racial, a efetivação desse tipo de política, juntamente com a adoção de práticas amplas e diretas de combate ao racismo, implica na redução das desigualdades sociais entre brancos e negros, perfazendo uma política de ação afirmativa nos moldes previstos pelo artigo 4º do Estatuto da Igualdade Racial. Aliar essas duas frentes – combate à pobreza e às desigualdades mais combate ao racismo – é uma medida indispensável para finalizar o ciclo que reforça as manifestações do racismo e amplia as desigualdades sociorraciais.

As políticas redistributivas universalistas precisam contar com uma tributação que coaduna com os objetivos de redução das desigualdades; da mesma forma que essas políticas universalistas de transferência de renda, no Brasil, precisam das medidas específicas e diretas de combate ao racismo, pois:

é importante distinguir o enfrentamento à pobreza do enfrentamento ao racismo. O preconceito e a discriminação racial aprofundam os mecanismos de sociais e econômicos de reprodução da pobreza. Mas se as duas agendas se cruzam e se interpenetram, precisam ser analisadas e operadas em suas especificidades. A pobreza se enfrenta – e se elimina – com crescimento econômico associado a políticas de distribuição da renda e de ativos (política de gradativo aumento real dos salários de base, reforma agrária e reforma tributária progressiva) e construção de um Estado Social de Bem-Estar. Os países que assim o fizeram, acabaram com a pobreza e a miséria.

A política para a população negra é, contudo, de outra natureza. Mas ela é fundamental para a eliminação da pobreza e o enfrentamento dos patamares insustentáveis de desigualdade social do Brasil. Em um país marcado por tão forte (ou expressiva) hierarquia racial, sem o combate ao racismo, não se conseguirá avançar substancialmente nas políticas redistributivas. Sem enfrentar o preconceito, a pobreza e os pobres vão continuar a fazer parte da paisagem, naturalizados, como integrantes subalternos de uma sociedade congenitamente desigual. É essa a dimensão de complementaridade face às políticas sociais clássicas que deve ser enfatizada como característica das Políticas de Igualdade Racial. Sem elas o Brasil não muda. (THEODORO, 2014, p. 216)

Portanto, essas duas agendas precisam ser analisadas e operadas em suas especificidades, estando a tributação inserida nas políticas universalistas de redistribuição de riquezas. Trata-se de dois problemas sobrepostos – racial e social –, então são necessárias duas soluções. As políticas de ação afirmativa diretas, a exemplo das cotas, fazem com que o negro ocupe lugares nas esferas de poder, mas a falta das políticas universalistas obsta que a população negra se equivalha financeiramente aos brancos. Isso ocorre também quando existem estas políticas, mas há disfunções institucionais que sabotam a transferência de renda promovida por elas – que é o caso do nosso Sistema Tributário Nacional, que resulta em uma tributação essencialmente regressiva.

Ao fim e ao cabo, é manifesto que essa falta de equivalência econômica e social entre brancos e negros não é mera coincidência, porquanto as elites do Brasil conhecem e enxergam o mundo que criaram e lutam em manter para si, inclusive por meio das benesses tributárias que existem até hoje. Porém, apenas constatar esta verdade não vai mudar a forma desigual como o sistema jurídico ainda se mantém no tratamento de negros e brancos. Também é fundamental estudar criticamente o sistema e lutar pelas soluções para, enfim, trazer as mudanças mais profundas, que há muito precisam acontecer.

## 5 CONCLUSÃO

Por se tratar de um ramo do Direito que, em regra, concentra-se em atuar como instrumento de obtenção de receitas, o qual deve se submeter a princípios constitucionais e tributários, acaba que os tributaristas nem sempre buscam novas formas de ampliar interdisciplinarmente esse fazer jurídico. Consequência disto é que faltam questionamentos acerca da inter-relação entre o racismo e a tributação no Brasil; tanto na forma o quanto aquele influencia este, quanto em como os tributaristas pouco colocam em questão o papel do ordenamento jurídico tributário como meio de coibir as injustiças raciais. Por isso, é indispensável combater a naturalização jurídica das diferenciações impostas, independentemente de qual ramo do direito esteja em questão.

Da mesma forma, voltando-se para a função do orçamento, é fundamental derrubar o discurso oficial falacioso que entoa a necessidade de um novo regime fiscal baseado na limitação dos gastos e dos investimentos públicos. Principalmente porque esta posição sempre resvala no comprometimento da prestação dos serviços de natureza social, apontando ser esta a única medida capaz de retomar o crescimento da economia; o qual é um argumento tecnicamente equivocado, conforme exposto (KALECKI, 1943; KALECKI, 1945).

No caso do direito tributário, ficam inúmeros questionamentos acerca da manutenção desta estrutura normativa alheia ao princípio da capacidade contributiva, sacramentando a naturalização de que muitos devem ter nada, nenhum direito ou oportunidade, enquanto outros têm tudo em excesso.

Se o mandamento constitucional (artigo 3º) é reduzir desigualdades, por que está tudo tão errado na atuação estatal? E qual a razão de ser do Estado, se não for para gerir a vida em sociedade e produzir as regulações sociais e econômicas que não advêm da iniciativa privada? A tragédia brasileira está justamente no fato de que, na verdade, o objetivo do Estado é justamente beneficiar um grupo às custas do trabalho de outro, se eximindo de cumprir o papel democrático e constitucional que lhe é atribuído. O Estado brasileiro, fundando sob o desígnio da escravidão, continua com a mesma lógica do século XIX; inclusive na tributação.

Feita de forma gradativa e intencionalmente excludente, a abolição não transformou efetivamente as relações raciais; por isso que o racismo é intrínseco à sociedade brasileira. Sendo assim, além da implementação das políticas universalistas de redistribuição de renda, como forma de buscar eliminar as desigualdades sociorraciais, o estudo do racismo é essencial para decifrar e reparar a proliferação das enormes desigualdades.

Não faz sentido o Estado servir para viabilizar um país feito para o bem-estar e a felicidade de poucos, mas financiado pelo sacrifício da maioria. E os juristas têm responsabilidade na invisibilização das desigualdades sociorraciais atuais e pretéritas, pois o problema está justamente no negacionismo dos pressupostos epistêmicos, teóricos e metodológicos da tradição jurídica liberal, que, no Brasil, instrumentalizou os signos racistas em benefício da manutenção das desigualdades raciais (GOMES, R.P., 2022). Sem findar o racismo, os ciclos de exclusões e violências gratuitas contra a população negra prosseguirão, porque, diferentemente do que ocorre em se tratando de pessoas brancas, o sofrimento do negro não constitui um escândalo (VARGAS, 2017).

Tratar o racismo e as relações raciais no direito tributário como um campo de estudo amplo e interdisciplinar é um começo para minorar as mazelas sociorraciais do pós-abolição, que ainda perduram. A tributação, que é uma poderosa ferramenta de redistribuição de recursos e intervenção socioeconômica, não pode seguir sendo um fator que favorece a desigualdade sociorracial, tendo em vista que o papel constitucional dela é justamente o oposto disto.

Trazendo para a perspectiva do direito tributário, é fundamental questionar o que tem sido silenciado, nesse universo de silêncios eloquentes acerca do funcionamento das elites – para o qual o economista Thomas Piketty (2014) indica haver “neblinas estatísticas” –, os quais dão suporte aos privilégios de uma minoria. Afinal, o que não está sendo dito e por que não? De onde vêm essas assimetrias jurídicas e a quem elas servem atualmente?

Lógico que não é simples taxar os mais ricos em lugar nenhum do mundo, visto que eles geralmente lançam mão do planejamento tributário, e até das vias políticas, para pagar menos impostos, mas no Brasil existe um fator racial que antecede este comum fenômeno. No caso brasileiro, a questão tem o fundamento cravado na (e imbricado com a) questão racial – existe uma intencionalidade adicional fundada no ódio racial. A proteção à branquidade brasileira dá o tom à tributação, porque, antes mesmo de haver a concepção de uma elite econômica, baseada na classe social, tem-se uma elite racial, fundada e sustentada tanto pelo processo histórico quanto pelo racismo.

O senso lógico deixa isso muito evidente quando verificamos, por exemplo, o quanto a tributação efetiva e progressiva de imóveis rurais e das mansões urbanas iria aumentar a arrecadação, mas que, desde a Independência, isso jamais ocorreu. E por quê? Bem, se considerarmos que os grandes latifúndios e os luxuosos imóveis rurais e urbanos têm origem na exploração de mão de obra escravizada pretérita, a resposta fica relativamente fácil. As exclusões reiteradas e cumulativas se fundamentam tanto na base escravocrata quanto no racismo, enraizado pela omissão do Estado em não estabelecer meios de viabilizar uma

cidadania plena à população negra; muito pelo contrário. Visto por este prisma, é fácil identificar historicamente quem são os beneficiados e quem são os explorados e espoliados.

A questão prática suplementar a ser observada é intrinsecamente causal: menor disponibilidade financeira implica em maior controle, e maior disponibilidade financeira implica em menor controle. Na situação de dominação racial amparada pelas instituições do Estado, em proteção à branquitude, esta dualidade se define entre pessoas brancas e não brancas. O fato de os mais ricos serem praticamente todos brancos é consequência de um processo histórico, que precisa ser observado e estudado para não seguir se sustentando; afinal, a riqueza no Brasil não pode seguir como apanágio de pessoas brancas, enquanto que a pobreza é normalizada como uma chaga cujos destinatários têm cor.

Não é admissível que a branquitude brasileira possua no aparato estatal, silenciosamente e há tantos séculos, um guardião tão incisivo e decisivo. Portanto, o Sistema Tributário Nacional precisa deixar de fazer parte dos reforços ao aumento das desigualdades sociorraciais e passar a atuar como uma parte da solução.

Ademais, não se pode perder de vista que uma das principais intenções ao silenciar o passado de escravidão é obstar a criação de medidas que possam melhorar a realidade dos descendentes de pessoas escravizadas. Consequentemente, ao tratar de racismo e das relações raciais, é indispensável reforçar que o processo é de fato relacional: o papel do branco na construção das desigualdades brasileiras é crucial e precisa ser compreendido também no direito, que é a ciência formadora das condições e das relações jurídicas dos sujeitos sociais.

Para alcançar estes e outros objetivos, as propostas jurídicas para o combate ao racismo precisam ser interdisciplinares e transdisciplinares, e não devem se ater ao cientificismo vazio, que em nada contribui para melhorar o quadro social do País. Quanto a estes preciosismos acadêmicos, que em muitos casos servem para disfarçar propostas vazias, cabe a crítica do economista Thomas Piketty (2014) aos seus pares que estão absortos em empirismos e modelos matemáticos, expondo que estes métodos frequentemente levam a ignorar as lições da história, fazendo-nos esquecer que é na experiência histórica onde reside nossa principal fonte de conhecimento.

Ainda que muitos destes métodos usuais sejam fundamentais para solução de questões práticas no campo do direito, eles não podem estar alheios ao contexto pretérito e ao atual que lhes servem de arcabouço teórico, os quais possuem as bases conformadas com o racismo científico (GOMES, R.P, 2022), o qual deu amplo suporte ao plano de branqueamento brasileiro. Resultado disso é que, mesmo sendo a maioria da população, as pessoas negras pouco são vistas nos espaços de maior poder e prestígio social, e, sendo majoritariamente as mais

despossuídas, acabam por ser as mais afetadas pela diminuta aplicação de políticas públicas redistributivas, dentre as quais está a tributação.

Porém, o fato é que temos uma realidade tributária na qual o Estado se conforma com a proteção à branquitude, que se transmuta em formas de enriquecer a população branca e de afetar a subsistência das pessoas negras. Não se trata apenas de uma tributação forjada autoritariamente em prol do reforço às desigualdades, mas, antes mesmo de ser isso, há uma configuração tributária que se formou gradativamente como instrumento de proteção à branquitude. E o outro lado da proteção à branquitude é a desproteção e o deliberado ataque à subsistência de pessoas que ainda hoje são vistas pelo Estado como quase-cidadãos.

Por isso, é preciso se perguntar reiteradamente quem ganha e quem perde numa vida social que não é democrática e que não cumpre a determinação constitucional do artigo 3º. Por mais técnico que seja, o Direito Tributário só será uma verdadeira ferramenta de transformação social quando existir o compromisso coletivo de entender o papel que a tributação sempre desempenhou na construção sociorracial do país que temos hoje. Inevitavelmente, nós tributaristas ainda temos um longo passado pela frente.

## REFERÊNCIAS

'TRIBUTAÇÃO brasileira é escandalosamente benéfica aos muito ricos', diz economista. **SINDIFISCO-RS**, Porto Alegre, 04 dez. 2017. Disponível em: [https://www.sindifisco-rs.org.br/noticia\\_det.php?secao\\_id=190&campo=21834](https://www.sindifisco-rs.org.br/noticia_det.php?secao_id=190&campo=21834). Acesso em: 18 ago. 2022.

A FARRA DOS IMPOSTOS no Carnaval. **Impostômetro**, São Paulo, 20 fev. 2017. Disponível em: <https://impostometro.com.br/Noticias/Interna?idNoticia=94>. Acesso em: 4 ago. 2022.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. *E-book*.

ALVES, Henrique Napoleão. Tributação e injustiça social no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 133, v. 12, Maringá, jun. 2012, p. 69-78. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14965/9306>. Acesso em: 11 set. 2022.

AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Edições SINAESP, 2000.

AMPARO, Thiago. A mulher do país abandonado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 jul. 2022. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ATALIBA, Geraldo. O Estado e os vencimentos da magistratura. **Revista do Serviço Público**. Brasília, ano 38 v.109 n.4. Out./Dez. 1981, p. 45 a 49.

BARBOSA, Allan Fuezi. A exclusividade de cervejarias em patrocínio de festas populares: uma infração à concorrência?. *In: OLÍMPIA, Anna; MOTTA, Ricardo (coord.). Concorrência: um olhar contemporâneo sobre condutas unilaterais*. São Paulo: Editora Singular, 2021. p.481- 500.

BARIFOUSE, Rafael. Eleições 2022: 'Votação mostra que reação conservadora não está se esgotando como se pensava', diz professor de Harvard. **BBC News Brasil**, São Paulo, 3 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63112781>. Acesso em: 4 out. 2022.

BEBIDAS TÊM MAIOR CARGA tributária neste Carnaval, aponta pesquisa. **Impostômetro**, São Paulo, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://impostometro.com.br/Noticias/Interna?idNoticia=419>. Acesso em: 4 ago. 2022.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRAMATTI, Daniel; LAGO, Cecília do; HOLANDA, Marianna. Com "penduricalho", juiz deixa de pagar R\$ 360 milhões de imposto. **Revista Exame**, São Paulo, 11 fev. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-penduricalho-juiz-deixa-de-pagar-r-360-milhoes-de-imposto/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1985]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 4 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro, RJ: Sala das sessões do Governo Provisorio, [1890]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm). Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de 7 de novembro de 1831**. Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html). Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.625 de 31 de dezembro de 1922**. Orça a Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1923. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1922]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1901-1929/l4625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1901-1929/l4625.htm). Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Mensagem nº 451, de 9 de agosto de 2022. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 151, p. 185, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/08/2022&jornal=515&pagina=185&totalArquivos=307>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. **Relatorio e synopse dos trabalhos da Camara dos Srs. deputados na sessão do anno de 1888**. Rio de Janeiro, 1889. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/33939>. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347/DF – Distrito Federal**. Processo n. 0003027-77.2015.1.00.0000. Relator: Min. Marco Aurélio. Data de protocolo: 27 mai. 2015. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 655/DF – Distrito Federal**. Processo n. 0087413-64.2020.1.00.0000. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Entidade sindical de segundo grau. Federação. Ilegitimidade ativa ad causam. Precedentes. Arguição de descumprimento de preceito fundamental à qual se nega seguimento. Relatora: Min. Cármen Lúcia. Data de julgamento: 29 out. 2020. DJ Nr. 261 do dia 03/11/2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5866781>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 786/DF – Distrito Federal**. Processo n. 0038028-16.2021.1.00.0000. Diante de todo o exposto, com base no art. 4º, caput e § 1º, da Lei 9.882/1999 e no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento à presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Data de julgamento: 9 fev. 2021. DJ Nr. 25 do dia 10/02/2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15345629715&ext=.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 43.941 – Distrito Federal**. Imposto de renda - é inconstitucional a sua cobrança sobre os vencimentos dos magistrados. Relator: Min. Luiz Gallotti. Data de julgamento: 13 jan. 1960. Disponível em:

[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Republica/1960/1960%20Livro%208.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1960/1960%20Livro%208.pdf). Acesso em: 19 out. 2022.

BRUM, Eliane. De uma branca para outra. **EL PAÍS Brasil**, São Paulo, 20 fev. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/opinion/1487597060\\_574691.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/opinion/1487597060_574691.html). Acesso em 4 out. 2022.

CAMARGO, Gilson. Empresas devem mais de R\$ 1 trilhão à Previdência. **Extra Classe**, Rio Grande do Sul, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/economia/2019/08/empresas-devem-mais-de-r-1-trilhao-a-previdencia/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CARNAVAL 2016 – Salvador: ambulantes fazem novo protesto por causa de venda de cerveja. **Jornal Grande Bahia**, Feira de Santana, 10 fev. 2016. Disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2016/02/carnaval-2016-salvador-ambulantes-fazem-novo-protesto-por-causa-de-venda-de-cerveja/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ª ed., Petrópolis: Vozes, 2016.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 62-63.

CASAS, Tomas Klett; COZZI, Guido. **Elite Quality Report 2022: Country Scores and Global Rankings**. Zurich: Seismo, 2022. doi: 10.33058/seismo.30769.0001. Disponível em: [https://www.alexandria.unisg.ch/263179/1/EQx2021\\_18.05.21-VFVF\\_rzsd.pdf](https://www.alexandria.unisg.ch/263179/1/EQx2021_18.05.21-VFVF_rzsd.pdf). Acesso em: 17 out. 2022.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, n. 19, 2010, p. 19-32.

CONCORRÊNCIA, Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da. **Parecer SEI Nº 4/2018/ASSEC/SEPRAC-MF, 20 de julho de 2018**. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-contudos/notas-tecnicas-e-pareceres/advocacia-da-concorrencia/2018/parecer-04-2018>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Censo do Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/CensoJudiciario.final.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio. (Orgs.). **Quase-cidadão**. Antropologias e histórias do pós-emancipação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DA COSTA, A. de L. R. ESPAÇOS NEGROS: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 4, 2007. DOI: 10.9771/ccrh.v4i0.18842. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18842>. Acesso em: 16 mai. 2022.

DE CARVALHO, F. S. E.; DOS SANTOS PEREIRA, S.; SOBRINHO, G. S. #BrequeDosApps e a organização coletiva dos entregadores por aplicativo no Brasil. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, 15 dez. 2020.

EM MENOS DE 24 horas 3.500 vagas são preenchidas para credenciamento de ambulantes. **Aratu On**, Salvador, fev. 2020. Disponível em: <https://aratuon.com.br/noticia/geral/em-menos-de-24-horas-3-500-vagas-sao-preenchidas-para-credenciamento-de-ambulantes>. Acesso em: 4 ago. 2022.

FAGNANI, Eduardo (org.). **A Reforma Tributária Necessária**: diagnóstico e premissas. Brasília: ANFIP; FENAFISCO. São Paulo: Plataforma Política Social, 2018.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GARRIDO, Yasmin. Carnaval terá quase 2 mil cordeiros a mais e diária segue igual: R\$ 51. **Correio da Bahia**, Salvador, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/carnaval-tera-quase-2-mil-cordeiros-a-mais-e-diaria-segue-igual-r-51/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

GARRIDO, Yasmin. Diária dos cordeiros no Carnaval tem aumento de R\$ 4; novo valor é R\$ 54. **Metro 1**, Salvador, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/30759,diaria-dos-cordeiros-no-carnaval-tem-aumento-de-rdollar-4-novo-valor-e-rdollar-54>. Acesso em: 4 ago. 2022.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O caso da imunidade do imposto de renda para os juízes em 1929. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 17 dez. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-dez-17/passado-limpo-imunidade-imposto-renda-juize>. Acesso em: 4 ago. 2022.

GOMES, Marcel. As distorções de uma carga tributária regressiva. **Ipea**, São Paulo, 28 mar. 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3233&catid=30&Itemid=30](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3233&catid=30&Itemid=30). Acesso em: 18 ago. 2022.

GOMES, Marcos Emílio. O AGRO É TOP? Uma radiografia de tudo que o agronegócio não quer que você saiba. **Revista Piauí**, São Paulo, edição 192, set. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agro-e-top/>. Acesso em: 7 set. 2022.

GOMES, Rodrigo Portela. Cultura jurídica e diáspora negra: para uma história de direito e relações raciais. *In: Coleção Novos Rumos da História do Direito – vol.1: a cor da história & a história da cor / Ana Carolina Barros Meireles...[et al.]; Organizador: Diego Nunes; Coordenadores: Philippe Oliveira de Almeida; Vanilda Honória dos Santos e Mario Davi Barbosa. 1ª ed. Florianópolis: Habitus, 2022, p. 94-117. ISBN: 978-65-89866-53-4.*

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARTMAN, Saidiya V. **The time of slavery**. Tradução: Kênia Freitas; Cíntia Guedes; Matheus Araujo dos Santos. *The South Atlantic Quarterly*, vol. 101 n°. 4, 2002, p. 757-777. Durham: Duke University Press. 2002, p. 772.

HERNÁNDEZ, T.K. A versão brasileira da legislação Jim Crow: o projeto de embranquecimento do direito de imigração e o direito costumeiro de segregação racial: um estudo de caso. *In: Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis [online]. Traduzido por Arivaldo Santos de Souza e Luciana Carvalho Fonseca. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 53-73. ISBN: 978-85-232-2015-0.*

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 3 ago. 2022.

IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: IBGE, 1872. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf). Acesso em: 3 ago. 2022.

IBGE. **Tabela 6472** - Rendimento médio, real e nominal, de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho. Atualizado em 12 ago. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6472#/n1/all/v/5933/p/last%201/l/v,p,t/resultado>. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Acesso em: 10 ago. 2022.

IBGE. **Tabela 7441** - Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, de todos os trabalhos, a preços médios do último ano, por cor ou raça. Atualizado em 10 jun. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7441#/n1/all/v/10774/p/all/c86/all/l/v,p+c86,t/resultado>. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Acesso em: 10 ago. 2022.

JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS. **R. Dir. adm.**, Rio de Janeiro, abr./jun. 1971a. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/35513/34294>. Acesso em: 4 ago. 2022.

JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS. **R. Dir. adm.**, Rio de Janeiro, out./dez. 1971b.

Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/36037/34821>. Acesso em: 4 ago. 2022.

KALECKI, Michal. Full employment by stimulating private investment? **Oxford Economic Papers**, Volume os-7, Issue 1, March 1945, p.83–92. Disponível em:

<https://doi.org/10.1093/oxepap/os-7.1.83>. Acesso em: 5 set. 2022.

KALECKI, Michal. Political Aspects of Full Employment. **Political Quarterly**, 1943, p.322–330. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.1943.tb01016.x>. Acesso em: 5 set. 2022.

LAZZARI, Eduardo Alves. **Sistemas Tributários Regressivos em Democracias Desiguais: o caso brasileiro**. 2021. 140f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

LICENCIAMENTO de ambulantes para Carnaval 2020 é iniciado com fila, mas sem confusão. **Aratu On**, Salvador, fev. 2020. Disponível em:

<https://aratuon.com.br/noticia/geral/licenciamento-de-ambulantes-para-carnaval-2020-e-iniciado-com-fila-mas-sem-confusao>. Acesso em: 4 ago. 2022.

LORENZO, Laura. Juízes deixam de pagar R\$ 360 mi de Imposto de Renda devido a auxílios. **Metro 1**, Salvador, 11 fev. 2018. Disponível em:

[https://www.metro1.com.br/noticias/brasil/49619\\_juizes-deixam-de-pagar-rdollar-360-mi-de-imposto-de-renda-devido-a-auxilios](https://www.metro1.com.br/noticias/brasil/49619_juizes-deixam-de-pagar-rdollar-360-mi-de-imposto-de-renda-devido-a-auxilios). Acesso em: 4 ago. 2022.

MALTA, E. de T. A magistratura e o impôsto de renda. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 52, p. 532–537, 1958. DOI: 10.12660/rda.v52.1958.18313. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/18313>. Acesso em: 19 out. 2022.

MAPA da desigualdade: morador dos Jardins vive 23 anos a mais do que o do Jardim Ângela, na Zona Sul de SP. **G1**, São Paulo, 29 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/29/mapa-da-desigualdade-morador-dos-jardins-vive-23-anos-a-mais-que-o-do-jardim-angela-na-zona-sul-de-sp.ghhtml>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de Desigualdade e Pobreza**. Brasília: EdUnB, 2012.

MEDEIROS, Marcelo. O estudo dos ricos no Brasil. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 99-128, 2005. BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. **Direito e relações raciais** – uma introdução

crítica ao racismo. Dissertação (Mestrado em Direito). Curso de Pós-graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1989.

MEDIDA Provisória. Direção de Lázaro Ramos. Rio de Janeiro: Lereby Produções, 2022. 1 DVD (94 min.).

MELO, Patricia Alves. Superfaturamento e verba pública: como elite lucrou com abolição “precoce”. **Uol**, São Paulo, 20 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/presenca-historica/2022/07/20/superfaturamento-e-verba-publica-como-elite-lucrou-com-abolicao-precoce.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MENDES, João. A Magistratura e o imposto de renda. **Revista de direito administrativo**, n. 94. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 19–24, out./dez. 1968. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/31841/30628>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. *E-book*.

O SISTEMA tributário e as elites brasileiras. **Atlântico** - Instituto de Ação Cidadã, São Paulo, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://atlantico.org.br/o-sistema-tributario-e-as-elites-brasileiras/>. Acesso em: 18 out. 2022.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário completo**. 11<sup>a</sup>. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário completo**. 8<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. *E-book*.

PINTO, Élide Graziane. Alheio às eleições, orçamento de castas ordena prioridades e insolvências. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 9 out. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-09/contas-vista-alheio-eleicoes-orcamento-castas-ordena-prioridades-insolvencias>. Acesso em: 6 set. 2022.

PIRES, Manoel (org.). **Progressividade tributária e crescimento econômico**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2022.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA TJBA. **Sistema de remuneração**. Salvador, 2022. Disponível em: <https://transparencia.tjba.jus.br/transparencia/home#>. Acesso em: 5 set. 2022.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. **Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil**. 1980. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

QUEIROZ, Adriana Franco de. **Do direito à cidade para o direito ao trabalho**: Ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” de vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia, 2018.

RECEITA FEDERAL. **Primórdios do Imposto de Renda no Brasil**. Governo Federal, Brasília, 1 set. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/memoria/imposto-de-renda/historia/primordios-do-imposto-de-renda-no-brasil>. Acesso em: 4 ago. 2022.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP** São Paulo, n. 18, p. 6-29, 1993.

REIS, João José. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Leo. Liminar derruba exclusividade de marca de cerveja no carnaval de Belo Horizonte. **Agência Brasil**, Belo Horizonte, 24 fev. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/liminar-derruba-exclusividade-de-marca-de-cerveja-no-carnaval-de-belo>. Acesso em: 4 ago. 2022.

SALVADOR, Prefeitura Municipal de. **Diário Oficial** [do] Município, ANO XXXIII, nº 7.559, de 29 de janeiro de 2020. Poder Executivo, Salvador, BA, 29 jan. 2020, p. 27-29.

SALVADOR. **Decreto nº 12.016, de 08 de junho de 1998**. Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do Município do Salvador e dá outras providências. Salvador: Prefeitura Municipal, [1998]. Disponível em: <http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/images/ComercioInformalEspacoPublico/DecretoN12016ComercioInformal.pdf>>. Acesso em: 18 de out. 2022.

SALVADOR. **Decreto nº 25.747 de 22 de dezembro de 2014**. Regulamenta o sistema de preços públicos do município de salvador, aprova tabelas de cobrança, e dá outras providências. Salvador: Prefeitura Municipal, [2014]. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ubeil>. Acesso em: 4 de ago. 2022.

SALVADOR. **Lei nº 7186, de 27 de dezembro de 2006**. Institui o código tributário e de rendas do município do Salvador. Salvador: Câmara Municipal, [2006]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-tributario-salvador-ba>. Acesso em: 4 de ago. 2022.

SANTIAGO, Tatiana. Em SP, morador dos Jardins vive 23,7 anos a mais do que o do Jardim Ângela, aponta Mapa da Desigualdade. **G1**, São Paulo, 24 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/em-sp-morador-dos-jardins-vive-23-anos-a-mais-do-que-o-do-jardim-angela-aponta-mapa-da-desigualdade.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2022.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SANTOS, Hélio. Uma verdadeira frente por equidade racial. **Geledés**, São Paulo, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/uma-verdadeira-frente-por-equidade-racial/>. Acesso em 4 out. 2022.

SANTOS, Orlando Almeida dos. **Dos Cantos aos Camelódromos: Comércio de rua e territorialidade negra no Centro Antigo de Salvador**. 170 f. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTOS, Welliton da Silva. Racismo estrutural e racismo institucional. *In: Direito em pesquisa*. Vol. I. GOUVEIA, Homero Chiaraba. CINTRA, Paula Lobo. (Orgs.). São Paulo: Editora Max Limonad, 2022, p. 169-188.

SCAFF, Fernando. A cláusula pétrea do rentismo e a reforma tributária. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 10 mai. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mai-10/contas-vista-clausula-petrea-rentismo-reforma-tributaria>. Acesso em: 7 set. 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, n. 26, abr. 2014, p. 83-94. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SENADO IMPERIAL. **Annaes do Senado do Império do Brazil**. Rio de Janeiro, livro 5, 1843. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal (transcrição). Disponível em:

[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Imperio/1843/1843%20Livro%205.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1843/1843%20Livro%205.pdf). Acesso em: 18 out. 2022.

SINDIFISCO. **Sistema tributário**: diagnóstico e elementos para mudanças. 3ª ed. Brasília: Sindifisco Nacional, 2018.

SOUZA, Pedro Herculanio Guimarães Ferreira de. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 377 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Editora ática, 1988.

TEIXEIRA, André. Cinco propostas tributárias para reduzir desigualdades. **Oxfam Brasil**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.ovalordoseuimposto.org.br/compartilhe>. Acesso em: 4 ago. 2022.

THEODORO, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 205–219, 2014.

TIPKE, Klaus. **Moral Tributária do Estado e dos Contribuintes**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2012.

TV BAHIA. Ambulantes que acampavam em circuito do carnaval são retirados por equipes de fiscalização em Salvador. **G1 Bahia**, Salvador, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/carnaval/2020/noticia/2020/02/14/ambulantes-que-acampavam-em-circuito-do-carnaval-sao-retirados-por-equipes-de-fiscalizacao-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 4 ago. 2022.

UM LUGAR ao Sol. Direção de Gabriel Mascaro. Olinda: Símio Filmes, 2009. *online* (65 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F0tFQEnvThM>. Acesso em: 26 mai. 2022.

UM TERÇO da renda da elite dos servidores está isento de Imposto de Renda. **Época negócios**, São Paulo, 5 mar. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/03/epoca-negocios-um-terco-da-renda-da-elite-dos-servidores-esta-isento-de-imposto-de-renda.html>. Acesso em: 4 ago. 2022.

VARGAS, João Costa. Por uma Mudança de Paradigma: Antinegritude e Antagonismo Estrutural. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83-105, jul./dez., 2017.

VARSANO, Ricardo. **A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século**: anotações e reflexões para futuras reformas. Texto para discussão nº 405. IPEA. Rio de Janeiro, 1996.

VEREADORES combatem exclusividade de marca de bebida no Carnaval. **Câmara Municipal de Salvador**, Salvador, 8 mar. 2019. Disponível em: <http://www.cms.ba.gov.br/noticias/vereadores-combatem-exclusividade-de-marca-de-bebida-no-carnaval>. Acesso em: 4 ago. 2022.

VILLAS-BÔAS, Marcos de Aguiar. A concentração de renda é maior do que se imaginava. **CartaCapital**, São Paulo, 14 jan. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo/>. Acesso em: 3 jul. 2022.